



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

---

ANO LXII - Nº 125 - SÁBADO, 18 DE AGOSTO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente**

Renan Calheiros – PMDB-AL

**1º Vice-Presidente**

Tião Viana – PT-AC

**2º Vice-Presidente**

Alvaro Dias – PSDB-PR

**1º Secretário**

Efraim Morais – DEM-PB

**2º Secretário**

Gerson Camata – PMDB-ES

**3º Secretário**

César Borges – DEM-BA

**4º Secretário**

Magno Malta – PR-ES

**Suplentes de Secretário**

1º - Papaléo Paes – PSDB-AP

2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE

3º - João Vicente Claudino – PTB-PI

4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

### LIDERANÇAS

<b>MAIORIA (PMDB) – 19</b> <b>LÍDER</b>  <b>VICE-LÍDERES</b>  <b>LÍDER DO PMDB – 19</b> <b>Valdir Raupp</b>  <b>VICE-LÍDERES DO PMDB</b> Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP) - 27</b> <b>LÍDER</b> <b>Ideli Salvatti – PT</b> <b>VICE-LÍDERES</b> Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles  <b>LÍDER DO PT – 12</b> <b>Ideli Salvatti</b> <b>VICE-LÍDERES DO PT</b> Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns  <b>LÍDER DO PTB – 6</b> <b>Epitácio Cafeteira</b> <b>VICE-LÍDER DO PTB</b> Sérgio Zambiasi  <b>LÍDER DO PR – 3</b> <b>João Ribeiro</b> <b>VICE-LÍDER DO PR</b> Expedito Júnior  <b>LÍDER DO PSB – 3</b> <b>Renato Casagrande</b> <b>VICE-LÍDER DO PSB</b> Antônio Carlos Valadares  <b>LÍDER DO PC do B – 1</b> <b>Inácio Arruda</b>  <b>LÍDER DO PRB – 1</b> <b>Marcelo Crivella</b>  <b>LÍDER DO PP – 1</b> <b>Francisco Dornelles</b>	<b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM<sup>1</sup>/PSDB) – 29</b> <b>LÍDER</b> <b>Demóstenes Torres</b>  <b>VICE-LÍDERES</b>  <b>LÍDER DO DEM – 16</b> <b>José Agripino</b>  <b>VICE-LÍDERES DO DEM</b> Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves  <b>LÍDER DO PSDB – 13</b> <b>Arthur Virgílio</b>  <b>VICE-LÍDERES DO PSDB</b> Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
<b>LÍDER DO PDT – 4</b> <b>Jefferson Péres</b>  <b>VICE-LÍDER DO PDT</b> Osmar Dias	<b>LÍDER DO P-SOL – 1</b> <b>José Nery</b>	<b>LÍDER DO GOVERNO</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> <b>VICE-LÍDERES DO GOVERNO</b> Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

<sup>1</sup> Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

### EXPEDIENTE

<b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	<b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

### 1 – ATA DA 128ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 17 DE AGOSTO DE 2007

1.1 – ABERTURA		
1.2 – EXPEDIENTE		
1.2.1 – Leitura de requerimento		
Nº 922, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana e outros Srs. Senadores, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 721, de 2007, que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 28 de agosto próximo, seja destinado a homenagear o Dia do Corretor de Imóveis.....	27881	sobre a Mulher, realizada em Quito, no Equador, entre os dias 6 e 9 de agosto.....
1.2.2 – Discursos do Expediente		27902
SENADOR ADELMIR SANTANA – Em defesa do ensino técnico, como iniciativa fundamental ao desenvolvimento do País.....	27882	1.2.3 – Leitura de requerimento Nº 923, de 2007, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de pesar pelo falecimento do vereador Edson Luiz Gasparotto, ocorrido no dia 15 do corrente.....
SENADOR PAULO PAIM – Comemoração pela aprovação de projetos de lei de autoria de S. Ex <sup>a</sup> , de recriação da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul) e de instalação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) Na região de Vale dos Sinos e no norte do Rio Grande do Sul. ....	27885	27904
SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Defesa da construção do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, município situado a 15km de Natal-RN.....	27890	1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação) SENADOR PEDRO SIMON – Análise da crise de confiança que atravessa o Senado Federal, defendendo a necessidade do afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência da Casa....
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Registro de homenagem da maçonaria brasileira à Ministra Ellen Gracie.....	27893	27905
SENADOR EFRAIM MORAIS – Críticas ao Governo Federal por defender a realização de uma constituinte exclusiva, para funcionar paralelamente ao Congresso Nacional, com objetivo de fazer reforma política. ....	27898	SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Solidariedade ao povo peruano pelo forte terremoto que atingiu aquele país. Registro da escolha de S. Exa. para a presidência da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul. ....
SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Protesto contra violência que assola o Estado de Rondônia e registro de repúdio ao assassinato do Presidente da Câmara de Ouro Preto do Oeste, Vereador Edson Luiz Gasparotto. Solidariedade aos trabalhadores em educação do Estado de Roraima, que se encontram em greve. Registro da participação de S. Ex <sup>a</sup> , como representante do Senado Federal, à 10ª Conferência Regional da América Latina e o Caribe		27911
		SENADOR MÃO SANTA – Cumprimentos ao Senador Geraldo Mesquita Júnior por sua eleição para a presidência da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul. Referência às declarações preconceituosas sobre o Estado do Piauí, do Sr. Paulo Zottolo, Presidente da Philips. Considerações sobre a CPMF.....
		27914
		1.2.5 – Comunicação da Presidência Lembrando ao Plenário que a primeira hora da sessão da próxima segunda-feira, dia 20, será dedicada a homenagear a Maçonaria Brasileira, pelo transcurso do dia do Maçom, de acordo com os Requerimentos nºs 66 e 816, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, esclarecendo, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem. ....
		27921
		1.2.6 – Ofício Nº 71/2007, de 16 do corrente, do Senador Geraldo Mesquita Jr., comunicando sua eleição para presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.....
		27921
		1.2.7 – Pareceres Nº 693, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2007 (nº 2.219/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do

Brasil e o Governo da República de Angola sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.....	27922	<b>1.2.8 – Comunicações da Presidência</b> Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, cujo parecer foi lido anteriormente, a fim de ser declarada prejudicada, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.....	27942
Nº 694, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2007 (nº 39/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre os Membros do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da África do Sul e o Governo da República da Índia, para estabelecer Força-Tarefa Trilateral sobre Biocombustíveis, assinado em Brasília, em 13 de setembro de 2006.....	27924	Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006, cujo parecer foi lido anteriormente.....	27942
Nº 695, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2007 (nº 2.240/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.	27926	Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006, cujo parecer foi lido anteriormente.....	27942
Nº 696, de 2007, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE. .....	27928	Abertura de prazo de cinco dias úteis, a partir do dia 20 do corrente, para interposição de recurso, perante a Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, no sentido da apreciação, pelo Plenário do Congresso Nacional, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 2, 3, 4 e 5, de 2007-CN, tendo em vista a publicação em avulso, nesta data, dos pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....	27942
Nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)......	27936	<b>1.3 – ENCERRAMENTO</b> <b>2 – ATA DA COMISSÃO DIRETORA</b> 10ª Reunião, realizada em 16 de agosto de 2007.....	27943
Nºs 698 e 699, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006 (nº 5.288/2005, na Casa de origem), que estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências.....	27938	<b>3 – EMENDAS</b> Nºs 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2007.....	27946
<b>SENADO FEDERAL</b>			
<b>4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL</b>			
<b>– 53ª LEGISLATURA</b>			
<b>5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b>			
<b>6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</b>			
<b>7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>			
<b>8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>			
<b>9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>			
<b>10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ</b>			
<b>CONGRESSO NACIONAL</b>			
<b>11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL</b>			
<b>12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>			
<b>13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL</b>			
<b>14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)</b>			

# Ata da 128<sup>a</sup> Sessão Não Deliberativa, em 17 de agosto de 2007

## 1<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 53<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência dos Srs. Efraim Moraes, Mão Santa, Geraldo Mesquita Júnior e Pedro Simon*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas e 10 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Sexta-feira, 17 de agosto de 2007, 9 horas e 10 minutos.

Declaro aberta a sessão do Senado da República do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos, lembrando ao povo brasileiro que nunca antes na história do Brasil, este Senado da República funcionou

às sextas-feiras. Só a partir deste nosso mandato é que um grupo de Senadores achou por bem que esta Casa permanecesse aberta, com seu tambor da ressonância dos clamores da população do Brasil.

Entendemos ser a tribuna parlamentar um instrumento de denúncia, de retumbante repercussão para o aprimoramento da democracia brasileira.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO N° 922 , DE 2007

Requeremos, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 721, de 2007, que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 28 de agosto do corrente ano, seja destinado a homenagear o Dia do Corretor de Imóveis.

Sala das Sessões, em 17 de Agosto de 2007.

1. Senador Adelmir Santana

2. Senador

3. Senador

4. Senador

5. Senador

6. Senador

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Há oradores inscritos.

Convidamos para usar da palavra o Senador do Distrito Federal Adelmir Santa, do Democratas.

Senador, V. Ex<sup>a</sup>, regimentalmente, tem o direito de usar da tribuna por 20 minutos, mas jamais cortrei sua palavra, porque, além de representar tão bem o povo do Distrito Federal, os empresários e o povo, V. Ex<sup>a</sup> também é um dos representantes do Piauí por suas raízes.

Recentemente, fui à cidade de Uruçuí, onde V. Ex<sup>a</sup> recebeu o título de cidadão daquela cidade e já foi votado na Assembléia do Estado do Piauí o título para V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup> tem a representação e pode dizer que é Senador também do Piauí, que nos representa tão bem.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Mão Santa. Realmente, o Piauí tem sido muito benevolente comigo. Agradeço à população piauiense e, naturalmente, aos representantes estaduais na Assembléia Legislativa do Piauí. Devo retornar ao Estado no mês de outubro para receber esse título de Cidadão Honorário, que certamente me engrandecerá muito.

Sr. Presidente, eu queria hoje fazer uma retrospectiva rápida sobre o ensino técnico. Este tem sido um dos pontos que temos abordado nesta Casa e já o fazemos de algum tempo.

Quando do processo de instalação do novo Governo do Distrito Federal, tivemos a oportunidade de participar do Governo de transição e, naquela ocasião, suscitávamos a possibilidade de ser encampado pelo Governo do Distrito Federal um fórum ligado à formação de mão-de-obra.

Em nosso discurso de posse no Senado, também tivemos a oportunidade de reafirmar a necessidade de haver uma integração entre as várias entidades de formação de mão-de-obra e o Governo do Distrito Federal.

Levamos essas questões para a universidade. Fomos às escolas e falamos da necessidade de o ensino técnico ter um processo de integração. Estivemos em reunião do Conselho da UnB e levantamos também a questão.

Percebo que começam a ter eco as nossas posições. Recentemente, o Governo do Distrito Federal, entendendo a necessidade de ampliar a formação de jovens entre 16 e 24 anos, celebrou um convênio com instituições de formação de mão-de-obra, especifica-

mente o Senac e o Senai, objetivando ampliar a formação de mão-de-obra das escolas técnicas existentes no Distrito Federal.

Também o Governo Federal anda nessa mesma direção. O PAC da educação preceitua a instalação de mais de 150 escolas técnicas em cidades pólos do País. Naturalmente, o Distrito Federal receberá algumas dessas 150 escolas novas. Diga-se de passagem, Sr. Presidente, que até hoje há apenas pouco mais de 150 escolas técnicas no Brasil inteiro. Então, serão mais 150 escolas técnicas a serem instaladas até o ano de 2010, e o Distrito Federal será dotado de quatro dessas novas escolas, precisamente em Taguatinga, Gama, Samambaia e Planaltina.

Quero fazer referência, Sr. Presidente, a esse convênio celebrado entre o Governo do Distrito Federal, o Senac e o Senai para ampliar a formação de mão-de-obra dos jovens entre 16 e 24 anos. Isso me enche de orgulho, porque sou, ao mesmo tempo, defensor desse programa e da necessidade de um processo de integração entre as escolas técnicas existentes e as formadas por instituições como o Senai e o Senac, por entender que não é necessário haver a superposição, mas o aproveitamento do equipamento existente para ampliar as oportunidades.

Dizia eu que me enche de orgulho exatamente porque tenho, no Distrito Federal, a responsabilidade de dirigir uma dessas instituições, no caso, o Senac, de cujo Conselho Regional, no Distrito Federal, sou o Presidente. Sou também, Sr. Presidente, partícipe do Conselho Nacional do Senac, cuja presidência está a cargo do Dr. Antonio de Oliveira Santos, nosso companheiro.

O Senac é uma instituição de mais de 60 anos no País, 38 anos no Distrito Federal, e que tem a expertise da formação de mão-de-obra.

Então, quero louvar a atitude do Exmº Sr. Governador José Roberto Arruda, que entendeu a necessidade de ampliar a oferta de cursos profissionalizantes aos jovens de 16 a 24 anos.

Claro está que a demanda é muito maior do que isso. No primeiro momento, nos vários cursos técnicos do Senai e do Senac serão oferecidas 1,4 mil vagas para esses alunos egressos da escola pública e que, concomitantemente, estão estudando o segundo grau – a segunda e a terceira séries. Mas é muito pouco apenas 1,4 mil. Esperamos que isso se estenda, no futuro, para atender à demanda de, segundo dados registrados, 14 mil jovens que hoje desejam fazer, ao mesmo tempo, o curso regular e, paralelamente, o curso técnico para saírem do segundo grau com a possibilidade de uma profissão e de preparo para o mercado de trabalho.

Venho a esta tribuna para dizer da alegria que sinto ao constatar que foram levadas em conta todas as nossas colocações feitas no governo de transição, quando aqui assumimos, em defesa desse processo de integração entre as escolas técnicas existentes e os cursos técnicos de formação ministrados pelo Senai e pelo Senac. Efetivamente estamos recebendo, por parte do Governo, aquilo que desejávamos.

Volto a repetir: a demanda é enorme, temos uma dívida social imensa com a nossa população, e é importante que haja a compreensão de que a formação técnica é fundamental para a participação no mercado de trabalho.

Quero, nesta manhã, falar da minha alegria em ver que nós estamos caminhando nesta direção, a direção da formação técnica, da qualificação das pessoas, dos jovens, para que terminem o segundo grau efetivamente preparados para a disputa do mercado de trabalho.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Adelmir Santana, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Estava falando com a CNBB, mas lhes pedi um tempo porque fiz questão de vir ao plenário. V. Ex<sup>a</sup> fala sobre ensino técnico. Ontem o Senador Cristovam conversava comigo e disse que eu deveria ter ido com ele a esse evento no qual o Governador Arruda e V. Ex<sup>a</sup> fizeram o lançamento dessa parceria com as escolas de ensino técnico, as bolsas com o Sesc, com o Senai, enfim, com o Sistema S. Quero cumprimentar o Sistema S. Sou formado no Senai e tenho muito orgulho disso. Inclusive estou fazendo agora um trabalho baseado no Fundep, um projeto que V. Ex<sup>a</sup> conhece: é o Fundo de Investimento para Ensino Técnico-Profissionalizante, que vai trabalhar junto como Sistema S; não mexe em nada no Sistema S, mas vai gerar algo entre R\$5 bilhões e R\$6 bilhões. Mas não quero falar do meu projeto. Quero, primeiro, falar do discurso de V. Ex<sup>a</sup>, no qual defende o fortalecimento do ensino técnico, e cumprimentar o Governador Arruda pela parceria que faz para permitir que a nossa juventude saia do segundo grau já com uma profissão para enfrentar o mercado de trabalho. Quero também cumprimentar o Presidente Lula, que ontem foi ao Rio de Janeiro inaugurar um processo que, também, vai fazer com que milhares de jovens tenham acesso ao ensino técnico – sei que ele estará, na semana que vem, em Minas Gerais e também no Rio Grande do Sul. Acho que o debate que esta Casa está fazendo sobre o ensino técnico é fundamental. Que bom, Senador Mesquita, que V. Ex<sup>a</sup> foi o relator de dois projetos de minha autoria que têm como objetivo fortalecer as escolas de ensino técnico lá no Rio Grande do Sul. Enfim, não poderia deixar de parabenizar V. Ex<sup>a</sup> e o Governador de Brasília – ele

não é do meu Partido, mas essa não é a questão; boas ações têm de ser elogiadas independentemente de onde venham. Então, deixo aqui registrados os meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>, pois sei do auxílio, do apoio que V. Ex<sup>a</sup> sempre deu ao crescimento do ensino técnico em nosso País. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Quero reafirmar que, até hoje, existem pouco mais de 150 escolas técnicas federais no País, mas a previsão que nos foi apresentada no PAC no que diz respeito à Educação é de que, até o ano 2011, mais 150 escolas técnicas serão implantadas no País. Vimos, efetivamente, o Presidente Lula inaugurar mais uma ontem.

É importante que se caminhe nessa direção, porque sabemos que o mercado exige formação técnica. Vagas disponíveis muitas vezes não são ocupadas, porque as pessoas não preenchem os pré-requisitos estabelecidos em seu anúncio.

Portanto, agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Devemos caminhar na direção da valorização dos equipamentos existentes. É necessário que se faça um processo de integração entre essas escolas técnicas e os cursos técnicos existentes no Senai e no Senac – por onde, conforme referência que fez, V. Ex<sup>a</sup> passou, bem como o Presidente da República –, para que não haja a dispersão de recursos e de equipamentos nem a superposição de cursos técnicos que, muitas vezes, podem ser excessivos em relação às demandas do mercado. Então, é este o trabalho que pode ser feito em cada unidade da Federação: a integração das escolas técnicas federais e estaduais e os cursos técnicos do Senai e do Senac, para que não haja dispersão de recursos ou de equipamentos, mas que, em vez disso, sejam potencializados.

Concedo um aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – Prezado companheiro, Senador Adelmir Santana, o seu discurso é música para os meus ouvidos e deve se constituir em ópera para centenas de milhares de jovens que estão aí por fora aguardando uma oportunidade. Em boa hora, como lembrou o Senador Paulo Paim, o Governador Arruda resolve promover as condições para o ingresso de muitos jovens em uma escola técnica, dando-lhes oportunidade de obter uma formação para ter uma perspectiva de vida. Trago para V. Ex<sup>a</sup> o meu próprio exemplo de vida. Muito jovem ainda, fui aluno de uma escola técnica como essa do Senai – em Benfica, no Rio, fiz um curso de torneiro mecânico e trabalhei muitos anos na profissão. Para a garotada que está aí nos ouvindo, Senador Adelmir: foi uma passagem

importantíssima da minha vida. Pude conviver com centenas de jovens que, naquela oportunidade, antes de concluírem o curso, já estavam sendo recrutados pelo mercado – o pessoal ia à escola e já começava a selecionar, antes do término do curso, os jovens que se destacavam. Portanto, quero parabenizar também, assim como fez o Senador Paim, a iniciativa do Governador Arruda. Quem dera todos assim procedessem! O caminho é esse, o rumo é esse, Senador Adelmir. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns por se vincular a esse projeto e divulgá-lo, por esse sentimento, essa ânsia por estender a mão aos jovens deste País. Também em nosso Estado nós nos preocupamos muito com isso. Eu, particularmente, sou autor de dois projetos em que se propõe a instalação de escolas técnicas em nosso Estado – uma em Cruzeiro do Sul e outra em Rio Branco – vinculadas às vocações naturais que temos lá. Temos de reconhecer, de fato, a iniciativa do Presidente da República de autorizar a abertura de mais 150 escolas técnicas neste País. O caminho é esse, Senador Adelmir. V. Ex<sup>a</sup> hoje amanheceu iluminado por trazer este tema a esta Casa. Aliás, esta Casa deveria discutir este tema diariamente e, mais do que isso, fazer pressão para que essas coisas realmente aconteçam. Se não estendermos as mãos à juventude deste País, o nosso futuro poderá, lá na frente, ser bastante comprometido. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> e ao Governador Arruda por essa brilhante iniciativa.

**O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF)** – Quero agradecer o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e fazer uma referência à sua colocação. É importante que não haja a superposição desses cursos, que haja um bom aproveitamento das instalações, mas é muito importante também o que V. Ex<sup>a</sup> colocou: a questão da vocação regional. Devem-se fazer cursos que efetivamente estejam relacionados com a vocação econômica e de desenvolvimento da região.

E algo me surpreende, Sr. Senador Mesquita: nesta Casa, tivemos agora o depoimento de dois Senadores que tiveram a oportunidade de fazer cursos técnicos, o Senador Paim, que fez curso no Senai, e V. Ex<sup>a</sup>, que declara que também freqüentou uma escola técnica. Também fui aluno de escola técnica; fui aluno da Escola Industrial de Teresina, no Piauí, hoje Escola Técnica Federal. Eu freqüentava o dia inteiro aquela escola, fazia as matérias regulares do científico, do curso ginásial e, ao mesmo tempo, freqüentava um curso profissionalizante. Essa foi uma experiência de grande valia para mim e que me deu, naturalmente, muita sabedoria nessa questão da formação técnica. Dois Senadores – três Senadores comigo – declararam aqui que passaram por escolas técnicas. Isso demonstra que realmente esse é o caminho. E o Presidente da

República também foi um freqüentador de uma escola técnica ao fazer o curso no Senai.

Portanto, acho que todos nós temos que caminhar nessa direção. Concedo um aparte ao Senador Mozarildo.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)** – Senador Adelmir, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que este é um tema que devia preponderar quando se falasse de educação no País. É lógico que a alfabetização das crianças, que o ensino fundamental é o primeiro passo. Mas daí para frente dever-se-ia dar realmente ênfase e prioridade ao ensino técnico e profissionalizante. Se um jovem faz o ensino médio regular, não profissionalizante, e, porventura, não pode prosseguir e fazer uma faculdade, que profissão ele terá? Nenhuma. Qual é a chance dele no mercado? Pouca, porque estamos vivendo uma fase em que ser graduado numa faculdade já não é tudo – tem que ter mestrado, doutorado, pós-doutorado inclusive. Então, o ensino médio profissionalizante é fundamental. E tenho a honra de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que eu não apenas penso assim, mas que eu agi. Quando Deputado Federal, apresentei um projeto de lei autorizativo, Senador Geraldo Mesquita, criando a Escola Técnica Federal de Roraima. Ela foi criada, implantada e hoje é o Centro Federal de Educação Tecnológica, que oferece, além do curso médio profissionalizante, cursos superiores tecnológicos em várias áreas. Então, lá em Roraima, nós tivemos essa sorte de termos acordado muito cedo para essa questão. E eu quero dizer que a iniciativa do Presidente Lula de autorizar a criação do ensino profissionalizante em vários Estados do Brasil é fundamental. O trabalho que faz o Sistema S nessa questão também é muito importante, porque todo mundo deveria terminar o ensino médio com uma profissão. Se ele fica ali ou avança – e está aqui o exemplo de V. Ex<sup>a</sup>, do Senador Geraldo Mesquita, do Senador Paim – é outra história. Se porventura, por qualquer razão, muitas vezes razões familiares, ele não puder prosseguir com o ensino superior, ele já estará apto para trabalhar e ser, portanto, dignamente, tratado pelo mercado de trabalho.

**O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF)** – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Eu me coaduno com V. Ex<sup>a</sup> nessa mesma direção.

Quero lhe dizer, Sr. Presidente, que a minha vinda a esta tribuna é exatamente para parabenizar o Governador José Roberto Arruda pela iniciativa da assinatura desse convênio e dizer que isso deve, efetivamente, se estender a outras Unidades da Federação. Devem ser buscados outros centros de formação de mão-de-obra, naturalmente que tenham o reconhecimento do MEC e que tenham o reconhecimento do Conselho de Educação dos Estados.

E quero reafirmar que, certamente, fazer esse convênio com instituições como o Senai e o Senac engrandecerá, sobremaneira, o Governo do Governador José Roberto Arruda.

O Senac, como eu disse, é uma instituição de mais de 60 anos no País, e mais de 30 anos (38 anos) aqui no Distrito Federal. E hoje temos, além dos cursos técnicos e dos cursos de pequena duração, também os cursos de formação superior na área tecnológica voltada para comércio e serviço. Portanto, parabenizo o Governador do Distrito Federal pela iniciativa e estou certo de que esse é o caminho que todos nós temos de trilhar para a formação da mão-de-obra do jovem brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Agradecemos o pronunciamento de Adelmir Santana, que ilustra a função deste Senado.

Senador Adelmir Santana...

**O SR. ADELMIR SANTANA** (DEM – DF) – Adelmir...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Senador Adelmir Santana, é porque eu me lembro do Ademir da Guia, melhor centro-avante de 1950 – nunca deu outro -, naquele tempo em que o fluminense era campeão e a escalação do time – sabe, Mozarildo? – era Castilho, Píndaro e Pinheiro; Jair, Edson e Bigode; Telê, Didi, Carlyle, Orlando e Quincas. Senador Adelmir Santana, o Ademir era artilheiro, e V. Ex<sup>a</sup> também, pois, em pouco tempo, fez tantos gols.

Recentemente o País comemorava a aprovação do Simples pela inteligência de V. Ex<sup>a</sup>. Faço minhas suas palavras de apoio e louvor ao Sistema S: Sesc, Senai, Sesi e Sebrae.

Há dois dias, fui a Teresina ser padrinho de duas turmas de formandos em fonoaudiologia e informática no Sebrae. Testemunhei a organização daquelas instituições. E o Senai, quero lembrar isso... O nosso Presidente é bem formado. Teve o privilégio de ser do Senai, como também o foi o Paim. Tem mérito. Por isso pedimos a Sua Excelência, o Luiz Inácio, que as escolas funcionem como naquele tempo em que ele foi aluno do Senai. Falo com propriedade, porque a Federação das Indústrias do Piauí foi fundada e criada por um tio e padrinho meu; e o presidente é meu irmão, ex-Deputado Antônio José de Moraes Souza. Então, que o Luiz Inácio se lembre que este País era organizado. Sei bem disso.

E não é só ele – Luiz Inácio –, não. Está aqui o Paulo Paim, que também se lembra disso, pois ele é símbolo também da organização das escolas técnicas do passado no nosso Brasil.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Também o Geraldo Mesquita, que foi formado lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Geraldo Mesquita, hoje professor de Direito.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – E o Mozarildo, que fundou a histórica Escola Técnica de Roraima.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Então, apenas queremos lembrar ao Presidente Luiz Inácio que deve manter o País nos padrões que os outros construíram.

Com a palavra o grande Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – O Adelmir é o nosso grande representante do Sistema S. Com muita competência.

Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, no dia de hoje, quero falar sobre ZPE e também sobre a Sudesul.

É com satisfação que anuncio, aqui da tribuna, a aprovação ontem, pela Comissão de Desenvolvimento Regional, de inúmeros projetos autorizativos sobre as ZPE, que vão passar, claro, pelo crivo do Executivo, naturalmente em parceria com a população de cada Estado.

Lembro-me aqui rapidamente de que conseguimos aprovar duas: uma para a região norte do Rio Grande do Sul, que vai decidir a forma como ela será implementada; outra para o Vale dos Sinos. Lembro-me aqui do Senador Mozarildo Cavalcanti, que também aprovou duas ZPE para seu Estado no mesmo sentido; e também do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que foi Relator, se não me engano, de duas – uma outra para o Rio Grande do Sul, encaminhada pelo Senador Sérgio Zambiasi.

Sr. Presidente, quero dizer que, com certeza, tanto as ZPEs como a Sudesul serão muito importantes para o desenvolvimento econômico e social do meu Estado. Já possuímos uma ZPE: a do Rio Grande.

O PL nº 261/07, que teve, como sempre, a brilhante relatoria do Senador Pedro Simon, autoriza o Governo Federal a recriar a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul). Esse órgão terá sede em Porto Alegre e sua área de atuação abrange os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Quero dizer, Sr. Presidente, que, quando encaminhei essa proposta para a criação ou, se alguns quiserem, para a recriação da Sudesul, eu tive o apoio dos três Governadores do Sul: da Governadora do Rio Grande do Sul, que é do PSDB, a ex-Deputada Federal Yeda Crusius; do ex-Deputado de Santa Catarina,

Luiz Henrique; e do ex-Senador e hoje Governador Requião, do Estado do Paraná.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que durante a existência da Sudesul, criada ainda em 1967 e extinta em 1990, o órgão serviu de base para a fundamentação das ações governamentais e para a orientação das atividades do setor privado e, consequentemente, do desenvolvimento da Região Sul. O projeto segue agora para a CCJ, onde terá caráter terminativo.

Sr. Presidente, o PL nº 364/07 e o PL nº 366/07 criam zonas de processamento de exportação, ZPE, na região do Vale do Sinos e região norte do Estado, respectivamente.

Creio que as ZPE não são a salvação da lavoura. Não quero dizer que, com a instalação de uma, duas, três ou quatro ZPE em cada Estado, está tudo resolvido. Mas elas podem, em médio prazo, ser importantes parceiras na geração de postos de trabalho e no desenvolvimento regional.

Senador Mozarildo Cavalcanti, como V. Ex<sup>a</sup> permitiu que eu falasse antes de V. Ex<sup>a</sup>, é com alegria que concedo, com satisfação, um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (Bloco/PTB – RR) – Senador Paim, fico muito feliz com esta sessão de hoje, porque muitos dizem que na sexta-feira há poucos oradores, mas é uma sessão de grandes temas e de debates importantes. Ouvimos o Senador Adelmir falar do ensino profissionalizante, e V. Ex<sup>a</sup>, das Zonas de Processamento de Exportação. Como V. Ex<sup>a</sup> frisou, em Roraima tivemos a felicidade de ver aprovadas duas Zonas de Processamento de Exportação em dois Municípios que precisam desse estímulo. E, se essas ZPE são importantes para o Brasil como um todo, para Estados como o de V. Ex<sup>a</sup>, que tem um desenvolvimento considerável, imaginem para o meu, que é um Estado pequeno, que nem começou a fase de emergência. Até porque o Governo Federal tem sistematicamente impedido o desenvolvimento do Estado com a criação de imensas reservas ecológicas indígenas. Em resumo, apenas 8% das terras do Estado estão disponíveis hoje para o Estado. Então, uma forma de contrabalançar e desenvolver o Estado seria a implementação dessas Zonas de Processamento de Exportação. E eu tive a felicidade, portanto, de ver aprovadas ZPE para um Município bem ao sul do Estado, que é Rorainópolis, e para um outro que é um dos mais antigos, Caracaraí, próximo da Capital. Quero agradecer o apoio de V. Ex<sup>a</sup>, que estava na sessão, e ao Senador Geraldo Mesquita, e esperar que o Presidente Lula dê prioridade à implantação dessas ZPE para áreas de Estados desenvolvidos que não são desenvolvidas, como sei que há no Estado de V. Ex<sup>a</sup>, mas também para Esta-

dos que carecem de desenvolvimento, como é o meu Estado de Roraima.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela aprovação das duas ZPE e, como V. Ex<sup>a</sup> disse, quando nós Senadores tivemos essas iniciativas, e foram diversos Senadores, nós apontamos para as regiões dos nossos Estados que mais precisam. Então, há uma lógica, uma razão de ser da apresentação das propostas.

Quero também cumprimentar o Relator dessas ZPE, que foi o Senador Marco Maciel, no meu caso, que deu o parecer favorável e fez uma bela defesa da implantação dessas duas ZPE para o Rio Grande do Sul, repito, até porque já existe uma em Rio Grande.

Quero dizer que ambos os projetos seguem agora para a Comissão de Assuntos Econômicos e espero que lá eles sejam aprovados com brevidade.

Tenho alguma dificuldade na Comissão de Assuntos Econômicos. Projetos meus que caem lá todos têm dificuldade. Espero que os projetos das ZPE, porque há diversos Senadores com a mesma proposta, sejam aprovados. Então, vou fazer um apelo à Comissão de Economia.

Quero ainda dizer, Sr. Presidente, que essas duas propostas têm um caráter democrático e coletivo. Caberá ao Governo do Estado e à região, após ampla consulta aos locais, decidir como é que elas vão ser implementadas.

Sr. Presidente, o Brasil tem profundas desigualdades quanto ao desenvolvimento de suas unidades federadas. O Sudeste, apesar de contar com algumas microrregiões mais pobres, está na dianteira do desenvolvimento regional desde muito tempo, o que é positivo – meus cumprimentos aqui ao Sudeste.

Sempre é bom lembrar que o inciso III do art. 3º da Constituição Federal de 1988 estabeleceu como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades regionais”.

Para a consecução desse objetivo, também podemos ver estampado no parágrafo primeiro do seu art. 43, que lei complementar poderá dispor sobre “a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, juntamente com estes”.

Foi com base nesse dispositivo constitucional que apresentei, em 21 de maio deste ano, projeto de lei complementar que recebeu a denominação de PLS nº 261, de 2007 – Complementar, propondo a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul

(SUDESUL), pois as regiões Norte e Nordeste conseguiram “recriar” – e o mérito É daqueles que atuaram neste sentido – a Sudam e a Sudene. Com isso eu espero que não tenhamos nenhum entrave político e muito menos econômico na recriação da Sudesul.

Nossa região já contava com a Sudesul, que tinha sido criada, como dizia antes, pelo Decreto nº 301, de 28 de fevereiro de 1967; mas essa entidade foi extinta pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que, entre outras, extinguia também a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). Entretanto, essa autarquia está retornando também com um nome semelhante, que aproveita a mesma sigla: Superintendência de Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste.

Daí, Sr. Presidente, com estes argumentos para convencer os Relatores que vão tratar dos dois temas, ZPE e Sudesul, na Comissão de Assuntos Econômicos e também na CCJ, entendo que a Região Sul não pode ser discriminada, pois ainda possui amplos espaços que necessitam de políticas de desenvolvimento para poderem aproveitar mais racionalmente seus potenciais, alavancando, assim, o crescimento econômico para melhorar o nível de vida dos cidadãos que aí residem.

Eu gostaria de enfatizar ainda, Sr. Presidente, que um dos parágrafos que utilizei na justificativa dessa Lei Complementar foi o seguinte:

[...] o processo de desenvolvimento nacional não é caracterizado apenas pelos desequilíbrios entre as macrorregiões, mas também por fortes desigualdades meso e microrregionais. Mesmo nos Estados brasileiros mais desenvolvidos, existem áreas que sofrem de estagnação ou esvaziamento econômico e populacional. Tais áreas, no tocante à atração de investimentos e à implantação de infra-estrutura, são preteridas em favor de localidades que apresentam maior dinamismo socioeconômico.

Se o Governo Federal houve por bem recriar – e eu não tenho nada contra; pelo contrário, assinei embaixo, coloquei o meu ponto de vista a favor – a Sudene, a Sudam e a Sudeco, sendo que o Centro-Oeste já havia sido amplamente beneficiado pela instalação da Capital Federal, que também tem meu amplo apoio, há quase 50 anos – foi, com certeza, um instrumento de forte indução ao desenvolvimento social e econômico -, pergunto: por que não recriar também, repito, a Sudesul, que apresenta, no território sob de sua influência, amplas parcelas que necessitam de incenti-

vos para poderem deslanchar e depois seguirem por conta própria?

A finalidade da Sudesul está expressa no art. 3º do PLS nº 261, nos seguintes termos:

A Sudesul tem por finalidade promover o desenvolvimento includente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

Sr. Presidente, é interessante destacar também o § 2º do art. 12, que diz o seguinte:

O Plano de Desenvolvimento da Região Sul compreenderá programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas do desenvolvimento econômico e social da região, com identificação das respectivas fontes de financiamento.

Algumas áreas da Região Sul merecem atenção especial. Nesse caso, podemos mencionar a região serrana do Estado de Santa Catarina, o sudoeste do Paraná e a metade sul do Estado do Rio Grande do Sul.

É necessário levar em conta ainda as fortes desigualdades microrregionais que caracterizam essas áreas, o que as levam a merecer investimentos em infra-estrutura, já que são sistematicamente preteridas em favor de localidades que apresentam maior dinamismo socioeconômico.

Não podemos nos esquecer das dificuldades que se antepuseram à implantação da Sudene nos anos 50. Mas hoje temos consciência do quanto ela representou para o crescimento econômico em sua área de influência.

Com o aumento da industrialização, principalmente no Sudeste – o que gerou, para essa região, altíssimos investimentos em infra-estrutura –, observou-se uma tendência a um distanciamento ainda maior nos níveis de desenvolvimento, inclusive acentuando as migrações em direção às cidades onde a economia crescia de forma acelerada.

Mas estávamos no período do Governo Juscelino (“cinquenta anos em cinco” – era o lema de que podemos nos lembrar), e o Grupo de Trabalho para o desenvolvimento do Nordeste, criado em 1957 e vinculado diretamente à Presidência da República, foi o sinal de que a preocupação política da época era efetivamente de abrangência nacional.

Em 15 de dezembro de 1959, foi sancionada a Lei nº 3.962, originada de um projeto do Poder Executivo, que criava assim a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, com a sigla Sudene, que tinha por missão “planejar, articular e coordenar todo

esforço governamental no Nordeste, implementando e executando ações necessárias ao seu desenvolvimento, repito, econômico e social".

O primeiro superintende da Sudene, Sr. Presidente, foi o grande economista Celso Furtado, que não se envolvia praticamente em questões de política partidária, mas, mesmo assim, teve seus direitos políticos cassados pelo governo militar.

A Sudene foi dotada de uma estrutura sem similar no País e, com grande flexibilidade administrativa, começou seu trabalho em favor de uma sociedade regional fortalecida e condizente com os impulsos de desenvolvimento registrados pelas demais regiões brasileiras.

Infelizmente, a implantação do regime militar em 1964 inverteu prioridades, e a Sudene sofreu uma transformação que deturpou o sentido com que foi criada.

O que interessa, então, é a criação de uma entidade que demonstre autonomia em relação a questões políticas e se volte totalmente para os aspectos vinculados ao desenvolvimento da região para a qual for criada.

A idéia que me moveu a apresentar o projeto de lei complementar foi exatamente a de contar com um órgão que conheça as necessidades regionais, sobretudo das microrregiões mais necessitadas de um impulso econômico, para que possam ser diminuídas as diferenças observadas no estágio de desenvolvimento, mediante a implantação de programas e projetos que aproveitem, principalmente, as vocações dos habitantes e os recursos naturais encontrados nesses locais.

O fato é que propus a criação da Sudesul para impulsionar o desenvolvimento nas microrregiões mais carentes, pois a Região Sul também dispõe de áreas desenvolvidas, que contrastam espantosamente com as mais pobres. Assim, há casos em que necessitamos de outro tipo de instrumento de política para o crescimento. Nesse caso, as medidas governamentais recomendadas estão entre aquelas que já conhecemos e que permitem maior geração de empregos, com atividades de produção especificamente voltadas para o comércio exterior.

Sr. Presidente, quando falo em comércio exterior – aqui fiz a defesa da Sudesul e agradeço a todos aqueles que me ajudaram a construir esse pronunciamento –, estou voltando a falar, para concluir este meu discurso, nas ZPE.

A idéia desses distritos industriais não constitui exclusividade nacional. Em outros países, especialmente na China, nos Estados Unidos, no México e também em outras áreas, já existiam em 2002 cerca de três mil distritos do tipo ZPE, segundo levantamento feito pela Organização Internacional do Trabalho, à época.

Esses distritos geram empregos para mais de 37 milhões de pessoas, em 116 países. Só na China, são mais de 30 milhões de trabalhadores, e são eles que ajudam esse País a crescer numa taxa média anual que supera os 10%.

A condição básica para a implantação desses distritos é que a maior parte de sua produção seja destinada ao mercado externo. Os produtos vendidos no mercado interno, se autorizada a venda, pagam tributos equivalentes aos da importação. A legislação brasileira atual – o Decreto-Lei nº 2.452, de 1988 – proíbe vendas no mercado interno.

Sem maiores detalhamentos técnicos, podemos dizer que são distritos industriais onde as empresas operam com isenção de tributos, liberdade cambial e procedimentos administrativos simplificados.

Devido ao fato de se basearem em isenção de tributos, as ZPE costumam receber a oposição do Ministério da Fazenda, mas não há dúvida de que as isenções são fortemente compensadas pela criação de empregos, pelas riquezas geradas nesses distritos e por outras formas de contribuição na roda da própria economia.

As importações e exportações de bens e serviços nas ZPE ficam isentas do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Cofins, da Cofins-Importação, do Pis/Pasep, do Pis/Pasep importação, entre outros.

O projeto de lei em tramitação no Congresso e que regulamenta as ZPE, já encaminhado, concede isenção de Imposto de Renda por dez anos para as empresas instaladas no Norte e no Nordeste e por cinco anos nas demais regiões, possibilitando, ainda, a obtenção de recursos em fontes nacionais.

Sr. Presidente, avançamos, sim, com as ZPE, não há nenhuma dúvida. Estou muito tranquilo ao fazer a defesa aqui de um tema que vem há muito tempo sendo debatido no Congresso Nacional. Queria apenas dizer que, no Rio Grande do Sul, como eu dizia antes, já dispomos de uma ZPE, no Município de Rio Grande, criada pelo Decreto-Lei nº 996, de 30 de novembro de 1993, ainda na época do Presidente Itamar Franco.

Porém, até a implantação definitiva, muito coisa é necessária, pois a ZPE só funciona efetivamente após o alfandegamento da área pela Secretaria da Receita Federal, observado o projeto aprovado pelo Congresso Nacional da Zona de Processamento de Exportação, a ZPE.

Sr. Presidente, essa ZPE de Rio Grande apresenta como justificativa à sua instalação o fato de estar localizada na metade sul do Estado, que é a região mais pobre do Rio Grande do Sul.

Quando apresentei a ZPE no Vale do Sinos foi para incrementar a economia daquela microrregião. Não é segredo para ninguém, naquele Estado e no Brasil – quero aqui da tribuna do Senado Federal lembrar –, o nosso compromisso com as políticas geradoras de emprego. Gerar emprego e renda é garantir a dignidade do trabalhador, pois trabalhando ele será capaz de prover o adequado sustento para si e para sua família, diria até mesmo envelhecer com dignidade e pensando na sua própria aposentadoria.

Sr. Presidente, uma nova meta que me propus foi de viabilizar uma Zona de Processamento de Exportação para a região do Vale dos Sinos. Creio que nela há um potencial enorme a ser aproveitado, devido a sua vocação já um tanto diversificada, que abrange a indústria calçadista, moveleira, do vestuário, da vinhicultura e também da metalurgia.

O Vale do Rio dos Sinos tem uma extensão de aproximadamente 1.400 quilômetros, acompanhando o curso do rio e colhendo ali um número sem fim de municípios. Sua população, em 2003, segundo levantamento da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, era de mais de 1,250 milhão de habitantes. Segundo a mesma Fundação, os Municípios dessa região são os seguintes: Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estâncio Velha, Esteio, Iotti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e muitos outros, que não vou ler neste momento aqui da tribuna.

O projeto de lei que apresentei no Senado, em 21 de junho deste ano, recebeu a denominação de PLS nº 364, de 2007. O seu escopo está definido na ementa, que diz: "Dispõe sobre a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região do Vale dos Sinos, Estado do Rio Grande do Sul".

Sr. Presidente, este projeto já tem designado o Relator. E tenho certeza agora de que será aprovado também na outra Comissão.

Concluindo, no caso dos calçados, as posições estão se invertendo, e a indústria nacional perde espaço inclusive internamente. Basta dizer que, em 2004, o Brasil importou cerca de 6,6 milhões de pares de sapatos da China; em 2005, esse número saltou para 13 milhões, praticamente o dobro do ano anterior.

Tudo isso – estou resumindo aqui – vem reforçar a minha convicção de que a solução mais razoável seria criar uma ZPE no Vale dos Sinos, até para se contrapor à situação de falência, Sr. Presidente, de inúmeras empresas na área, principalmente na produção de calçados.

Nossas exportações de calçados caíram 11% em 2005, e havia uma tendência de queda de 26% para

2006, conforme dados apresentados no artigo "A Guerra dos Sapatos e dos Empregos", do professor da Universidade de São Paulo (USP) José Pastore, publicado no Estadão *on-line* do dia 7 de março de 2006.

Outro fato assustador, na mesma área, foi a situação que ocorreu com a Azaléia, que está no mercado há 12 anos e vende para 70 países. Essa importante indústria calçadista viu suas vendas despencarem em 26% em 2005, depois de ter embarcado um recorde de nove milhões de pares em 2004.

Sr. Presidente, quero concluir.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Senador Paulo Paim, eu queria, abusando um pouquinho...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Eu já abusei do tempo, por isso estou tentando concluir. Mas ouço, com alegria, o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Mas essa questão da China não me permite ficar calado. Na verdade, se fosse a China que estivesse realmente se desenvolvendo, nós tínhamos que tirar o chapéu e dizer que eles são muito competentes. Mas, na verdade, não é. São as grandes indústrias multinacionais que estão se instalando na China e que, usando uma mão-de-obra baratinha, diria até que quase escrava, estão tirando grandes lucros no mundo todo. Então, por intermédio da China, essas grandes empresas multinacionais estão sufocando economias como a nossa. Setores da indústria...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> leu uma parte do meu discurso.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Desculpe-me, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Não; faço questão de ouvi-lo, porque o aparte está na mesma linha.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – De qualquer forma, isso realmente dá a impressão de que os chineses são trabalhadores, competentes. Infelizmente, na verdade, eles estão sendo intermediários dos grandes conglomerados industriais e financeiros do mundo.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>. Quero dizer que concordo na íntegra. Por isso a importância das ZPE aqui no Brasil.

Vou ler um pedacinho do meu pronunciamento que vai ao encontro da fala de V. Ex<sup>a</sup>.

Só assim será possível contrabalançar os altos encargos sociais, a pesada tributação e a taxa de juros, que, mesmo tendo diminuído, ainda se coloca entre as mais altas do mundo. Além disso, há a concorrência dos calçados chineses, cuja indústria já foi acusada, em vários ocasiões, de atuar na forma de *dumping* ou

de subfaturamento de seus produtos, em parcerias com outras multinacionais, com o objetivo de quebrar qualquer possibilidade de sobrevivência de seus concorrentes – no caso, o Brasil.

Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mozarildo, dizendo que esses dados foram compilados, inclusive, com a assessoria econômica do Senado, o que mostra que V. Ex<sup>a</sup> também é um estudioso do tema.

Sr. Presidente, a minha luta é para que o Estado do Rio Grande do Sul seja dotado de quatro ZPE: uma no Rio Grande, uma na região norte, uma no Vale dos Sinos, e uma outra de cujo projeto o Senador Mesquita Júnior foi Relator, e o Senador Zambiasi, autor. Vamos, com certeza, Senador Geraldo Mesquita Júnior, trabalhar para que as quatro entrem em pleno funcionamento.

Para completar a cobertura, como eu dizia, para o desenvolvimento do nosso Estado, encaminhei o PLS nº 366, de 2007, também já aprovado, que cria a ZPE na região norte do Rio Grande do Sul. Naturalmente, essa comunidade vai debater, discutir e encaminhar para a cidade em que entende que, naquele momento, deva ser instalada a ZPE.

Espero ter demonstrado a minha luta a V. Ex<sup>a</sup>s aqui presentes.

Senador Simon, inclusive, na abertura eu falava do seu brilhante relatório para criarmos a nossa Sudesul e dizia que o seu relatório está amparado na vontade dos três Governadores do Rio Grande do Sul, que falaram tanto comigo quanto com V. Ex<sup>a</sup>, para que, a exemplo de outras Regiões do País, tenhamos também a nossa Sudesul instalada.

Sr. Presidente, encerro, dizendo que, sem uma política desenvolvimentista, não teremos como deslanchar, ficando sujeitos à perpetuação das desigualdades microrregionais, em que algumas áreas esbanjam progresso, enquanto outras apresentam penúria e pobreza. E a metade sul – refiro-me de novo ao Senador Simon, que tem projeto nessa área – é uma região que precisa, efetivamente, de investimentos, e por isso trabalhamos muito aqui com esse objetivo.

Espero que todas essas propostas possam tornar-se realidade para o Rio Grande do Sul e também para outros Estados que entraram com propostas semelhantes. Buscamos uma política igualitária e com melhores oportunidades para todos os habitantes do Estado, que sempre demonstraram ser trabalhadores honrados e capazes, nas mais diversas áreas de produção.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Peço permissão para interrompê-lo por um minuto, quando passo a Presidência a este extraordinário Secretário da Mesa Senador Efraim Morais. E aproveito

para fazer-lhe uma homenagem, porque foi S. Ex<sup>a</sup>, liderando a Minoria desta Casa, que criou, teve a inspiração de abrir o Senado da República às sextas e às segundas-feiras. Era uma vergonha, como diz Boris Casoy, o Congresso estar fechado às segundas e às sextas. Então, é com muito orgulho que passo a Presidência a este Líder, que escreveu uma das mais belas páginas, liderando a Minoria neste Congresso.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Mão Santa.

Cumprimento já o Senador Efraim Morais, Senador com que tive a alegria de dividir a Mesa da Câmara dos Deputados, onde fez o mesmo trabalho brilhante que está fazendo aqui, no Senado da República.

Com isso, encerro, Sr. Presidente, este meu pronunciamento, em que fiz a defesa da Sudesul e também das ZPE. Referi-me, no meu pronunciamento, às ZPE encaminhadas para o Rio Grande do Sul, mas entendendo que elas serão instaladas em todo o território nacional e que haveremos, com certeza absoluta, de gerar milhões de empregos e divisas para o nosso País.

*Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, e ao Senador Paim. Imagino que, por se tratar de uma sexta-feira, são tantos os elogios.

Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves. Em seguida, falará o Senador Mozarildo, e eu estou inscrito também.

Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o meu problema hoje é aeroporto. Estou precisando viajar e o avião sai daqui a 30 minutos, se não atrasar.

E venho falar também sobre aeroporto, aliás, sobre o Aeroporto de São Gonçalo, um projeto que nós do Rio Grande do Norte estamos apoiando. São Gonçalo fica na grande Natal, a aproximadamente 15km da capital, e vai permitir que se construa lá um dos maiores aeroportos do País.

Venho à tribuna dizer que a nossa defesa, a minha, neste instante, Senador Geraldo Mesquita, a do Senador José Agripino, a da Senadora Rosalba, não é uma defesa voltada ou inspirada no sentimento doméstico, no sentimento ufanista. A nossa defesa é

inspirada na posição estratégica que esse aeroporto detém numa hora como essa de crise aérea.

E quem fala em favor desse aeroporto é o Prefeito Jaime Lerner. Eu o estou tratando por Prefeito, mas, na verdade, ele é ex-Prefeito de Curitiba e ex-Governador do Paraná. Jaime Lerner não é apenas um ex-Governador, um ex-Prefeito, não é apenas um político, mas um grande técnico, um grande urbanista, um homem que rompeu as fronteiras do Brasil e que tem um prestígio internacional. Pois foi esse homem que concedeu, na semana passada, uma entrevista à revista *ISTOÉ*. Ao ser indagado sobre o que sugeriria para resolver os problemas do aeroporto de Congonhas, ele diz:

A primeira coisa é evitar a centralização excessiva que acontece em São Paulo, tanto em Congonhas como em Guarulhos. É preciso respeitar as limitações de Congonhas. A crise aérea do Brasil decorre principalmente de uma falta de planejamento estratégico adequado com relação às linhas aéreas. Grande parte dos problemas se resolveria com a criação de dois novos centros, um no complexo Cumbica/Viracopos e outro no Rio Grande do Norte.

O repórter pergunta, em tom de admiração: "No Rio Grande do Norte?". Certamente, o repórter desconhece, até então, a importância estratégica do aeroporto de São Gonçalo. E ele responde:

Claro. Assim, descentralizaremos as chegadas internacionais. Ali é a esquina do Brasil. É o ponto geográfico médio mais próximo dos grandes destinos da Europa e da América. Além disso, devemos utilizar mais Viracopos e os aeroportos do Rio e Belo Horizonte como ponto dos destinos internacionais.

Sr. Presidente, Senador Efraim Moraes, esse é o depoimento não apenas de um político cuja isenção basearíamos em um critério regional, porque Jaime Lerner não é ex-Governador da Paraíba ou de Pernambuco, mas do Paraná.

Por outro lado, repito, não se trata apenas de um político. Não é que eu esteja querendo, absolutamente, desvalorizar a opinião dos políticos, até porque sou um deles. É porque os políticos não têm, às vezes, o conhecimento técnico e, por isso, buscam os assessores técnicos, as equipes técnicas.

No caso de Jaime Lerner, ele é autor, inclusive, de soluções, como as apresentadas para o transporte de massa na cidade de Curitiba. Ele levou essa experiência para a América Latina, Europa e outros Países e agora empresta o cabedal dos seus conhecimentos para que o Brasil possa enxergar mais longe nesta crise aérea.

Hoje, *O Globo* diz que está levando o Ministro Nelson Jobim, que recebeu carta branca do Presidente Lula para gerenciar a crise, a enfrentar a batalha burocrática pela liberação dos recursos, como fez ontem, passando o dia em reunião com a Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. O Governo prometeu mais de R\$2 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento. No papel estão previstos R\$834 milhões para 2007 e R\$3 bilhões para 2010.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (Bloco/PTB – RR) – Senador Garibaldi, V. Ex<sup>a</sup>, modestamente, disse que, sendo político, busca a assessoria técnica para abordar certos temas. V. Ex<sup>a</sup> é um profundo convededor dessa área e tenho acompanhado os seus vários pronunciamentos. Mas o político, na verdade, não pode ser técnico em várias áreas; ele tem é que ter sensibilidade, capacidade de estar atento a todas as reivindicações. Vários setores têm alertado para este tema da aviação no Brasil há muito tempo, principalmente as autoridades do setor aéreo que reputo o mais responsável: a Força Aérea Brasileira. A concentração é um dos grandes problemas. No Brasil, tudo é concentrado, principalmente no Sul e Sudeste: a educação, o poder econômico, a cultura e até a aviação. V. Ex<sup>a</sup> fala baseado numa entrevista do Jaime Lerner, mas existe há muito tempo essa percepção de que a malha aeroviária no Brasil é completamente mal planejada. Se é por falta de recursos ou por falta de vontade política, é outra história, mas que tem que desconcentrar, tem. Nós não podemos, num País continental como o nosso, não ter, entre a Amazônia e São Paulo, por exemplo, praticamente nenhum outro centro de controle. Da mesma forma no Nordeste. Mas eu queria aproveitar para abordar um ponto, a aviação regional, outra coisa que poderia, de maneira importante, desafogar a questão do tráfego aéreo e aliviar a vida dos usuários. Hoje, quem vai de Porto Alegre para Londrina tem que ir a São Paulo e voltar para Londrina. Quem vai do Piauí para o Maranhão tem que vir a Brasília e voltar para o Maranhão. Então, é preciso que a aviação regional seja intensificada. Aprovei um projeto aqui, que foi para a Câmara em 2001, criando um adicional tarifário para reforço da aviação regional. Lamentavelmente, ele foi aprovado somente agora na CCJ, em caráter terminativo, no pior momento do apagão aéreo. Aí todo mundo "desceu o pau" dizendo que se estava criando mais uma tarifa para o usuário pagar numa situação em que é mal-atendido. Na verdade, é para dar condições para que as empresas de aviação regional do Nordeste, como a TAF, a Total, a OceanAir, a Rico, na Amazônia, possam realmente atender as cidades de médio e pequeno porte.

no porte, o que desafogaria as grandes linhas. Mas as grandes querem concorrer com as pequenas e matam as pequenas. Então, eu, o Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Transporte Aéreo Regional e os Presidentes das empresas regionais estivemos com o Ministro da Defesa, com a Ministra do Turismo e com o Ministro das Relações Institucionais para ver se aprovamos na Câmara esse projeto, porque, em caráter terminativo, voltaria para o Senado. Só que, de forma desavisada, pelo momento político, vários Parlamentares entraram com requerimento pedindo para ser apreciado em plenário. Traduza-se: apreciar em plenário na Câmara significa enterrar o projeto, significa ele ir para a fila e não ter nunca oportunidade de ser votado. Então, eu queria colocar, dentro do contexto do discurso de V. Ex<sup>a</sup>, com a sua permissão, a questão da aviação regional como um dos remédios, não o único, para curar esse grande problema que é o transporte aéreo no Brasil.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)**  
– Agradeço pelo aparte.

Se V. Ex<sup>a</sup> fizesse parte da Subcomissão dos Marcos Regulatórios, teria ouvido o depoimento das autoridades que ali compareceram na segunda-feira. O novo Presidente da Infraero, o atual Presidente da Anac, o Brigadeiro, Presidente do DCEA, da Aeronáutica, antigo DAC, todos eles justamente chamando a atenção para o que o transporte regional aéreo pode representar numa hora como esta, e que nós perdemos essa possibilidade. Na verdade, não somente em termos de transporte regional, mas o que foi dito ali é que nós já tivemos 400 linhas aéreas e hoje só temos – acho que V. Ex<sup>a</sup> tem esse dado – 170 linhas aéreas. Então, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e dou o aparte agora ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – Senador Garibaldi, é muito oportuno, e este Congresso só tem razão se nós fizermos da tribuna um... – aqui se fez; é para denúncia popular. Mas quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o nosso Luiz Inácio não está certo nem o Ministro da Defesa. Ontem esteve aqui o Almirante Comandante da Marinha, que disse que, se continuar como está... Porque, Ministro da Defesa, não é cadeira de avião, não; não é só isso, não. Outro dia, V. Ex<sup>a</sup> viu o líder do contrabando aqui, porque nós estamos desguarnecidos. Eu queria dizer que o Almirante Comandante da Marinha disse que, se continuar como está, em 25 anos, Geraldo Mesquita, acabou a Marinha do Brasil, pois não há nenhum investimento. Olha, a idade média das sucatas que aí estão navegando é de quase 50 anos. Os submarinhos estão todos danificados. Foi um depoimento triste. E o mais triste é uma observação que o Almirante fez ao nosso Líder do Governo, o Senador

Aloizio Mercadante, que é um homem muito inteligente e honrado. Eu contei o fato. E perguntei ao Almirante se ele tinha filho na Marinha, e ele disse que não. Porque eu recebi uma denúncia de que, ao longo da história, a festa mais linda era quando um pai almirante entregava a espada para um filho aspirante; um brigadeiro, para um filho aspirante; um general... Então, nós não temos mais isso; estão acabando. Então, o Ministro Nelson Jobim está errado. Ele impressionou Luiz Inácio, que disse que não gosta de ler, que não gosta de estudar, mas que é um homem muito inteligente, é o homem que tem mais votos. E o Ministro disse aquele arroubo: “Não se queixe, não se desculpe; haja ou saia, não se explique...” Aquilo foi um trecho de discurso de Disraeli, Ministro da Rainha Vitória. Então, nunca nós temos dantes. Nós fomos à Jamaica mostrar que os nossos *seabed* – quer dizer riquezas do fundo do mar –, os minérios, não têm, como o mundo todo tem, uma instituição nacional que busca e que está pesquisando. O Brasil não tem. Então, os estrangeiros fortes já estão pesquisando os minérios que os estudos mostram que vão faltar na superfície da Terra. E nós não temos participação nisso. A sede é na Alemanha, assim como a legislação; mas, estrategicamente, acho que por ser uma ilha, está na Jamaica. E nós vimos. Então, defesa é muito mais. Agora, eu me congratulo com as preocupações aéreas, mas não é só isso. Do Ministério da Defesa, foi um Almirante quem disse que está marcado, se continuar assim, pois este Governo não comprou uma canoa para a Marinha. O último porta-aviões sério que houve foi Juscelino Kubitschek – V. Ex<sup>a</sup> deve se lembrar –, o Minas Gerais, há mais de meio século. Então, estão sucateadas as grandes Forças Armadas. V. Ex<sup>a</sup> deve ter tido, como eu, da nossa geração, o maior sonho, que era entrar no ITA. Eu não fui, pois tenho um defeito visual e fui cortado. O ITA, que formou os técnicos para formar os aviões, a Embraer. Ninguém deseja mais, pois está enfraquecida. V. Ex<sup>a</sup> deve se lembrar da Escola das Agulhas Negras, que formava os engenheiros, os batalhões rodoviários que construíram as estradas e as pontes do Piauí. Só restaram dois. Acabaram. V. Ex<sup>a</sup> deve se lembrar do CAN. Eu viajei em avião da FAB. Havia vôo gratuito para a população. Eu me lembro que eu saí de Fortaleza em um avião da FAB, que conseguimos de graça, para saber onde eu iria fazer a residência médica, em São Paulo. Então, a realidade é isso. E o Mercadante viu. Eu disse a S. Ex<sup>a</sup>: “Pergunte a seu pai se ele tem essa observação”. Olhe a gravidade. Nunca mais um general entregou a sua espada para um filho aspirante; nunca mais um brigadeiro entregou a sua espada para um aspirante da Aeronáutica; nunca mais um almirante... Então, é porque não está bom. Queremos coisas boas

para o filho. Eles não estão nem desejando mais que os filhos os sigam. Então, isso é que é a grandeza, com aquele arroubo do Jobim, que enganou apenas, maldosamente, o nosso bondoso Presidente Luiz Inácio. Aquele discurso não é dele; aquele discurso foi de Disraeli, Ministro da Rainha Vitória.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)**

– Agradeço ao Senador Mão Santa. A verdade é que não tive oportunidade de ouvir o depoimento do Ministro da Marinha, mas soube que foi dramático, realmente, a respeito das condições da Marinha. Mas vou voltar a tratar da Aeronáutica, porque, a esta altura, se nós enveredarmos pela crise das Forças Armadas – já temos a crise da Aeronáutica; depois, a crise da Marinha –, onde é que vamos parar, Sr. Presidente? É uma preocupação a mais.

Mas quero terminar o meu pronunciamento, dizendo que vim aqui para mostrar, do ponto de vista estratégico, o que representa o Aeroporto de São Gonçalo, no Estado do Rio Grande do Norte, para que este País possa voltar a sua atenção, o Governo, Senador Efraim Morais, para a importância que representará este aeroporto, porque hoje o turista passa para São Paulo direto e, depois, para chegar ao Nordeste, ele tem de voltar. São seis horas a mais; passa um dia no aeroporto. Nós já ouvimos depoimentos em nossas viagens por aí de que é um massacre o que se vem constituindo o transporte aéreo para o Brasil.

Também o aspecto das cargas, porque se faria uma redistribuição das cargas por meio de um aeroporto como esse muito mais adequado. Há também o problema das ZPE, que foi abordado pelo Senador Paulo Paim. O aeroporto tem uma importância estratégica do ponto de vista da exportação, facilidade para exportar por meio da localização de uma ZPE, que está prevista desde o Governo Sarney e continua na expectativa de sua instalação.

E, por último, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que o aeroporto ainda poderia constituir-se no que chamam de aeroporto cidade. Não há mais tempo para explicar isso agora. Muitos conhecem essa experiência. O ex-Deputado Ney Lopes, do nosso Estado do Rio Grande do Norte, tem sido um defensor dessa solução e da solução do aeroporto industrial para exportação.

Peço apenas, nesta manhã, que se possa ler uma palavra autorizada de um técnico, de um político, mas, sobretudo, de um técnico como Jaime Lerner, em suas declarações à revista ISTOÉ.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB)**

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Garibaldi Alves Filho.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos, nobre Senador.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB**

– RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, antes de abordar o assunto do meu pronunciamento, quero registrar a presença, na tribuna de honra, do irmão Adelson, maçom proeminente do Estado do Acre, que está na cidade participando dos eventos da maçonaria, que se iniciaram ontem e que vão terminar no dia 20, que é o Dia do Maçom, com uma sessão solene em homenagem à maçonaria aqui no Senado, evento, aliás, que já se faz há sete anos. Ressalto também a presença do Dr. Alex Ladislau, Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil no meu Estado de Roraima, que, estando em Brasília a serviço, nos honra com sua presença nesta Casa.

Sr. Presidente, como disse nas considerações iniciais, começou, ontem, vamos dizer assim, uma série de eventos relacionados com o que eu poderia chamar de “Semana do Maçom”.

Ontem, instalou-se, no Grande Oriente do Brasil, a chamada Suprema Congregação da Instituição, composta pelos grão-mestres estaduais, que são os dirigentes do Grande Oriente do Brasil em cada Estado. Portanto, de Norte a Sul e de Leste a Oeste do Brasil, estavam os maçons do Grande Oriente do Brasil reunidos para, a partir de hoje, discutir temas do interesse nacional, como a Amazônia, a realidade política do Brasil, o desenvolvimento do Brasil, a questão da criminalidade – todos esses temas, inclusive de maneira sistematizada, com grupos de trabalhos. Amanhã, será votado um documento final que será uma espécie de carta do Grande Oriente do Brasil à Nação brasileira.

Ontem, a sessão teve como objetivo maior, Senador Geraldo Mesquita Júnior, uma homenagem que o Grande Oriente do Brasil prestou à Ministra Ellen Gracie. Muita gente pensa, até por causa da campanha que se fez sistematicamente contra a maçonaria, que ela é uma espécie de “clube do bolinha” na qual mulher não entra. Na verdade, a maçonaria se esteia principalmente na mulher. Também, ontem, começou o Encontro Nacional das Dirigentes Femininas da Maçonaria, que pertence a uma instituição chamada Fraternidade Feminina Cruzeiro do Sul, composta pelas esposas dos maçons, e tem, portanto, uma dirigente estadual e uma em cada loja.

Essas instituições que atuam em silêncio fazem um trabalho magnífico em cada Estado: assistência realmente desinteressada às pessoas pobres, com

programas específicos para deficientes, drogados, idosos, crianças desamparadas.

Eu, como maçom, discordo inclusive dessa tese da maçonaria de que não devemos divulgar o que fazemos. Acho que temos o dever de prestar contas à sociedade do que nós fazemos. Nós existimos, fazemos o bem e não divulgamos o bem que fazemos, e, por isso, damos margem a sermos mal interpretados, ou mal compreendidos pela sociedade.

Então, estão reunidas aí mulheres de todos os Estados, esposas de maçons, para discutir, também elas, a forma de aprimorar as ações sociais que a maçonaria faz, através delas, em todas as cidades, em todos os Estados do Brasil.

Mas eu queria dizer que a homenagem prestada à Ministra Ellen Gracie tem dois aspectos, Senadora Fátima Cleide: a homenagem da maçonaria à mulher brasileira; o reconhecimento da maçonaria à importância da mulher no contexto, qualquer que seja, da vida humana. Eu não precisaria aqui dizer, como médico, o papel da mãe, o papel da esposa, o papel da avó, enfim, o papel da profissional, isso todo mundo reconhece e decanta.

Mas a Ministra Ellen Gracie também recebeu essa homenagem não por ser mulher apenas, mas por sua competência, por sua integridade, por sua trajetória de carreira, desde advogada militante até chegar ao Supremo Tribunal Federal. E a homenagem, que é a maior comenda que a maçonaria dá a uma pessoa não-maçom, independente de ser mulher ou não, Senadora Fátima Cleide, me comoveu muito. Mas me comoveu mais ainda o pronunciamento da Ministra, que quero pedir permissão para ler na íntegra:

Na íntegra, as palavras da Ministra:

Surpreendeu-me agradavelmente a homenagem que me presta o Grande Oriente do Brasil, homenagem que recolho e interpreto como endereçada ao Supremo Tribunal Federal e a todos os seus integrantes no passado e no presente.

Comove-me particularmente pelo fato de que meu avô paterno, patriarca irrepreensível, que legou princípios de absoluta correção ética a uma numerosa descendência, era maçom. Participar desta cerimônia corresponde, por isso, além do convívio agradável com integrantes desta Grande Loja, a oportunidade de homenagear-lhe a memória [a memória do seu avô].

Mas, devo confessar-lhes que tinha para com a maçonaria uma antiga desconfiança e quase um desgosto [Senadora Fátima Cleide, olhe só], em razão do fato de seus círculos re-

pelirem as mulheres. Fui, portanto, com satisfação, cativada pela mudança de parâmetros que o gesto dos integrantes da fraternidade representa. A maçonaria, como a sociedade em geral, verifico, está em vias de superar as idéias excludentes que privaram a metade da população de participar mais ativamente da condução dos destinos nacionais.

Quero fazer um parêntese para dizer que eu teria aparteado a Ministra se tivesse tido a oportunidade de fazê-lo. A maçonaria nunca excluiu as mulheres. Ao contrário, um dos requisitos fundamentais, aliás, o fundamental para um homem casado entrar na maçonaria é que sua mulher concorde com isso – viu, Senadora Fátima Cleide? Para um homem casado ser maçom é preciso que a mulher dele concorde. Se ela disser para os maçons que vão fazer a sindicância que não concorda, embora ele morra de vontade de entrar, ele não entra, pois a maçonaria preza prioritariamente a família. Portanto, se a mulher não quer que o marido nela ingresse, a maçonaria não o aceita para não causar desarmonia na família.

Então, a Ministra não tinha essa informação, e eu, como não podia dá-la naquele momento, estou dando agora.

De novo as palavras da Ministra:

São essas as motivações pessoais, outras há, e muito elevadas, para que seja grande o meu regozijo em participar desta solemnidade.

No Brasil, a história da maçonaria se confunde com a história das lutas pelos melhores ideais, como a causa da Independência e a campanha abolicionista. Não só a Independência, mas alguma das mais nobres campanhas pelo progresso deste País e de sua inserção no concerto das nações civilizadas e democráticas. Assim, foi do maçom Joaquim Nabuco a iniciativa da criação da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão; foi o Ministério Liberal, presidido pelo maçom José Antonio Saraiva, que conseguiu a aprovação da Lei dos Sexagenários. Entre os abolicionistas fervorosos, contam-se Rui Barbosa, José do Patrocínio e Castro Alves. Todos maçons. Aliás foi de Rui...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Senador Mão Santa, com muito prazer darei. Só quero contextualizar aqui.

Continuo com as palavras da Ministra:

Aliás foi de Rui a iniciativa pela qual todos os maçons brasileiros libertaram seus escravos, três anos antes da Lei do Vento Livre.

Então, Senadora Fátima Cleide, foi uma imposição da Maçonaria a seus membros, três anos antes da Lei do Vento Livre, não é nem da Abolição, que nenhum maçom podia ter um escravo, e todos foram libertados com carta de alforria.

Lojas maçônicas se fundaram no Brasil a partir de 1802, sendo Manuel Arruda Câmara, médico [por acaso, portanto, nosso colega, Senador Mão Santa] e um dos mais notáveis botânicos do século XIII, o iniciador do movimento. As idéias que traziam de sua temporada de estudos em Montpellier, na França, influenciaram a revolução de 1817. O ideário maçônico no Brasil e a ação de seus integrantes assumiu cunho liberal e nacionalista, ainda presentes as duas vertentes da instituição. Uma vez obtida a independência, com a manutenção do regime monárquico, ambas as correntes maçônicas se reconciliaram, passando a ser dirigidas pelo mesmo arconte, o próprio Imperador Dom Pedro I.

Quer dizer, passou a ser o Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil.

No Brasil – quem o afirma é o grande Carlos Delgado de Carvalho – a Maçonaria não era nem uma luta de classes, nem uma movimento anti-religioso, características que existiram em certa medida na Europa e que teriam influenciado os movimentos revolucionários que culminaram na perda, pela Santa Sé, do domínio sobre parcela considerável do território italiano, reduzindo-se o poder temporal da Igreja Católica à Cidade do Vaticano. Foram esses fatos que levaram à condenação das sociedades secretas pelo *Sylabus papal* de 1864.

Entenda-se, a Igreja, ao perder poder temporal, passou a culpar a Maçonaria e outras sociedades secretas. Mas a Maçonaria não é uma sociedade secreta, é uma sociedade discreta. Para provar que ela não é secreta, ela tem seus regimentos, seus regulamentos e constituição registrados em cartório. Todos os seus documentos são públicos, como exige a Constituição.

Enquanto isso, no Brasil, as lojas eram repletas de religiosos de todas as ordens. No entanto, alguns sacerdotes brasileiros que fizeram sua formação na Itália [depois é bom compreender] sofreram influência da conjun-

tura que lá se vivia e trouxeram no seu retorno uma atitude de intolerância com a qual acabaram por desencadear a equivocada “questão dos bispos”, em que até mesmo o Supremo Tribunal se manifestou para condenar os religiosos.

Vou fazer uma interrupção para ouvir o aparte do Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – Senador Mozarildo, por coincidência, eu estava lendo alguns *e-mails* que recebo, e são muitos, e passei um que mostra a influência de V. Ex<sup>a</sup>, que simboliza os maçons do dia de hoje. Embora eu não o seja, na minha Cidade, Paráíba, uma das lojas maçônica é a Francisco Correia, irmão do meu avô, por quem sempre tive respeito. Eventualmente sou convidado e vejo a participação deles, sempre beneméritos, pois essas instituições mantêm escolas, creches, campanhas. Nas sessões solenes, eles chamam as cunhadas, aliás, mostrando a maior deferência e fazendo as reuniões com as mulheres. Mas eu queria ratificar, a Maçonaria vem muito antes. Gonçalves Ledo, José Bonifácio, a Independência... Foram eles que fizeram a cabeça de D. Pedro I, quer dizer, antes da libertação dos escravos, do problema da República. Na Independência deste País, o ícone foi Gonçalves Ledo, o maçom. Mas eu diria a v. Ex<sup>a</sup> o seguinte – atentai bem, Geraldo Mesquita: recebi um *e-mail*, que é de Roberto Fernandes da Silva. Ele diz: “Boa tarde, Sr. Senador da República do Brasil. Escrevo a vossa excelência para dizer que, hoje, sou seu fã nº 2. Digo isto porque eu já sou fã nº 1 de sua excelência o Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB de Roraima”. V. Ex<sup>a</sup> ganhou uma medalha de ouro, e ele me deu uma medalha de prata. E tem mais – é longo, até vou passá-lo para V. Ex<sup>a</sup>: “Em 2003, por motivo que só Deus sabe, tive que ir a Roraima e, hoje, sou, de coração, fã nº 1 de sua excelência o Senador Mozarildo Cavalcanti”. Aí ele diz que gosta de ver Edison Lobão, Arthur, Romeu Tuma, Marisa Serrano, Antonio Carlos Magalhães – que Deus o tenha. Então passo-o a V. Ex<sup>a</sup> e digo o seguinte: entendo que uma instituição é secular porque ela tem admiração, é consolidada e respeitada. Então V. Ex<sup>a</sup> – não bastariam esses citados históricos – é esse exemplo de grandeza que é atestado por um homem do povo e V. Ex<sup>a</sup> simboliza essa grandeza da história da maçonaria em nosso País.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR)** – Obrigado, Senador Mão Santa. Agradeço o aparte e, de público, também agradeço as palavras do remetente da mensagem que V. Ex<sup>a</sup> prometeu-me encaminhar, para que eu possa agradecer a ele essa deferência elogiosa.

Digo que é de depoimentos como o de V. Ex<sup>a</sup>, que não é maçom, e o da Ministra Ellen Gracie que a maçonaria precisa. E precisa divulgar porque muita história contra a maçonaria foi criada, como eu disse aqui, por questões de briga de poder.

A maçonaria, de certo tempo para cá, mais precisamente no século XVIII, na Inglaterra, reuniu pessoas que tinham maiores conhecimentos em todos os ramos da ciência, da filosofia para combater o poder oligárquico dos reis e brigar com poderosos, Senador Geraldo Mesquita. Naquela época, brigar contra rei, contra a Igreja, com a qual eram sempre casados, era muito difícil; a maçonaria foi muito perseguida. Mas eu quero conceder um aparte à Senadora Fátima Cleide, com muito prazer, antes de retomar o pronunciamento da Ministra Ellen Gracie.

**A Sra. Fátima Cleide** (Bloco/PT – RO) – Senador Mozarildo, como filha de maçom, irmã de maçons, portanto, na hierarquia maçônica da família, como sua sobrinha, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e parabenizar a maçonaria também – o Grande Oriente – pela homenagem prestada à Ministra Ellen Gracie, com certeza uma homenagem justa. A Ministra Ellen Gracie, como bem disse V. Ex<sup>a</sup>, é uma mulher de extrema competência, como a maioria das mulheres que ocupam cargos públicos. Infelizmente, o número de mulheres que conseguem ascender no espaço público de decisão política, de decisão executiva, judiciária no Brasil ainda é muito baixo. Se nós tivéssemos mais mulheres como Ellen Gracie, como a Dr<sup>a</sup> Carmem, no Judiciário brasileiro, nós teríamos uma situação bem diferente também com relação a decisões judiciais neste País. Então, meus parabéns ao seu pronunciamento, meus parabéns à Ministra Ellen Gracie por receber mais essa homenagem justíssima; como mulher eu me orgulho muito. E falarei um pouco mais sobre isso daqui pouco.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Muito obrigado Senadora Fátima Cleide, é uma agradável surpresa saber que V. Ex<sup>a</sup> é filha de maçom, portanto, pertence à família maçônica.

Realmente, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. As mulheres em suas funções sempre se destacam pela eficiência, pela honestidade e pelo empenho em realizar suas tarefas.

**A Sra. Fátima Cleide** (Bloco/PT – RO) – Para complementar a informação. Não só relativamente à família, mas ajudei a construir umas duas lojas maçônicas no meu Estado, levando tijolinho por tijolinho, minha mãe fazendo feijoada para que aqueles homens que construíram aquelas lojas. E eu lá, ajudando também a carregar os tijolos.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Muito bem! Então, V. Ex<sup>a</sup> já é uma benemérita

da Ordem. Continue ajudando a criar mais lojas, porque, com certeza, estará ajudando a expandir, pelo Brasil todo, só pensamentos positivos para o País.

Volto ao pronunciamento da Ministra Ellen Gracie:

Curioso é notar que a enorme controvérsia [a controvérsia da questão religiosa, ou seja, dos bispos com a maçonaria no Brasil] surge de um episódio merecedor dos maiores elogios. As lojas maçônicas do Rio de Janeiro celebravam a edição da Lei do Ventre Livre para o que – veja-se a ironia – fizeram rezar uma missa.

Quer dizer, os maçons, para celebrar a edição da Lei do Ventre Livre, mandaram celebrar uma missa.

O padre oficialmente foi censurado pelo bispo Dom Pedro Maria de Lacerda, mas recusou-se a abjurar a Maçonaria.

Porque o padre era maçom também. Na época, a maçonaria tinha muitos padres e muitos religiosos de todas as crenças, evangélicos etc.

Esse caso não teve maiores consequências. No entanto, a querela ressurgiu no ano seguinte (1873) com o jovem bispo de Olinda, Dom Vital G. de Oliveira, que suspendeu os membros católicos de uma irmandade. No que foi seguido pelo bispo de Belém, Dom Antonio Macedo Costa. As irmandades suspensas apelaram para o Governo, que remeteu a questão ao Conselho de Estado. É bom lembrar que à época Igreja e Estado não eram separados, como hoje, e o Imperador Dom Pedro II, que não era maçom, como seu pai [é bom frisar, porque o Imperador Dom Pedro I foi maçom proeminente, Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, mas seu filho não], defendia intransigentemente suas prerrogativas de governante, dentre as quais a de arbitrar questões religiosas [era um dos poderes do Imperador, era o Poder Moderador do País]. O Conselho de Estado anulou as interdições e os bispos recusaram-se a acatar a decisão, pelo que foram acusados perante o Supremo Tribunal de Justiça [hoje é o nosso Supremo Tribunal Federal] e condenados a quatro anos com trabalhos.

Vejam bem: os bispos foram condenados pelo Supremo por terem impedido as irmandades de funcionar.

O Imperador, no exercício do Poder Moderador, comutou a pena de trabalhos forçados.

O episódio, no entanto, produziu profundas e prolongadas cicatrizes, que ao longo do tempo estigmatizaram a maçonaria no seio da sociedade brasileira, profundamente religiosa.

Quer dizer, a Igreja tratou de estigmatizar a Maçonaria numa sociedade que, ainda hoje, é profundamente religiosa, como se a maçonaria tivesse qualquer coisa contra qualquer religião! Ao contrário: na maçonaria só não entra quem não acredita num ser superior, não interessa que religião pratique. Membro de qualquer religião pode entrar na maçonaria, só não pode entrar quem diga que não acredita num ser superior. Esse não pode entrar. Pode até ser uma discriminação, como ouvi argumentar um ateu, mas é uma discriminação positiva, porque acreditamos que não se pode ser bom no sentido amplo da palavra, não se pode fazer realmente o bem acreditando que as coisas acabam em nossas cabeças, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que não haja nada acima de nós. Também respeito quem é ateu. A Maçonaria respeita profundamente o direito de qualquer cidadão, mas a sua norma é não aceitar quem é ateu.

Segue dizendo a Ministra:

Sinto-me profundamente agradecida aos irmãos que, regidos pelos princípios de "Ciência, Justiça e Trabalho", me conferem tão significativa distinção. Comungo com eles, dado que a Ciência é o caminho para esclarecer os espíritos e elevá-los, a Justiça é absolutamente necessária para equilibrar e enaltecer as relações humanas e é por meio do trabalho que o ser humano se dignifica e se torna independente.

Uma parte que me tocou muito, Senador Geraldo Mesquita, foi quando ela disse:

Meu poeta favorito, Fernando Pessoa, afirmou em trecho de sua obra que: "A maçonaria é uma vida, mais do que uma sociedade ou uma Ordem. O objetivo final que se pretende atingir é a sabedoria e não um Grau. Entendido pela intuição, a inteligência da emoção, o significado dos símbolos ritualmente percebidos, o adepto transforma-se em filósofo".

Dizemos que buscamos a perfeição; nunca a atingiremos, mas a buscamos sempre.

É este amor pela sabedoria, base do pensamento maçônico, que se deve louvar. Somente o ser humano, porque consciente de suas limitações, pode almejar o próprio aperfeiçoamento e atuar decididamente neste sentido. E, assim como o faz individualmen-

te, também no plano coletivo, pode agir pelo aperfeiçoamento das instituições. Esta, como a história revela, tem sido a trajetória da maçonaria em nosso País.

Senador Geraldo Mesquita, Senadora Fátima Cleide, minha querida sobrinha, posso dizer agora, fico muito feliz de ouvir, de uma mulher da capacidade e da sensibilidade da Ministra Ellen Gracie, um pronunciamento desses. Poucos maçons talvez tivessem condições de fazer uma explanação tão bem feita sobre a maçonaria, tanto no aspecto histórico como, inclusive, em suas relações com a Igreja. É esclarecedora a sua explicação sobre o motivo pelo qual ainda hoje teimam alguns setores da Igreja Católica, apesar de o Papa João XXIII ter expedido uma bula quase que pedindo perdão aos maçons pelo que a Igreja fez no passado. Aliás, a Igreja Católica já pediu perdão a muita gente, já pediu perdão aos índios, às mulheres, aos muçulmanos. O Papa João XXIII pediu perdão aos maçons pela intolerância da Igreja com a maçonaria em uma fase da História. Nada queria fazer naquela época a maçonaria além de acabar com o poder tirano de muitos reis e implantar justamente a moderna filosofia de Governo, do poder dividido em três e não exercido por uma pessoa só.

Quero conceder, com muito prazer, um aparte ao nosso irmão, Senador Efraim.

**O Sr. Efraim Moraes (DEM – PB) –** Senador Mozarildo, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> e a Ministra. Como diz V. Ex<sup>a</sup>, são poucos os maçons que escreveriam o que ela escreveu, o que ela comentou. Mas quero cumprimentar principalmente V. Ex<sup>a</sup>, que, com a leitura dessa matéria, com os argumentos que acrescenta a esse assunto, faz com que, aos poucos, o próprio País vá tomando conhecimento do trabalho realizado pelos maçons, um trabalho sério, voltado para os interesses do nosso País, até porque cremos em Deus e, credendo em Deus, estamos trabalhando pelo que é melhor para o País. Na próxima segunda-feira estaremos aqui homenageando o Dia do Maçom. Estarei ao lado de V. Ex<sup>a</sup>, que é, sem dúvida, o grande veículo comunicador dos maçons deste País e do mundo inteiro aqui no Brasil e em nosso Congresso. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>. Na próxima segunda-feira, se Deus quiser, faremos mais um trabalho justo para o País.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) –** Muito obrigado, Senador Efraim.

Quero justamente fazer um convite a todos os Colegas Senadores e Senadoras para que estejam aqui no dia 20 para homenagear a Maçonaria a partir das 14 horas. Mas quero também convidar todos os ouvintes da Rádio Senado e os telespectadores da TV Senado a assistir à sessão de segunda-feira, que começa às

14 horas, quando vamos homenagear a Maçonaria. Tenho certeza de que este ambiente estará repleto de irmãos de todos os cantos do Brasil e de que nós faremos essa justa homenagem à Maçonaria brasileira – neste caso, não só ao Grande Oriente do Brasil, mas também à Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, que reúne as Grandes Lojas, e à Comab, que reúne os Grandes Orientes Independentes.

É bom que se esclareça que a Maçonaria tem três correntes, mas todas professam a mesma doutrina e praticam as mesmas ações voltadas para o bem da humanidade e têm como principal bandeira, como grande lema, a busca da liberdade no sentido amplo: liberdade para pensar, liberdade para agir, liberdade para escolher sua profissão, liberdade para exercê-la. Prima também pela defesa da fraternidade, mas não só a fraternidade de um maçom com o outro não – essa é muito simples; trata-se da fraternidade com todos os homens e mulheres de nosso País e do mundo, porque a Maçonaria é universal. Não há um país, nem mesmo Cuba, que é um país que tem um sistema fechado, onde a Maçonaria não funcione. Todos os países têm Maçonaria e, portanto, a questão da fraternidade é universal, no sentido amplo.

A Maçonaria defende a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

No que diz respeito à igualdade, dizemos que nós nascemos iguais em direitos – isso está garantido na lei –, mas trata-se de botar em prática isso, trata-se de realmente dar condição ao próximo, ao vizinho, ao conhecido, de ser tratado como igual e de ter oportunidades iguais de trabalho, oportunidades iguais na escola, na saúde – coisas que estão também na nossa lei, mas que não são sempre praticadas.

Quero encerrar, Senador Geraldo Mesquita, cumprimentando o Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil, irmão Laelso, que está dirigindo os eventos que estão reunindo os grãos-mestres de todo o Brasil, e cumprimentando as nossas esposas, as que nós chamamos de cunhadas quando não são as nossas esposas – estão reunidas aqui mulheres de maçons de todo o Brasil. O objetivo dessas reuniões é traçar diretrizes de ação para os próximos tempos. Aliás, é isto que a Maçonaria está fazendo e deve fazer: olhar para trás para ver o que a Maçonaria fez – disse isso e a Ministra também disse –, mas principalmente ver o que a Maçonaria hoje pode fazer pelo Brasil e, principalmente, por aqueles mais excluídos das oportunidades.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.*

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Parabéns, Senador Mozarildo. V. Ex<sup>a</sup> trouxe ao conhecimento deste Plenário e do País o encontro de uma grande instituição com uma grande profissional e grande mulher.

Tanto a Ministra Ellen Gracie como a maçonaria merecem admiração e respeito do povo brasileiro.

Concedo a palavra, com muita satisfação, ao eminentíssimo Senador Efraim Moraes. Em seguida falará a Senadora Fátima Cleide.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, desde sua promulgação, há 19 anos, a Constituição de 1988 tem provocado as mais contraditórias e inesperadas reações. A Esquerda, a Esquerda-Direita, na época a famosa Esquerda concentrada no Partido dos Trabalhadores, recusou-se a assiná-la. Todos nós nos lembramos: sob o comando do saudoso Senador Ulysses Guimarães, quando da promulgação desta Carta, o PT da época recusou-se a assinar a nossa Constituição, a nossa Carta Magna, mesmo participando de todas as decisões, de todas as votações.

Na sequência, porém, diante da onda revisora que se estabeleceu, tornou-se sua principal defensora. Chegou mesmo a impedir que o processo de revisão, previsto para 1992 nas Disposições Transitórias, se realizasse.

Iniciativas dos Partidos de centro-esquerda e de centro-direita no sentido de convocar assembléia revisora, para cuidar de capítulos específicos, tais como o do sistema tributário e o do pacto federativo, foram rejeitadas sob o argumento de serem golpistas. Idem às propostas de convocação de Constituinte, exclusiva ou não, para a elaboração de outra Carta Magna.

Eis, porém, Sr. Presidente, que, sem que nenhum fato tenha estabelecido ruptura da ordem jurídica vigente, parte agora da mesma Esquerda a idéia de, bem mais que revisar, elaborar uma nova Constituição. E ainda: sem a participação do Congresso Nacional e sem a participação dos Partidos políticos. Exatamente isso o que eu estou dizendo. Eu vou repetir: sem a participação do Congresso Nacional e sem a participação dos Partidos políticos.

Isso está em pauta. Os jornais publicaram, e o PT avisou que deverá constar das resoluções de seu III Congresso, a realizar-se no final deste mês, nada menos que a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva, para funcionar paralelamente ao Congresso Nacional, e sem vínculos com Partidos políticos.

O pretexto é o de fazer a reforma política, sob o argumento de que o Congresso Nacional não a fará, por ser parte interessada.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, na verdade, essa argumentação faz eco a uma entrevista concedida no ano passado, mais precisamente em 2 de agosto de 2006, pelo próprio Presidente da República ao SBT.

Naquela ocasião, dizia Sua Excelência e estar “convencido de que nós precisamos começar a discutir a reforma política, assim que terminar a eleição; e, se houver a possibilidade de a sociedade reivindicar ao Presidente da República uma Constituinte – com Parlamentares eleitos exclusivamente para isso – pode ficar certo de que encaminharei ao Congresso”.

Ora, o que terá feito o Presidente – e seu Partido – migrar tão radicalmente de um pólo a outro dessa questão? Antes, se opunha até à mera revisão prevista no próprio texto constitucional.

No primeiro mandato de Sua Excelência, o tema foi igualmente considerado nefasto – e quem o propusse era golpista. Nada menos.

Entretanto, já na campanha eleitoral do ano passado, Sua Excelência não só não rejeitava como o propunha, para surpresa dos demais candidatos, que rejeitaram em uníssono sua proposta.

Naquele mesmo período, o Presidente Lula recebeu em Palácio um grupo de juristas – entre os quais ex-Presidentes da OAB – aos quais encaminhou a idéia. Ela, no entanto, não foi bem recebida.

A OAB, um ano antes, a havia derrotado pela maioria do seu Conselho Federal. Agora, por iniciativa do ilustre jurista Fábio Konder Comparato, que integra o Conselho Federal daquela entidade e é, sem dúvida – todos nós sabemos da sua posição –, simpático ao Governo, o tema será revisto por aquela entidade mês que vem.

A suspeita geral – e até que me provem o contrário, dela compartilho –, é de que a tal Constituinte exclusiva é um expediente para implantação entre nós de um projeto político de índole chavista.

Um projeto que tenha em seu epicentro a perpetuação no poder do atual comando deste País, do Presidente da República, retirando da futura Carta Magna o limite das reeleições.

O Presidente sabe que tal proposta não passa neste Congresso. Nem mesmo em sua Base há consenso quanto a essa matéria. E fora de sua Base o consenso que há é negativo. Então, o que faz?

Defende a Constituinte exclusiva, sem Partidos, com o alegado propósito de dotar o País de um sistema político mais eficaz e transparente.

Sr. Presidente, doura a pílula para que a sociedade a engula na suposição de que lhe será benéfica.

Como será essa assembléia exclusiva? Quem a integrará? Doutores da lei ou companheiros sindicalistas? A idéia de uma Constituinte – exclusiva ou não – só se justifica, repito, quando há ruptura institucional, ruptura de ordem jurídica. Não é o caso.

Sr's e Srs. Senadores, as instituições funcionam na sua plenitude. O País vive dentro do Estado democrático de direito, e o Congresso Nacional está perfeitamente capacitado a empreender a reforma política. Está, inclusive, neste momento, discutindo-a na Câmara e, mesmo que as propostas em pauta não sejam aprovadas, nada impede que o tema seja novamente posto em exame.

Está, inclusive, neste momento, discutindo-a na Câmara dos Deputados. E, mesmo que as propostas em pauta não sejam aprovadas, nada impede que o tema seja novamente posto em reexame.

Senadora Fátima Cleide, com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**A Sr<sup>a</sup> Fátima Cleide** (Bloco/PT – RO) – Senador Efraim Moraes, V. Ex<sup>a</sup> coloca a sua versão e a sua visão sobre essa questão de uma Assembléia Constituinte e fez uma afirmação, no início, que me deixou preocupada, porque, além de ser filiada ao Partido dos Trabalhadores, também sou dirigente. V. Ex<sup>a</sup> fez uma afirmação que não condiz com o que está acontecendo no Partido dos Trabalhadores. Estamos num processo de discussão dos nossos rumos. Discutimos o Brasil que queremos, a nossa idéia de socialismo petista e a nossa organização partidária. Nesse rol de temas a serem discutidos para o terceiro congresso, que se realizará no final do mês de agosto, surgiu uma proposta de que o Partido traga para debate na sociedade a conclave de uma Constituinte, que, em momento nenhum, traz algo neste sentido: “tem de ser independente de Partidos”. Isso nunca aconteceu no Partido dos Trabalhadores. E é com base nas propostas já feitas pela própria OAB, como V. Ex<sup>a</sup> falou há pouco. Isso está em discussão no Partido dos Trabalhadores, sim. Entretanto, em momento nenhum, nós queremos anular o Congresso Nacional. O que se constata hoje é que é urgente que se faça a reforma política neste País para mudar uma série de coisas com as quais não concordamos e que vem, ao longo dos tempos, se repetindo na história política brasileira. Nesse sentido, estamos discutindo a possibilidade – poderá ou não sair como resolução do nosso congresso – de concluir a sociedade brasileira para fazer uma constituinte específica para a reforma política, porque muitos de nós entendem que o Congresso Nacional, infelizmente, até por conta da sua composição e dos

interesses vários que existem, não está conseguindo dar uma resposta imediata à sociedade, como a sociedade gostaria. Nós mesmo, mulheres, gostaríamos muito de ver uma reforma política que respeitasse a fidelidade partidária, que tivesse efetivamente financiamento público de campanha, que tivesse uma lista pré-ordenada, sim, com alternância de sexo. Quer dizer, nós temos uma proposta que vai mais além do que aquilo que se discute no Congresso Nacional. E, a partir de hoje à noite, aqui em Brasília, na Conferência Nacional de Mulheres, este tema será efetivamente muito discutido. Então, só fiz questão de fazer este aparte ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> para esclarecer que esse ponto ainda não é uma proposta do Partido dos Trabalhadores. Várias correntes discutem isso como uma proposição a ser tomada como resolução no congresso. Mas pode vir a ser ou não. De qualquer forma, estamos em discussão.

**O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Fátima Cleide. As palavras de V. Ex<sup>a</sup> vêm exatamente reforçar o meu discurso. Eu disse que estava em pauta; eu não disse que havia uma decisão do PT. Eu disse que alguma corrente – são várias dentro do Partido; nós respeitamos; é democrático – propõe essa discussão.

Nós nos antecipamos porque nos preocupamos com a situação, quanto à reforma política que está sendo discutida aqui no Congresso Nacional, principalmente na Câmara dos Deputados; estamos discutindo no Congresso emenda constitucional. Na Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado o término das coligações proporcionais, podendo acontecer as majoritárias.

Veja bem V. Ex<sup>a</sup>: o Governo tem maioria na Câmara dos Deputados, são divergentes, são várias as tendências. No entanto, consegue aprovar todas as matérias. Se o Governo tivesse interesse na reforma política, se o Governo realmente quisesse fazer uma reforma política, teria como aprovar essa reforma política, porque tem maioria na Câmara e no Senado. O Senado não tem dado trabalho para fazer essa reforma política. Já votamos, foi à Câmara, onde apareceram divergências, conforme V. Ex<sup>a</sup> mencionou.

Nós todos defendemos a fidelidade partidária, no entanto, a Câmara, no meu entender, com o apoio inclusive de V. Ex<sup>a</sup>, votou, na última semana, a Lei da Infidelidade, marcando a hora e o dia em que o cidadão pode sair do Partido, pode trair o eleitor que votou no Partido.

Creio que não há uma afirmação da classe política em relação a essa matéria. Já aprovamos aqui o fim das coligações, já aprovamos a lista, já aprovamos a fidelidade partidária, mas, lamentavelmente, quan-

do chega à Câmara, onde o Governo tem um domínio total... Para se ter uma idéia, agora, na questão da CPMF, só tivemos 15 votos, na Comissão de Justiça, contra 50, o que significa dizer que há um controle do Governo. Graças a Deus, não existe aqui essa maioria folgada. Existe a maioria do Governo, mas, aqui, os Partidos têm realmente discutido essa matéria. Escuto V. Ex<sup>a</sup> novamente, com muito prazer.

**A Sr<sup>a</sup> Fátima Cleide (Bloco/PT – RO)** – Senador Efraim Morais, queria dizer que, infelizmente, essas reformas “meia-sola” que estão acontecendo não atendem de fato aquilo que a sociedade brasileira espera do Congresso Nacional.

**O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB)** – E V. Ex<sup>a</sup> também votará a favor de uma Constituinte exclusiva, pelo que acaba de dizer.

**A Sr<sup>a</sup> Fátima Cleide (Bloco/PT – RO)** – Olha, sou defensora, sim. Acho que não podemos também...

**O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB)** – Então, o meu discurso realmente está indo na linha...

**A Sr<sup>a</sup> Fátima Cleide (Bloco/PT – RO)** – ...convocar para nós toda a responsabilidade pelas outras decisões dos outros que têm diversos interesses. Estou aqui para fazer a reforma política. Infelizmente, não é o que está acontecendo com a maioria do Congresso Nacional. Infelizmente, chegamos a essa constatação. E se estamos nesse impasse, algo tem que ser feito. Portanto, acredito que as propostas que possam vir do DEM, do PMDB, do PSDB, do PT, enfim, têm que ser consideradas até porque os Partidos, entendemos, representam parte da sociedade brasileira. Então, penso que elas devam ser consideradas. E sou defensora, sim, de que, se nós não damos conta, então, que se chame uma Assembléa Nacional Constituinte para dar conta de fazer a reforma política que este Brasil precisa.

**O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB)** – V. Ex<sup>a</sup> lembra muito bem – não era Parlamentar no Congresso Nacional – quando o próprio PT era totalmente contra uma Constituinte que não fosse eleita pelo povo com aquele objetivo. Lembro-me. E eu era Deputado Federal.

E nós entendemos que, para isso, a coerência deveria existir, até porque não entendo, no meio de um mandato, se abrir uma Constituinte sem o voto popular, sem a decisão do povo. Da mesma forma que não se está conseguindo fazer a reforma política, talvez o povo brasileiro não aceite este Congresso fazer uma Constituinte. O Congresso do troca-troca; o Congresso de Parlamentares que vivem a trocar de mandato, como se troca de roupa. Talvez seja o próprio Congresso, o próprio povo brasileiro que não aceita este Congresso, ou parte deste Congresso, evidentemente, a vir fazer esta Constituinte. E não é querer fazer.

Tenho certeza absoluta de que, se a Câmara aprovar, este Senado aqui não aprovará porque nós temos, acima de tudo, que respeitar a nossa Constituição, o nosso povo que nos elegeu. E, com certeza, no próximo mandato, muitos dos que aqui estão, Senador Pedro Simon, não voltarão, por decisão do povo brasileiro, e não por decisão, por vontade nossa, mas, sim, pela decisão do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, no Estado democrático de direito, é o Congresso Nacional a instância legítima de revisão da Constituição, nos termos e limites que ela própria – a Constituição – estabelece.

Por isso, preocupo-me quando um jurista da respeitabilidade do Dr. Fábio Konder Comparato defende a convocação de uma Constituinte. E disse o Dr. Fábio Konder: “Quebrar o monopólio que se arroga o Congresso Nacional para reformar a Constituição por meio de emendas”. Vou repetir o que disse o Dr. Konder – vou precisar de um pouco mais de tempo, Sr. Presidente, para concluir o meu pronunciamento. Disse ele, defendendo a convocação de uma Constituinte: “Quebrar o monopólio que se arroga o Congresso Nacional para reformar a Constituição por meio de emendas”.

Ora, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, esse “monopólio” a que se refere o eminentíssimo jurista é a missão precípua do Congresso Nacional: legislar. Considerar o cumprimento dessa missão, para a qual a totalidade do eleitorado nos elegeu, um monopólio sugere que outras instâncias o façam. Se é o monopólio do Congresso, se o Dr. Konder sugere que formamos um monopólio, ele sugere que não o façamos e que outras instâncias o façam.

Srs. Senadores, o Poder Executivo, por meio das execráveis medidas provisórias, já o faz, excedendo em muito o sentido que justificou a criação daquele instrumento – os casos de urgência e relevância. E não só o atual Governo, os outros que usaram as medidas provisórias; não só o Presidente Lula, mas todos os outros Presidentes da República, todos os outros executivos que as usaram.

A outra hipótese é a chamada democracia direta, cujos instrumentos estão previstos na própria Constituição, que o jurista quer revogar.

O art. 14 da Constituição de 1988, como se sabe, prevê mecanismos da assim chamada democracia direta, como plebiscito, referendo e leis de iniciativa popular. Desde a promulgação da atual Constituição, esses três instrumentos já foram acionados mais de uma vez, o que desmente o argumento de que seriam meramente ornamentais.

Assusta-me a súbita mudança de discurso do Partido dos Trabalhadores, de defensor intransigente da ordem constitucional vigente para o contrário disso.

Não posso deixar de considerar o modelo Chávez, que, depois de fazer aprovar uma Constituição a seu feitio, decide agora reformá-la para garantir sua perpetuidade no poder.

A reforma que Chávez agora quer impor ao Congresso venezuelano estabelece, entre outras coisas, o acréscimo de um ano ao mandato presidencial – de seis para sete anos – e o fim do limite à reeleição do Presidente da República.

Até aí, nenhuma novidade. Já se previa tudo isso, pois a segunda reeleição de Chávez já indicava sua disposição de não mais sair da Presidência da República.

O que surpreende é outra proposta embutida na reforma: a criação de um quarto Poder, além do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Trata-se do que ele chama lá de “Poder Popular”, exercido por conselhos comunitários a serem integrados por estudantes, camponeses e trabalhadores urbanos.

Quando se confronta essa iniciativa chavista com o discurso neo-constituinte do PT, que reclama do “monopólio” do Congresso para legislar e pede novos mecanismos de democracia direta (além dos já previstos no art. 14 da Constituição), não há como evitar o temor de que se busca no âmbito do Governo brasileiro a mesma coisa.

Muda o estilo, mas não a essência. Chávez é espalhafatoso. Aqui, há mais sutileza.

Sr. Presidente, sei que não sou o único a perceber essas similaridades entre os dois discursos e projetos.

(Interrupção do som.)

**O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB)** – Vou concluir, Sr. Presidente.

Mas faço questão de unir minha voz aos que se empenham em alertar a sociedade brasileira.

Trata-se de iniciativa de vezo autoritário, que conspira contra o Estado democrático de direito. Não podemos assistir de braços cruzados à implantação desse projeto, que viola a democracia, conquista árdua da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup>s e Srs. Senadores, deixo aqui para a reflexão desta Casa esta análise que faço. Como diria o Barão de Itararé, “há algo no ar além dos aviões de carreira.” E esperamos que, depois do apagão aéreo, não tenhamos de enfrentar o apagão democrático.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Efraim Moraes.

Convido a Senadora Fátima Cleide a assumir a tribuna desta Casa.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, obrigada.

Quero registrar meu protesto pela trapalhada realizada pela Mesa. Eu tinha negociado com os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Garibaldi Alves Filho, mas, na esteira, fiquei um pouco para trás. Tudo bem. Faço este registro porque tenho vários compromissos hoje, até mesmo pela realização da Conferência Nacional de Mulheres. Sei que, quando V. Ex<sup>a</sup> assumiu a Presidência, as coisas já estavam ordenadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Já que V. Ex<sup>a</sup> mencionou o assunto, devo dizer que estava inscrito antes de V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Sei disso. Tanto V. Ex<sup>a</sup> quanto eu estamos aqui desde cedo.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Cedi minha fala ao Senador, mas sem a intenção de prejudicá-la. V. Ex<sup>a</sup> sabe disso.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, venho à tribuna hoje tratar de vários assuntos, até porque, há dias, não consigo fazer registros. A agenda tem sido muito pesada.

Sr. Presidente, com muito pesar registro e lamento a violência que assola o meu Estado de Rondônia. Ela ceifou a vida do Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste na noite de quarta-feira. O Vereador Edison Luiz Gasparotto chegou ao Estado de Rondônia, mais propriamente a esse Município, há cerca de 27 anos. Foi assassinado com seis tiros de pistola de calibre 38.

Sabe-se lá, até o momento, o porquê. Sabemos que, no Município de Ouro Preto do Oeste, quando as pessoas prometem matar, elas não apenas prometem como cumprem. Desta vez, a vítima foi o Presidente da Câmara Municipal, filiado ao PR.

Quero aqui, Sr. Presidente, encaminhar requerimento de pesar à Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste, à família do Vereador Edison Luiz Gasparotto e também o nosso sentimento de pesar a todos os municípios da cidade de Ouro Preto do Oeste, em Rondônia.

Sr. Presidente, também registro, com muita tristeza, a greve que está sendo dirigida pelos trabalhadores em educação no meu Estado de Rondônia, greve esta que, no meu entender, dá-se, única e exclusivamente, pelo fato de termos, no Palácio Presidente Vargas, no Governo do Estado de Rondônia, uma pessoa que

não tem a menor disposição para o diálogo nem para o trato sério com a coisa pública.

A greve, que já dura duas semanas, tem a finalidade de garantir o retorno da Gratificação de Incentivo ao Magistério, a unificação do plano de carreira dos trabalhadores em educação e a reposição salarial.

Infelizmente, até o presente momento, não temos notícias de avanços com relação ao Governo do Estado.

Quero parabenizar a atitude da Assembléia Legislativa, que se coloca como intermediadora desse processo, e registrar que, durante esse período, nós tivemos um professor que, numa atitude isolada, inclusive sem discussão com a direção do sindicato, resolveu fazer uma greve de fome, que já durava dez dias na quarta-feira. Ele só terminou essa greve de fome, atendendo aos nossos apelos, depois que eu e o Deputado Eduardo Valverde o trouxemos a Brasília e o levamos à Controladoria-Geral da União para que ele entregasse ao Ministro Jorge Hage as denúncias do descaso, Senador Geraldo Mesquita, com a educação pública no Estado de Rondônia, sobre o que se faz com os recursos. Infelizmente, ele tomou a atitude isolada de fazer a greve de fome para que alguém o ouvisse, para que alguém ouvisse os reclamos dos trabalhadores em educação.

Faço questão de citar que o Sindicato dos Trabalhadores em Educação é um sindicato que atua com muita responsabilidade. Durante os quatro primeiros anos do Governo do Sr. Ivo Cassol, fez apenas três dias de paralisação e várias mobilizações. Deflagrar essa greve foi realmente um processo muito doloroso, porque, infelizmente, não há por parte do Governo nenhuma vontade de negociar e de dialogar. Nós até entendemos que, se há dificuldade de caixa, há também a necessidade de se colocar na prática a transparência com relação a esse caixa, algo que inexiste, infelizmente, no Estado de Rondônia.

Então, quero aqui manifestar a minha solidariedade aos trabalhadores em educação e fazer um apelo ao Governo do Estado para que ouça os trabalhadores e negocie, porque trabalhador nenhum gosta desse momento de ter que parar os seus trabalhos para ser ouvido pelo Governo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, na semana passada, estive em Quito, no Equador. Tive a incumbência de, como integrante da bancada feminina neste Congresso Nacional, representar as companheiras Senadoras e Deputadas Federais e o próprio Senado na 10<sup>a</sup> Conferência Regional da Mulher da América Latina e do Caribe. Lá estiveram mulheres de mais de 30 países da região. Muito me alegrou constatar que a maioria das delegações dos países presentes marcou

representação com mulheres indígenas, da sociedade civil e parlamentares.

Realizada de 6 a 9 de agosto, essa Conferência reafirma compromissos de cumprimento da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; convênios da Organização Internacional do Trabalho relativos à igualdade; declarações internacionais de direitos humanos e diversos outros documentos acordados pelos países presentes que tratam de afirmar a necessidade de se construírem políticas públicas para combater a desigualdade de gênero nos campos do trabalho, da participação política, da educação, da saúde e da segurança.

O Consenso de Quito, documento aprovado ao final da Conferência, com 36 instruções dirigidas aos países-signatários, acorda, dentre outras coisas, o seguinte:

Adotar medidas e mecanismos necessários, inclusive reformas legislativas, para garantir plena participação da mulher em cargos públicos e representação política com a meta de alcançar paridades nas instituições públicas;

Buscar o compromisso dos partidos políticos para implementar ações positivas e estratégias de comunicação, financiamento, capacitação, formação política e reformas internas, de maneira a se atingir a inclusão paritária das mulheres nos espaços de tomada de decisões partidárias.

É necessário, Sr. Presidente, reforçar a importância dessa orientação. É a partir da contribuição das mulheres nas instâncias de decisões dos partidos, a partir de uma militância político-partidária, que as mulheres alcançam mais facilmente o parlamento.

O Consenso de Quito, com acerto, invoca partidos a enfrentarem essa questão de forma mais incisiva, com estratégias permanentes, dispensando mais apoio às mulheres que querem participar do processo político em nossa região.

Em uma classificação de 189 países feita pela União Interparlamentar, o Brasil ocupa a posição de número 102, situado em último lugar na América do Sul e melhor posicionado na América Latina apenas em relação à Guatemala, que ocupa a posição de número 105, e o Haiti, que ocupa a posição de número 129. Isso é uma vergonha, e deve ser compromisso de toda a sociedade modificar esse panorama.

Retomando o relato dos pontos acordados no Consenso de Quito, destaco:

Fortalecer a democracia participativa e a inclusão igualitária, plural e multicultural das mulheres da região, garantindo e estimulando sua participação e valorizando suas qualidades em âmbito social e econômico;

Incentivar e promover os meios de comunicação no reconhecimento da importância da participação paritária das mulheres no processo político, oferecendo uma cobertura equitativa e equilibrada das candidaturas e abordando assuntos que afetam as mulheres sem preconceito e discriminação; e

Adotar medidas para garantir o reconhecimento do trabalho não remunerado, sua contribuição ao bem-estar familiar e ao desenvolvimento econômico dos países, promovendo sua inclusão nas contas nacionais.

A delegação brasileira, Sr. Presidente, Srs. Senadores, contou com a representação de 11 ministérios, incluindo a participação, pela primeira vez, de uma representante do Ministério da Defesa. Contou também com a representação de movimentos sociais: a SOF, que é uma organização feminista de formação política; o SOS Corpo, de Recife, em Pernambuco; o Cfemea; o Geledés, movimento que representa as mulheres negras no Brasil; o movimento que representa as mulheres e as trabalhadoras domésticas; entre outros, somando, no total, 23 representantes brasileiras naquela conferência latino-americana. Essa delegação foi coordenada pela Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, a quem neste momento parabenizo pela importante participação do Brasil naquela conferência.

Não é possível registrar aqui, Srs. Senadores, todas as medidas propostas naquele momento. Algumas aqui citadas estão bastante associadas à II Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, cuja abertura ocorre, na noite desta sexta-feira, aqui em Brasília. Como exemplo, cito o tema "Participação das mulheres nos espaços de poder", aprovado para discussão na conferência, que, certamente, terá a atenção das delegadas de todo o Brasil.

Já estão chegando a Brasília as delegações de todos os Estados, e quero saudar aqui principalmente as delegações do Estado de Rondônia e de todos os Estados amazônicos, que comparecerão em massa a mais esta realização que mostra o compromisso do Governo do Presidente Lula com a participação popular.

Essa conferência, senhoras e senhores, é evento que abraça as mulheres negras, índias, pobres, ricas, trabalhadoras urbanas, trabalhadoras rurais organizadas ou não em movimentos de defesa dos direitos

da mulher e tornou-se um espaço para a discussão e aperfeiçoamento das políticas públicas adotadas pelo Governo Lula.

A existência da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a existência desse fórum, que é a conferência, mostram que, no âmbito do Governo Federal, o Brasil tem nota meritória. O Brasil busca, assim, cumprir as obrigações estabelecidas nos acordos dos quais é signatário.

O Governo Lula, na figura da Ministra Nilcéa Freire, tem feito um incansável trabalho, com poucos recursos. O orçamento mulher, Senador Geraldo Mesquita, ainda está muito aquém das nossas necessidades, das necessidades que temos para promover a igualdade, superando as desigualdades neste País, e combater o preconceito e a discriminação. Ainda são muito poucos os recursos à disposição para implementar, em todo o Brasil, políticas de combate à violência doméstica, de inclusão de mulheres no mercado de trabalho, de melhor assistência à saúde, de inclusão na educação, de políticas de combate à discriminação e ao preconceito.

Parabenizo os que estão empenhados na organização dessa Conferência Nacional, deixando o meu abraço e carinho, porque sei que não é fácil cumprir tarefa que, desde o início do ano, mobiliza os 5.500 Municípios de todos os Estados Brasileiros.

Sr. Presidente, registro, também, nesta oportunidade, minha presença, na noite de terça-feira, no lançamento do livro *Mulheres Negras do Brasil*, de Schuma Schumaher e Érico Vital Brazil, presentes à sessão de autógrafos e bate-papo com o público.

Com cerca de 950 imagens que ilustram o cotidiano, o livro *Mulheres Negras do Brasil* apresenta um novo olhar sobre o passado e busca superar a invisibilidade dessas heróicas mulheres em nossa história, destacando suas contribuições na formação da identidade brasileira.

Meus especiais cumprimentos à Ministra Matilde Ribeiro e a toda a equipe da Seppir pelo apoio e militância nessa importante iniciativa.

Sr. Presidente, como a luta das mulheres contra a discriminação não é exclusiva do contexto brasileiro, apresento, neste momento, minha homenagem e também o meu pesar à Srª Irene Morgan, primeira mulher negra a dizer não às leis de segregação norte-americanas, que faleceu na última sexta-feira, aos 90 anos. Em 1944, a Srª Morgan se negou a ceder seu assento a brancos em um ônibus, em Baltimore, e, com esse gesto, mudou a história dos negros norte-americanos e do próprio país.

Neste momento, apresento também o meu requerimento de pesar pelo falecimento da Srª Morgan.

Quero também registrar, Sr. Presidente, nesta semana em que nós tornamos Brasília uma cidade altamente feminina, por reunir as mulheres de todo o Brasil, o lançamento da Campanha Chamada Global, que este ano tem o tema Ação contra a Pobreza e as Desigualdades. E anunciar a Marcha das Margaridas, que será realizada, nos dias 21 e 22 deste mês de agosto, por trabalhadoras rurais de todo o País nesta Brasília Mulher, que, neste mês de agosto, recebe as mulheres de todo o Brasil para dizer da sua competência para definir e decidir sobre as políticas públicas que têm que ser realizadas neste País para, de fato, superarmos as desigualdades de gênero infelizmente ainda existentes entre nós.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos, pelo restrito cumprimento do Regimento quanto ao tempo, à Senadora Fátima Cleide.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO N° 923, DE 2007

Requeiro nos termos dos artigos 218 e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentação de condolências à família do vereador Edson Luiz Gasparotto, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste – RO, que foi assassinado no dia 15 de agosto de 2007.

#### Justificação

O vereador Edson Luiz Gasparotto antes de ingressar na vida político-partidária foi servidor público, juiz classista e secretário da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste. Atualmente vinha exercendo, com muita dedicação e competência a presidência do legislativo municipal. Sua vida política foi marcada pelo combate à corrupção e pela construção de uma sociedade mais justa e fraterna. A ausência de Edson Luis Gararotto será, com certeza, uma grande perda para a política rondoniense e, especialmente, para o município de Ouro Preto do Oeste.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 2007. – Senadora **Fátima Cleide**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Consultando a lista de oradores, está inscrito para usar da palavra o Senador Pedro Simon. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Geraldo Mesquita, do PMDB do Acre.

Senador Pedro Simon, sou um Senador que recebe muitos e-mails. Muitos deles perguntam a causa da ausência de V. Ex<sup>a</sup>. Quero dizer que aprendi com V. Ex<sup>a</sup> a importância desta tribuna. Esse lugar representa a ressonância do clamor do povo. Aí têm grande retumbância as denúncias feitas nesta Casa. Da tribuna, V. Ex<sup>a</sup> já derrubou ministro, mas tem feito mais: tem garantido a presença da decência e da ética no Piauí.

Uma vez, eu quis explicar a origem do Senado no drama de Moisés, que quebrou as tábuas e quis desistir. Então, recebi um e-mail de um ouvinte, cujo nome é Henrique Kozlowski Netto, natural do Rio de Janeiro. Ele mora em Copacabana e é eleitor do Senador Crivella, embora não seja da Igreja dele. Ele diz que a verdade, frase dele – aquilo que expressei era o que eu entendi –, está no Livro de Éxodos, 18:21, que, numa tradução literal, diz: “Procura, dentre o povo, homens prósperos, tementes a Deus, que falem a verdade e que odeiem a corrupção”. V. Ex<sup>a</sup> é esse homem que está citado no Livro de Deus, para o qual me advertiu o leitor Henrique Kozlowski Netto.

Com a palavra o Senador Pedro Simon, senhor da ética. Se o seu amigo Ulysses Guimarães era chamado senhor das Diretas, V. Ex<sup>a</sup> é o senhor da ética e da decência.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – V. Ex<sup>a</sup> me emociona muito, Sr. Presidente, porque sei da sua sinceridade. Claro que vamos levar na base da nossa amizade os seus exageros, mas, à margem os exageros com relação à minha pessoa, V. Ex<sup>a</sup> vem tendo uma ação muito importante nesta Casa.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador, ex-Governador, pessoa das mais ilustres, mantém aquilo que, muitas vezes, nós não mantemos por sermos Senadores e pensarmos que devemos ter cuidado no falar. V. Ex<sup>a</sup> é, às vezes, até rude, mas diz o que precisa ser dito. Aquilo que meditamos, que não dizemos por entender que não fica bem, V. Ex<sup>a</sup> diz com rudeza, mas com espontaneidade.

Digo, com toda a sinceridade, que, quando eu o levar ao Rio Grande do Sul – já o convidei e V. Ex<sup>a</sup> ficou de ir –, V. Ex<sup>a</sup> verá o respeito e o carinho que todos lhe têm, por estar falando todo dia, a começar por aquilo que pode parecer estranho: o Piauí. Mas, na verdade, nunca o Piauí teve o respeito e a admiração como tem hoje nesta Casa, exatamente pelo fato de V. Ex<sup>a</sup> chamar atenção não pela pobre e infeliz manifestação de que o Brasil pode se tornar um Piauí. Não, o Piauí é que

pode se tornar um Brasil em termos de percentual de corrupção e de imoralidade que nós temos hoje.

V. Ex<sup>a</sup> vem debatendo essa matéria, a situação em que nós nos encontramos. Eu não nego. Eu não me lembro de nunca ter-me sentido tão machucado e tão atingido por onde eu ando como agora.

Na época da ditadura, éramos os homens que tinham a simpatia, a compreensão. O povo olhava para nós e dizia: Vocês têm de lutar, vocês têm de resistir; vocês estão indo bem. Quer dizer, a briga era com o outro lado.

Mas agora é diferente. Agora é conosco. E foi a primeira vez em que vi as cobranças não serem feitas ao Congresso Nacional, mas ao Senado da República. Eu nunca tinha visto isso. Estou há 25 anos no Senado e vi acusações ao Congresso Nacional ou à Câmara dos Deputados. Mas, ao Senado Federal, vejo agora. Então, estamos aqui vivendo uma época realmente muito difícil e muito delicada.

O discurso que o ilustre 1º Secretário desta Casa fez hoje é muito delicado. V. Ex<sup>a</sup>, Senador, fez uma análise profunda das coisas que estão acontecendo. Muitas das análises feitas são debates de pessoas de bem, de juristas respeitáveis etc. Mas as teses que eles defendem podem nos conduzir para onde?

Por outro lado, têm os que falam que, mais dia menos dia, vamos caminhar para a democracia direta, que vai permitir que o povo se manifeste e, dentro dessa manifestação, o povo vai dizer se o Lula pode ou não pode mais se candidatar novamente. Essa é uma das questões abertas no meio da discussão.

Eu falei muitas vezes aqui que não acredito que a crise brasileira tenha solução de dentro para fora. Agora tem a reforma política que a Câmara dos Deputados votou, mas, pelo amor de Deus, é pior do que a que está aí; então deixa como está. O que os Deputados fizeram como reforma política é uma falta de sensatez, é um absurdo. Perdemos a sensibilidade. Eu não acredito, Deus me perdoe, eu não acredito que, de dentro para fora, de dentro do Governo Lula para fora, de dentro do Congresso Nacional para fora, saia a solução aos problemas por que estamos passando.

Temos de ter outro cuidado. Esses movimentos que estão aí de empresários, de advogados são importantes. Eu tenho até participado de debates, mas também é delicado. O movimento para valer, que é o que eu defendo, tem de ser da sociedade, dos jovens. Ontem, tive a honra de ser paraninfo da turma de formandos da Faculdade de Ciência Política da Universidade de Brasília. Olha, eu disse a eles: “Hoje estou vivendo uma emoção muito grande, porque, depois de 50 anos de política, sou convidado para ser paraninfo de uma turma de jovens que se forma em Ciência Po-

lítica". E o juramento deles era a coisa mais linda. E eu dizia para eles, ontem à noite: "O problema, meus jovens, vocês têm de entender que, em primeiro lugar, hoje não é o dia de chegada. É formatura, sim. É formatura. Estão se formando, sim. Estão recebendo diploma, sim. Mas não terminou. Hoje é o dia da largada. Agora, vocês vão lá fora. Até ontem, vocês eram os críticos, a elite, falando: 'Essa gente errada, esses irresponsáveis'. Agora, vocês estão dentro. E cá entre nós, na sociedade brasileira, ser formado em Ciência Política pela Universidade de Brasília, é quase uma elite intelectual. São poucos os que podem chegar lá. E, se vocês têm esse título, vão para a cobrança. Vão para a cobrança. Cobrem. Exijam. O problema é a sociedade cobrar".

E digo uma coisa que sempre tenho dito, meu querido Mão Santa: participei de toda aquela luta. Quando nós fomos para a rua com as Diretas Já e quando as Forças Armadas cercaram o Congresso e o obrigaram a não aprovar a Emenda Dante de Oliveira, que estava aprovada, mas um número enorme de Parlamentares não veio votar por medo, aqui estava cercado, o que iria acontecer? Quando caiu a Emenda Dante de Oliveira, eu achei que tinha acabado. Acabado o quê? Todo aquele nosso movimento, porque o MDB teve uma luta muito difícil... Nós levávamos paulada de muita gente. Olha, o que eu apanhei, no Rio Grande do Sul... Porque os "caras" diziam o seguinte: "Esse Simon quer democracia, não quer uma bala, quer discurso em praça pública, como é que ele vai fazer isso?" Se ele está tão aí, dominando, dono é o quinto general que é Presidente. E ele diz: "Não, vamos pela democracia, vamos falar, vamos com o povo na rua, vamos botar os estudantes na rua e vamos ganhar". Olhe, eu apanhei de partidos de esquerda. Eu apanhei...

O Dr. Brizola, no início, era contra isso. Ele fez acordo de guerrilha; tentou guerrilha. Ele fez a campanha do voto em branco, que nos incitou, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul; fez campanha pela extinção de partido.

Então, a nossa luta era muito difícil, mas nós íamos indo. Nós íamos indo, indo e crescendo aquele movimento espetacular pelas Diretas Já e aprovação da Emenda Dante de Oliveira. Quando ela caiu, o Governo do Dr. Ulysses, no gabinete dele, sentado, de cabeça baixa – foi ali que ele começou o problema que teve, que foi a depressão. Ele achou que não tinha mais o que fazer. A maioria achou que não tinha mais o que fazer. Eu digo: a nossa luta – a luta do MDB – essa luta ia perder porque vinham os outros. E, aí, eu sempre dizia – não é que eu tenha medo de guerra civil. Eu não tenho medo de luta. O que me amedronta é que ninguém me prove que nós possamos ganhar, porque

o Brasil não é Cuba. Cuba era tomar conta, pegar a capital Havana.

O Brasil está aí. Os americanos estão aí na costa e já querem fazer do Brasil o que fizeram com o Vietnam e com a Coréia – Brasil do Norte e Brasil do Sul. Se houver chance de ganharmos, vamos lá. Estávamos derrotados. Os jovens na rua, os jovens de verde e amarelo na rua, cobrando, pressionando, fizeram milagre, fizeram com que o MDB, que jurou que nunca iria para o Colégio Eleitoral, o fosse; na Arena, os militares tinham garantia, pois o Colégio Eleitoral tinha feito contas matemáticas, um mais um mais um, no sentido de ganhar; e, quando tinha algum perigo, cassavam, como cassaram no Rio Grande do Sul. Torcida para ganhar. De repente, um milagre: de repente, o Sarney; de repente, o Marco Maciel; de repente, uma série de pessoas. Sarney era o Presidente da Arena. De repente, essa gente entendeu a mensagem e fez um acordo que nunca se imaginava: o MDB foi para o Colégio, a Arena se dividiu, e o Tancredo ganhou. Isso nasceu aqui? Não, foi com o povo na rua. Foi a pressão, a sociedade, as manifestações, o movimento dos jovens vindos de todos os lados que fizeram com que esta Casa fizesse o impossível.

Num dia, o Congresso, cercado de tropas, faz o impossível, derrota a Emenda Dante de Oliveira, que já estava aprovada. Logo ali adiante, esta Casa vota no Tancredo, de um pequeno partido, onde muita gente normalmente do MDB até votava contra de medo... De repente, o MDB virou gente e, na Arena, um grupo considerável, tendo pessoas extraordinárias como o Aureliano Chaves, Vice-Presidente da República, com quem, no Palácio Jaburu, nos reunimos para fazer a aliança entre a dissidência e o MDB. Quem fez isso? Nós? Não. Nasceu aqui? Não. Saiu daqui? Não. Foi o povo, foram os jovens que criaram um movimento de tal maneira e de tal ordem que o encontrávamos em todos os lugares.

Penso que isso é importante hoje, não que queira alguém se adonar do movimento, como se alguém me convidasse: "Simon, pegue um grupo e saia por aí". Não, assim o movimento nasce morto. Não pode ser o Pedro, o Paulo ou o Seu João; tem de ser o conjunto, basicamente a mocidade. Não pode ser empresário. O empresário, a quem tenho o maior respeito e o maior carinho, penso que pode participar, mas não comandar, porque aí, se eles dizem "Cansei", essa é a mesma situação daqueles que dizem, respondendo do lado de cá: "Eu também cansei disso, mais daquilo e mais daquilo outro".

Eu acho – e digo aqui o que eu disse ontem como orador paraninfo na Universidade de Brasília – que os jovens têm de sair; os jovens, nessa altura, têm de se

manifestar; os jovens têm de nos colocar contra a parede e cobrar de nós uma posição.

Se tínhamos alguma dúvida, a votação da emenda na Câmara dos Deputados terminou, Senador Mão Santa, mas veja o que eles aprovaram da Reforma Política, vá ver o que eles fizeram! É pior do que está aí; mas é muito pior do que está aí. Então não está... É até bom fazer justiça: nós do Senado já votamos a Reforma Política. E, se olharem com profundidade: fidelidade partidária, nós já votamos; verba pública de campanha, nós já votamos; questões mais importantes, nós já votamos. Nós já votamos tudo isso, e está na gaveta da Câmara. É verdade que os Deputados dizem para mim – o que eu não levo a sério, mas dizem –: “Mas é claro que vocês votam. Vocês votam porque confiam no patriotismo da Câmara. Vocês votam porque sabem que fica na gaveta da Câmara e aqui não se vota. Eu queria ver vocês votarem e ir para a promulgação”. Não sei! Mas é que a Constituição diz que o processo começa numa Casa e vai para a outra. E a verdade é que parou lá.

O mesmo se diga com relação ao problema da impunidade. Eu quero salientar o interesse e a preocupação, de um modo muito especial, da Srª Presidente do Supremo Tribunal Federal. Ela tem reunido, ela tem debatido, ela tem analisado, ela tem falado com Parlamentares, inclusive do Senado, na angústia de encontrar uma solução para esta questão: a impunidade.

Eu acho muito engraçado! Eu desafio... Eu gostaria que organizações internacionais que fazem pesquisas... Estou fazendo aqui um apelo a essas organizações internacionais para que façam pesquisas, análises. Façam uma análise em todos os grandes parlamentos do mundo, eu duvido que tenha um parlamento em que se esteja discutindo mais leis anticorrupção, mais leis antiimpunidade, mais leis pela ética e pela moral do que o nosso aqui do Brasil. Nós temos dezenas de projetos. Mas, meu Deus do céu! Se nós aprovarmos e fizermos o que está aqui, nós vamos para o céu, porque não sobra coisa nenhuma. Mas não sai nada. Não consegue sair nada!

O querido e saudoso ACM, quando era Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, em um determinado momento... Lembra-se de que ele fez a Comissão e determinou: “Vai ser. Vai sair. Tem de ser!” E estamos aí...

Pois não, Senador Lobão.

**O Sr. Edison Lobão (DEM – MA)** – Foi bom que V. Exª, com a sua autoridade, viesse à tribuna tratar dessa matéria. Nós temos sido injustiçados nesse ponto. E não apenas nós, mas o Supremo Tribunal Federal. A todo instante diz-se que os Senadores e Deputados têm o foro privilegiado do Supremo Tribunal

Federal. O que se quer dizer com isso? É que, pelo fato de termos o foro do Supremo, nenhum Parlamentar é punido. Com isso, fala-se mal, retrata-se o Supremo Tribunal Federal, que é composto de juízes de grande envergadura, de saber jurídico e de reputação ilibada. Mas não há em lei alguma esta expressão “foro privilegiado”, que é usada para estigmatizá-la e, com ela, os Parlamentares e o próprio Supremo. Não está na Constituição da República e nem nos códigos. Isso faz parte da doutrina jurídica, que fala em prerrogativa de função e não em foro privilegiado. O Supremo Tribunal Federal é o poder ao qual recorrem Senadores e Deputados, que os julga. Mas apenas eles? Não. O Presidente de República tem o mesmo foro, portanto, prerrogativa de função; os Ministros de Estado também; o Procurador-Geral da República por igual; os comandantes das Forças Armadas igualmente; os ministros dos Tribunais Superiores do mesmo modo. Que foro privilegiado é esse para Deputados e Senadores? Há uma intenção malévolas sempre de dizer que somos voltados, vocacionados para o delito, para a delinqüência e que vamos encontrar no Supremo um abrigo seguro. A rigor, somos prejudicados, porque não temos, além desse tribunal, foro de recurso. Se somos condenados, ali ficamos. Isso ocorre apenas no Supremo? Não. O STJ julga, com prerrogativa de foro, os Governadores de Estado, os membros dos tribunais menores etc. Os tribunais regionais federais, por igual, têm prerrogativa de função. Não, mas o que se quer é exatamente, dentro dessa linha da estigmatização, declarar que Senadores e Deputados se beneficiam da impunidade pelo fato de serem julgados pelo Supremo Tribunal Federal.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Olha, Senador, V. Exª colocou uma posição muito delicada e muito importante. Houve uma época em que, vamos dizer assim, nossos privilégios existiam realmente, quando, para processar um Deputado ou um Senador, tinha que se pedir licença para a Câmara ou para o Senado. Quando cheguei aqui, há 25 anos, era assim. O Procurador da República, para processar um Deputado ou Senador, pedia abertura da denúncia no Supremo, o Presidente do Supremo mandava para o Presidente do Senado ou o Presidente da Câmara e ficava na gaveta. A Câmara e o Senado não votavam, não rejeitavam e não aprovavam. Ficava na gaveta. Aí, realmente, era algo muito deprimente para nós. Mas mudamos isso. Não é mais assim. Se até lá atrás essa acusação era validade, a Justiça e todo mundo podiam dizer: mas que barbaridade. O Procurador pede para se processar e fica na gaveta. Até crime de homicídio. Cá entre nós, ficava na gaveta até crime de homicídio praticado por Parlamentar. Mas isso terminou.

**O Sr. Edison Lobão (DEM – MA)** – Existe até um momento simbólico sobre isso, eu me recordo. O Deputado Guilhermino de Oliveira era um Parlamentar de Minas Gerais que V. Ex<sup>a</sup> conheceu. Era uma figura importante do Congresso Nacional, foi Presidente da Comissão de Orçamento da Câmara. Ele teve uma infelicidade e atropelou uma pessoa na rodoviária. O sujeito faleceu, e ele não podia ser processado porque era Parlamentar. Ele foi à Comissão de Constituição e Justiça e pediu que ela autorizasse.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Eu me lembro.

**O Sr. Edison Lobão (DEM – MA)** – V. Ex<sup>a</sup> se lembra disso. E a Comissão rejeitou.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Porque abria precedentes.

**O Sr. Edison Lobão (DEM – MA)** – Porque abria uma precedência. Então agimos realmente muito bem – V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão –, na medida em que abrimos mão dessa prerrogativa. Hoje o Parlamentar é processado diretamente no Supremo, sem a licença do Poder Legislativo, que pode suspender-lá, mas não o faz.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Isso foi uma luta. V. Ex<sup>a</sup> sabe.

Modéstia a parte, me perdoem, eu fui o autor do projeto. E foi uma luta muito grande. Muda para lá, muda para cá, vai e vem... No Senado ainda não havia problema, nosso problema era na Câmara. Na Câmara era complicado. E a Câmara aprovou, acrescentando o que V. Ex<sup>a</sup> disse agora. Mas a Câmara ou o Senado podem trancar, em votação no plenário.

**O Sr. Edison Lobão (DEM – MA)** – Não o fazem, mas podem.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Sim, podem fazer, em votação no plenário. Eu, na hora – não vou negar –, fiquei magoado, mas hoje estou tranquilo. Em primeiro lugar, o Congresso poder trancar é uma espécie de garantia, senão daqui a pouco vem um presidente tipo o da Bolívia e começa a fazer o que quiser, e nós não temos garantia. Em compensação, não há Congresso que tenha a coragem de pedir para trancar se não for uma situação realmente determinante. Então isso hoje não tem mais.

**O Sr. Edison Lobão (DEM – MA)** – V. Ex<sup>a</sup> não foi autor apenas dessa iniciativa, houve outra iniciativa nobre que obteve o meu apoio integral, no sentido de que os Parlamentares, determinadas autoridades do País não tivessem direito a sigilo bancário. Ou seja, se estamos entregues à vida pública, deveremos nos exibir de corpo inteiro aos perigos da noite inclusive. Devemos fazê-lo. Ou, então, se temos alguma coisa que não podemos explicar, não devemos ingressar na vida pública.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – É importante isso que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo, porque se nós acabássemos com o sigilo de todo homem público mudava tudo. A vida seria outra, a realidade seria outra. “Ah, como que é, é o direito que o cidadão tem, é o direito a minha privacidade!” É verdade, mas no momento em que eu entro na vida pública, no momento em que venho para cá, abro mão disso.

Repare V. Ex<sup>a</sup>, quando nós não aprovamos, quando o Supremo tinha que mandar para cá e nós deixávamos na gaveta, a paulada vinha em cima de nós. Recentemente, o Lula, por exemplo, fez uma maldade conosco, uns meses atrás, quando disse que era uma vergonha, que o Congresso tinha que votar, tinha que permitir que se processasse quem é culpado. Ele sabe que não é assim, ele sabe que não depende de nós, quem quiser processar que processe.

O problema, quando o querido amigo diz da injustiça, é que para o povo, para a opinião pública há uma realidade.

Deputado, Senador, Ministro não são condenados nunca. Não são condenados. É isso que tem que se resolver. A Ministra Presidente do Supremo está com a melhor das intenções. E vou ser muito sincero: pelo menos, nós no Senado, lá na Comissão de Constituição e Justiça, estamos com a melhor das intenções de encontrar uma fórmula. Não conseguimos encontrar a fórmula, mas temos que encontrá-la. A fórmula é no sentido de julgar. O que não pode ficar é sem julgamento.

**O Sr. Edison Lobão (DEM – MA)** – Mas, Senador Pedro Simon...

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Aí nós passamos a ser... Aí é que eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> o seguinte: aí nós passamos a ser vítimas muitas vezes. Vítimas por quê? Porque assim como há os que cometem delito, e delito grave, e não julgam, e eles ficam ali, há os caras que seriam absolvidos na certa e, no entanto, estão pendurados porque não os julgam. Quantas pessoas que eu conheço, que têm um caso até infantil, que não tem significado nenhum, que seriam absolvidas por unanimidade; no entanto, estão penduradas lá, estão sendo processadas, mas não julgam. Para isso é que nós temos que encontrar uma saída.

**O Sr. Edison Lobão (DEM – MA)** – Sim, mas tem havido julgamento e tem havido cassação de mandatos pelo Supremo Tribunal Federal. Se V. Ex<sup>a</sup> desejar, eu dou um exemplo. Tem havido. O que ocorre também é que muitas vezes o processo é malfeito.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Mas, repare, as cassações são lá no tribunal eleitoral.

**O Sr. Edison Lobão** (DEM – MA) – Não, até no Supremo já ocorreu.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Sim, mas começam lá.

**O Sr. Edison Lobão** (DEM – MA) – Sim, começam lá.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Como foi o governador tal, como agora quiseram pegar o Governador da Paraíba, como é o caso, com toda a sinceridade eu digo, de um Senador do Amapá, por quem tenho até muito carinho. A acusação era de dois votos, que se compraram marido e mulher, as passagens de ônibus, não sei o quê, essas coisas são muito... Como querem agora fazer com a nossa companheira do Tocantins! Não, mentira, do Rio Grande do Norte! São umas coisas que eu não consigo entender.

**O Sr. Edison Lobão** (DEM – MA) – Não é mentira, é equívoco.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – É equívoco! Eu agradeço a gentileza.

Agora o que eu digo é o seguinte: nós temos que encontrar uma saída. Em primeiro lugar, todo mundo apresentou proposta, todo mundo tem idéia, todo mundo tem a melhor vontade de acertar! Eu também.

Uma das propostas que apresentei está aí: processo, denúncia contra homem público deve ter prioridade; o delegado tem que examinar em primeiro lugar; o promotor tem que decidir em primeiro lugar; o juiz tem que decidir em primeiro lugar, e o tribunal tem que decidir em primeiro lugar. Não vai o promotor ou juiz ao tribunal e dizer: "Eu tenho dez mil processos". Azar, esse é o primeiro. Já seria uma saída. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> concorda comigo, seria uma saída, porque a grande desculpa é que há mil processos para um promotor.

**O Sr. Edison Lobão** (DEM – MA) – Eu não concordo e explico a V. Ex<sup>a</sup> por quê. Nós votamos o Estatuto do Idoso, está dito que o idoso tem preferência nos hospitais, no ônibus e na Justiça – até por ser idoso é indispensável que a Justiça julgue os seus casos antes que eles morram. Já que a nossa Justiça é tão lenta – não por culpa própria; defendo sempre a Justiça –, mas por conta das nossas leis, que facilitam os recursos: 54 recursos! Não se chega nunca ao final de um processo. Eu também não vejo razão para se dar preferência às questões ligadas aos políticos em prejuízos de outras, muitas vezes, muito mais graves. Estou citando o caso do idoso porque essa é de emergência. Ou se trata do assunto dele com rapidez, ou ele morre, e não vê o seu problema resolvido. Mas, com a reforma do Poder Judiciário, da qual V. Ex<sup>a</sup> participou intensamente, nós encontramos aquela solução que me pareceu genial, que é a Súmula Vinculante. Com

aquilo, nós vamos reduzir 80% dos processos que tramitam na Justiça Federal.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Eu acho que foi muito positiva.

**O Sr. Edison Lobão** (DEM – MA) – E aí garantiremos velocidade às decisões do Poder Judiciário. É por aí que nós temos de caminhar.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, eu tenho muito respeito e muito carinho pelo meu companheiro de Bancada, Presidente do Senado. E fico muito chocado, quando eu vejo a imprensa se fechar toda, porque eu já vi injustiça inclusive nesse sentido. Eu já vi. Mas, a essa altura, meu querido companheiro Renan tinha de se afastar da Presidência do Senado. Que ele se licencie da Presidência do Senado. Ele está em uma posição que é desgastante para ele porque eu sei que ele não está fazendo, na Presidência do Senado, nada em favor dele. Pelo contrário, ele está tendo atitude delicada porque é o Presidente do Senado.

Se ele se afastar, está aí o Vice-Presidente, que assume. Ele fará sua defesa, e nós teremos a tranquilidade de levar essa questão adiante da maneira como deve ser. Vejo que a situação adquiriu contornos que foram ao exagero: era um processo, depois dois, agora são três. Isso vai levar um tempo indeterminado. O Partido dos Democratas – que coisa bonita é o nome "Democratas", ficou bem – tomou a decisão de não votar.

O Presidente Renan está vivendo momentos que eu não desejo para o meu maior inimigo – aliás, eu não tenho inimigos, mas não desejo isso para ninguém. É muito difícil a situação dele, mas eu lhe daria um conselho: que ao menos se licencie da Presidência, deixe o caso andar. Acho que ele precisa fazer isso. Ele não pode, na tribuna da Presidência ou até no plenário, fazer o que fez: uma hora é uma discussão com o Líder dos Democratas, outra hora, com o PSDB.

O conselho que eu daria ao nobre Presidente: que ele se recolha da Presidência do Senado, se licencie. Aí, ninguém da imprensa poderá acusar: "Não, ele está lá na Presidência, ele não está permitindo, ele não está deixando". Não. Eu acho que, com grande tranquilidade, ele deveria fazer isso. Olha, meu amigo Renan, a repercussão na opinião pública, envolvendo o contexto geral de todos nós, é muito grande, e esse contexto está dentro do contexto geral.

Nesta semana, na quinta-feira provavelmente, o Ministro-Relator do Supremo Tribunal Federal apresenta seu voto sobre o caso dos mensalistas. Então, vai ser uma semana bombástica. Hoje está nas páginas dos jornais uma divergência franca entre o Procurador-Ge-

ral da República e o Ministro da Justiça. O Procurador-Geral da República aparece dizendo que essa causa, conforme for, atinge o Governo. E o Ministro da Justiça aparece lamentando, dizendo que o Procurador está avançando o sinal, porque essa causa atinge os quarenta e cinco, e o Governo não tem nada que ver com os quarenta e cinco. O debate vai ser acirrado. Antes de se saber como vai ser o parecer do Ministro-Relator, o debate já está na rua.

Seria muito bom que o Senado estivesse fora dessas manchetes neste momento e, para o Renan, seria muito bom que ele estivesse fora desse tipo de discussão nessa hora.

Sr. Presidente, acho que vamos por um caminho difícil. O Presidente Lula tem o seu estilo. Ontem, houve uma formatura de estudantes que se graduaram em assuntos internacionais. O paraninfo era o Presidente do Banco Central, que não pôde ir à formatura e mandou um representante, um diretor do Banco. Achei a sua explicação muito correta: ontem foi um dia pavoroso nas Bolsas do mundo inteiro, inclusive no Brasil e, naquele momento, aguardava-se a reação dos mercados na China e no Japão. No mundo inteiro havia uma expectativa quanto ao que estava ocorrendo naquele instante, e ele não podia sair dali, precisava acompanhar os acontecimentos. É verdade. Vivemos um momento que não é tão fácil como dizia o Presidente do Banco Central, como dizia o Ministro Mantega, como dizia o Presidente da República: "Nós temos muito dinheiro, isso não nos atinge".

Lamentavelmente, essa globalização, da maneira como é, faz com que um problema imobiliário dos Estados Unidos termine sendo pago por todos nós. Todos nós pagamos a conta por um equívoco que eles praticaram, abrindo as comportas e permitindo que todo mundo gastasse o que não podia. Imaginem vocês: problema de moradia nos Estados Unidos, e nós é que estamos pagando a conta!

Acho que o Senado tem de se preparar para enfrentar essa situação.

Uma das coisas que eu achava positivas até pouco tempo era o ambiente no Congresso, no Senado. Eu sempre dizia: "Não vejo, nos Democratas nem no PSDB, o desejo de fazer uma oposição para esmagar o Presidente Lula".

Tivemos um exemplo aqui. Houve um momento, na CPI, em que o Presidente Lula esteve numa situação muito difícil: o Senador Jorge Bornhausen, Presidente do PFL, reuniu juristas para preparam o pedido de *impeachment* do Presidente Lula. Eu participei da reunião e disse: "Ora, vocês estão cometendo um equívoco. *Impeachment* não se faz com juristas, porque é a coisa mais singela que existe. *Impeachment* se faz

com provas e com a opinião pública, com a sociedade. Nessa altura, vamos transformar o Lula em vítima e não conseguiremos o nosso objetivo". Lula estava no chão. Nunca imaginei que ele se recuperasse para chegar aonde chegou. Mas, àquela altura, o PSDB e o PFL recuaram do pedido de *impeachment* e recuaram da idéia de querer desmontar o Governo.

Até ontem vimos isso aqui. Houve no Governo Fernando Henrique e houve no Governo Lula: um ambiente que permitiu que o Governo avançasse.

O Lula, nos oito anos do Governo Fernando Henrique... O PT é o Partido campeão do mundo em atirar pedra na vidraça dos outros. Nunca houve ninguém com tanta competência para denunciar, para mostrar, para provar as coisas erradas como o PT. Eu era um apaixonado, eu era um fã, eu pensava: "Que gente fantástica, que gente séria, que gente pura". Eles eram magníficos.

Eu falei para o D. Paulo Evaristo Arns: "O senhor, que esteve lá, que participou, viu quando as entidades da organização da Igreja, as entidades de base, se uniram ao PT e os ensinaram muito bem a denunciar, mas não os ensinaram a, quando sentassem no Governo, sentar na mesa e a governar". Isso eles não aprenderam.

Uma coisa eu aprendi por experiência própria no MDB. Eu também achava, na época da ditadura, que o MDB era composto de deuses, de pessoas santas, fantásticas, que se doavam pela sociedade. Vejam que, no MDB, durante a ditadura, tivemos exemplos fantásticos de dedicação, de amor, de carinho, de luta, de garra. Depois, o MDB elegeu 21 Governadores, fomos para o Governo e, com uma caneta, muitos dos heróis viraram grandes malandros. Muitos heróis não sabiam o que fazer, não tinham capacidade, não tinham competência. Eu senti isso no MDB, não vou mentir. Quando chegamos no Governo, vi que o MDB não era um Partido santo não, que tinha muito pica-reta e muito malandro. No PT é a mesma coisa. O PT também não se preparou. Por isso, está aí, vivendo esse momento.

E o mais grave é que agora o Lula está no segundo mandato. Achei que o Lula iria ver os erros do primeiro mandato e se recuperar agora. No entanto, as coisas estão aí. Nós não podemos... Hoje o Governo faz o que quer no Congresso. É o caso da CPMF, que é um troço escandaloso. Governo. Vários Parlamentares. "Vota conosco que a tua emenda var ser aceita". É um absurdo. Governadores. "Sobre o negócio da CPMF, como tu vais votar?" "Eu não me meto, porque eu preciso do Governo; se eu me meter, eu não tenho o apoio do Governo". Assim não dá, tchê. Assim não dá. Mas agem assim por quê? Porque o Congresso

Nacional não tem credibilidade, está vivendo uma hora difícil, uma hora difícil, porque os partidos estão aí. Então, oferecem um cargo para o PMDB, outro cargo para não sei quem, e mais outro para não sei quem, e assim construiu a maioria e tem até a maioria.

Quando o Lula falou, no início do seu Governo, em constituir uma maioria sólida, inclusive PMDB, PT mais PMDB, uma maioria de partidos, de conteúdo, de idéias, a idéia foi boa, mas se olharmos agora na prática, na hora de votar um projeto importante, não é nada disso o que se vê. O que se vê é cada um por si, buscando a sua parcela para ver se vem ou não.

Olha, Sr. Presidente, a primeira coisa que temos de resolver é o problema do nosso amigo Renan, que deve aceitar se licenciar, porque, se ele se licencia da Presidência, desanuvia a situação. E aí, com serenidade, com tranquilidade, a coisa vai ser levada. E, a segunda, é o Congresso, principalmente nós do Senado Federal, nesta hora em que se fala em impunidade, em se criar frente daqui, frente de lá, exercermos a nossa missão, como já fizemos no passado. Não ficar num debate vazio, não ficar numa falta de conteúdo, numa falta de idéias, mas nos apresentarmos com respeito perante a sociedade.

Acredito, Sr. Presidente, que podemos fazer isso; acredito que temos condições de fazer isso, embora, andando pelo Brasil, tenha que dizer que não me lembro, em nenhuma outra época, de ver o Congresso tão em baixa e a classe política tão ridicularizada como está agora.

Acho que é exatamente por isso que temos de responder. E a resposta não é só discurso, Sr. Presidente, é ação. V. Ex<sup>a</sup> está indo nesse caminho para que possamos juntos caminhar nesse mesmo sentido.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após importante pronunciamento do Senador Pedro Simon sobre o momento político do Brasil, convidamos, para usar da tribuna, o Senador Geraldo Mesquita Júnior, do PMDB do Estado do Acre.

V. Ex<sup>a</sup> pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB

– AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Para nós, estar aqui é um privilégio numa sexta-feira como esta, aliás sexta-feira bem movimentada no Senado Federal, graças ao empenho de V. Ex<sup>a</sup>, que é o principal advogado do funcionamento desta Casa às sextas-feiras. Com isso, V. Ex<sup>a</sup> nos permite ter o privilégio de ouvir o Senador Pedro Simon, que há poucos minutos proferiu, como é já de rotina da vida parlamentar, um brilhante discurso.

Mas, caro Presidente, as minhas primeiras palavras, nesta já tarde de sexta-feira, são de lamento e de solidariedade ao povo peruano, que passa por momentos difíceis, sofre com um desastre natural que se abateu em regiões daquele país, ceifando mais de 500 pessoas, com centenas de feridos. Um terremoto gravíssimo ocorrido naquele país que, tenho certeza absoluta, o povo brasileiro lamenta muito. Peço permissão ao povo brasileiro para, em seu nome, transmitir a nossa manifestação de solidariedade ao povo peruano.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, aqui presente, os Congressistas que integram a representação brasileira no Parlamento do Mercosul, entre eles V. Ex<sup>a</sup>, decidiram, na última terça-feira, dia 14 do corrente, eleger por aclamação o Presidente e os Vice-Presidentes da nossa Representação, integrada por nove Senadores e igual número de Deputados e seus respectivos Suplentes. Mais que a honra, Sr. Presidente, tive a surpresa de ver meu nome sufragado para a Presidência dessa nossa Representação, a despeito de reconhecer, entre todos os ilustres colegas das duas Casas que a integram, nomes que, por suas qualidades e merecimento, mais do que eu, muito mais do que eu, poderiam, com mais brilho e competência, desempenhar esse honroso encargo.

E aqui quero registrar que o meu voto era de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Simon, que abriu mão da possibilidade de assumir a Presidência, que todos reconhecem que seria absolutamente bem representada em sua pessoa. E eu dizia que se encontram nessa situação colegas que todos nós, seguramente sem discrepâncias, reconheceremos, não só precedência, mas sobretudo de qualificação e experiência para tanto. É o caso da Senadora Marisa Serrano e de nossos ilustres colegas Senadores Pedro Simon, a quem já me referi, Efraim Morais, Romeu Tuma, Aloizio Mercadante, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque e Inácio Arruda. Ao lado deles, perfilar-se os eminentes Deputados Federais Cezar Schirmer, de sua terra, Dr. Rosinha, George Hilton, Max Rosemann, Geraldo Thadeu, Germano Bonow, Beto Albuquerque e José Paulo Tóffano.

A nossa Representação é integrada, ainda, por dezoito suplentes de reconhecida expressão no Congresso Nacional. São eles os Senadores Neuto de Conto, Valdir Raupp, Adelmir Santana, Raimundo Colombo, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Fernando Collor, Jefferson Péres e Paulo Paim, além dos Deputados Federais Nilson Mourão, Renato Molling, Valdir Colatto, Fernando Coruja, Gervásio Silva, Vieira da Cunha, Dr. Nechar e Deputada Íris Araújo. Cito o nome de todos para que o País se acostume a vê-los como seus

representantes no Mercosul e também na nossa Representação aqui no Congresso Nacional.

Felizmente, os integrantes da nossa representação tiveram o discernimento e a sabedoria indispensáveis para escolherem, como 1º Vice-Presidente, o nobre Deputado George Hilton, do PP de Minas Gerais, e como 2º Vice-Presidente seu colega Deputado Cláudio Diaz, do PSDB do Rio Grande do Sul, cuja experiência e equilíbrio seguramente suprirão, com vantagem, minhas deficiências no exercício desse nobre encargo.

Faço ainda uma referência especial aos que me antecederam na direção do organismo, o eminentíssimo Deputado Dr. Rosinha, do PT paranaense, Vice-Presidente do Parlamento do Mercosul e Relator Geral do seu Regimento Interno, aprovado na sessão de 6 de agosto em curso, e de nosso colega e queridíssimo amigo Senador Sérgio Zambiasi, que diligentemente, e com excepcional empenho e habilidade, exerceu o mesmo encargo. Ambos, à frente de nós, atuaram vigorosamente na construção das condições para a instalação do Parlamento do Mercosul. Antes deles, preciso registrar, com muito sentimento, a contribuição expressiva do Deputado Federal Júlio Redecker, falecido no acidente aéreo de Congonhas.

Ao fazer este registro, Sr. Presidente Senador Pedro Simon, quero creditar a esses parlamentares o tributo de que se fazem merecedores S. Ex<sup>as</sup>s, pelo esforço empreendido na consecução de significativos e decisivos avanços no processo de integração regional e de consolidação das instituições políticas do Mercosul. Quanto ao Deputado Dr. Rosinha e ao Senador Zambiasi, devo registrar que eles protagonizaram ações significativas que nos levaram a avançar na conquista de instrumentos eficazes para a integração regional e para a instalação do Parlamento do Mercosul. A primeira delas diz respeito à apreciação, no mesmo dia, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, do Decreto Legislativo nº 407, de 12 de setembro de 2006, que aprovou o texto da Decisão nº 18/2005, do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, dispondo sobre a integração e o funcionamento do Fundo Para a Convergência Estrutural e Fortalecimento do Mercosul, o FOCEM.

Seu objetivo é permitir o financiamento de programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade, promover a coesão social, em particular das economias melhores, de regiões menos desenvolvidas, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração regional. Para sua execução, foi estipulada uma contribuição anual de US\$100 milhões dos países membros, dos quais US\$70 milhões constitu-

rão o aporte brasileiro; US\$27 milhões a contribuição Argentina, e os US\$3 milhões restantes serão incumbência do Uruguai, com US\$2 milhões, e o Paraguai com US\$1 milhão. A partir da sua Constituição, ocorrida no ano passado – refiro-me ao Focem –, os países-membros se obrigam a integralizar as suas participações, integralmente, até o terceiro ano orçamentário do Fundo.

No mesmo dia em que as duas Casas do Congresso Nacional aprovaram o texto da decisão que dispõe sobre a instituição do Focem, Senador Mão Santa, o esforço, o prestígio e a diligência pessoais, em especial do Senador Sérgio Zambiasi, é para o Senado e a Câmara aprovarem, igualmente, o Decreto Legislativo nº 408, de 2006, instrumento indispensável para a constituição e instalação do Parlamento do Mercosul.

Destaco ainda, como fruto do esforço, em especial desses dois Parlamentares, a aprovação, pelo Congresso Nacional, em 24 de julho último da Resolução nº 1, de 2007, que “dispõe sobre a representação brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências”, para a qual, pela generosidade de meus Pares, fui eleito Presidente.

A Resolução nº 1, de 2007, do Congresso Nacional, deu à representação brasileira no Parlamento do Mercosul as atribuições de apreciar e dar parecer em todas as matérias do Mercosul submetidas ao Congresso Nacional e emitir relatório sobre as informações que lhe forem encaminhadas pelo Poder Executivo. Compete-lhe também examinar os anteprojetos encaminhados pelo parlamento do Mercosul, realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil, solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão, participar de projetos resultantes de acordos de cooperação com organismos internacionais celebrados pelo Mercosul e receber e encaminhar ao Parlamento regional a correspondência que lhe for dirigida.

O parlamento do Mercosul vai bem. Já dispomos inclusive do nosso Regimento Interno, aprovado em Montevidéu na última reunião realizada em 6 de agosto do corrente. Ele compreende 11 capítulos, divididos em 25 seções e três subseções, somando 173 artigos que, a partir da próxima reunião, regerão os trabalhos dos parlamentares membros daquele parlamento regional.

Integrado à representação que ora passo a dirigir, pude constatar, Sr. Presidente, como é árduo, desafiador, mas também fascinante participar desse esforço coletivo que empreendem as autoridades e instituições políticas da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, para dar à região a que pertencemos institutos inéditos de cooperação mútua nes-

sa era em que a formação de blocos políticos, como é o caso da União Européia, da Nafta, da Apec, da Liga Árabe, ao lado da União Africana, tornou-se um imperativo de um mundo cada vez mais competitivo, mas também mais cooperativo. O fim da bipolaridade mundial, em que o mundo se viu dividido e ameaçado por motivos ideológicos, por interesses políticos e por ambições expansionistas, marcou seguramente, o fim de um período trágico de confrontos, enfrentamentos e ameaças.

Aos poucos, mas com determinação, o ideal da fraternidade humana, da cooperação política, do pluralismo ideológico que assegure direitos e garantias individuais e coletivas e da cooperação econômica, há de aproximar os povos e dar às nações novos e cada vez mais atuantes mecanismos de mediação e de solução de conflitos.

A América Latina, Senador Mão Santa, só tem a se beneficiar com a conquista de novos avanços, tanto na área política, quanto na cooperação econômica e na busca de novas formas de colaboração para superarmos o fosso de nossas deficiências sociais. A negociação entre os blocos que, em diferente escala e com diversos níveis de integração, constituem-se no mundo civilizado é o caminho para enfrentarmos as ameaças que põem em risco a sobrevivência das espécies, pelas quais são responsáveis todos os seres humanos, todas as nações e todas as instituições internacionais de que a Organização das Nações Unidas é o melhor exemplo.

As nossas diferenças de expressão econômica, demográfica e de poder, em todas as suas manifestações, computadas aí nossas deficiências e os débitos a serem resgatados, não devem ser impedimento para a consolidação de instituições regionais, como é o caso do Mercosul.

A União Européia, iniciada com o tratado de Roma, cujo cinqüentenário foi comemorado este ano, superou obstáculos muito mais difíceis de serem ultrapassados, por se tratar de um Continente calcado em enorme assimetria geográfica, demográfica, econômica e militar e uma reconhecida diversidade histórica, em que se contam guerras e confrontos que marcam e martirizaram seus povos.

Nós haveremos de perseguir os mesmos objetivos que esses países lograram, ainda que por caminhos diversos. Afinal, temos a partilhar consideráveis recursos econômicos naturais, como é o caso da maior floresta tropical do mundo e do maior aquífero subterrâneo de que se tem notícia, além do potencial de nossos rios compartilhados com outras nações. São recursos incomensuráveis e muitos inclusive desconhecidos, mas sabidamente esgotáveis, cuja preservação é dever e

obrigação de todos nós, sem distinção de fronteiras. Não apenas do Mercosul, mas de uma comunidade de Nações que um dia poderá incluir não apenas a Comunidade Andina de Nações, mas também, e eu espero, os países da América Central, do Caribe e, sem dúvida, de todo o continente sem exceções. É um sonho para a nossa geração e um desafio para as que virão depois de nós. Mas, para tanto, é preciso fazermos a nossa parte.

Em nome da representação parlamentar brasileira no Legislativo do Mercosul, quero agradecer aos Presidentes das duas Casas do Congresso, o nobre Deputado Arlindo Chinaglia e o nosso Presidente e colega, Senador Renan Calheiros, o inestimável apoio e o indispensável suporte que ambas as mesas da Câmara dos Deputados e do Senado tem dado para que possamos nos desincumbir da desafiadora e gratificante tarefa de darmos vida, ânimo e alento ao Parlamento do Mercosul e, por meio dessa instituição, ao seu Mercado Comum.

Ao mesmo tempo, estendo esses agradecimentos ao Secretário da agora Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, Dr. Antônio Ferreira Costa Filho, e toda a equipe da Secretaria, que, sob sua direção e juntamente com a brilhante consultora desta Casa Drª Claudia Drumont, nos tem dado apoio, auxílio e suporte, recursos sem os quais não teríamos condições de exercer nosso desafiador encargo. Da mesma forma, externo nosso reconhecimento aos Secretários-Gerais das Mesas da Câmara e do Senado, Dr. Mozart e nossa companheira Drª Cláudia Lyra, pela eficiente assistência proporcionada nas questões institucionais da Representação brasileira, em suas relações com as duas Casas do Congresso.

Resta-nos ainda, Sr. Presidente, registrar, com os agradecimentos, a imprescindível participação dos profissionais e instrumentos de divulgação com que contam o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, através das respectivas Agências de notícias, suas redes de Televisão, de Rádio e de Imprensa, assim como o Interlegis e o Instituto Legislativo Brasileiro, uma vez que, sem sua cooperação, Senador Mão Santa, a de seus dirigentes e seus corpos técnicos, jamais conseguiremos atingir os mais diversos segmentos da sociedade brasileira e suas principais instituições, para o esforço de mostrarmos o que é, como funciona, quais os objetivos e como os brasileiros poderão se beneficiar da integração regional e do ideal de fraternidade entre os povos de nosso continente, que deve ser uma aspiração de todo o povo brasileiro e para o qual é dever de todos contribuir e colaborar.

Por último, Senador Simon, e falando em colaboração, cometaria grave omissão se não registrasse aqui, e V. Ex<sup>a</sup> é testemunha, para o conhecimento desta Casa e do povo brasileiro, a presença solidária e competente do Embaixador Regis Arslanian, delegado permanente do Brasil junto à Aladi, ao Mercosul, ali no Uruguai, o qual, juntamente com seus auxiliares, tem prestado inestimável apoio à bancada brasileira no Parlamento do Mercosul em Montevidéu.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Mão Santa , deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.*

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Faço questão de dizer que V. Ex<sup>a</sup> é o nosso representante, é o líder, é o Presidente da Bancada brasileira no Congresso do Mercosul. V. Ex<sup>a</sup> foi escolhido por unanimidade e tem razão sobre a importância e o significado do Mercosul. Nós depositamos uma confiança muito grande em V. Ex<sup>a</sup>, Senador Geraldo Mesquita, pelo seu estilo, pela sua capacidade, pela sua competência. Nós estamos iniciando. A rigor, no dia 3, teremos a primeira reunião realmente ordinária.

Já temos o estatuto, já temos tudo, e o grande debate será travado. O Brasil foi o grande apaixonado pelo Mercosul, a rigor é o país que realmente quer a integração da América Latina. Será V. Ex<sup>a</sup> o nosso representante nesse trabalho, junto à Argentina, junto ao Uruguai, junto ao Paraguai, junto à Venezuela, e tenho a convicção de que V. Ex<sup>a</sup> levará o Brasil unido, por toda a sua representação, pelo seu trabalho realmente muito importante. V. Ex<sup>a</sup> hoje é o Líder do Brasil no Congresso da América Latina.

Meus cumprimentos.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PDMB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Pedro Simon, que preside esta Casa nesta sexta-feira, 17 de agosto, Senadoras e Senadores presentes à Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, minhas primeiras palavras são de cumprimento pela eleição, muito justa, do Senador Geraldo Mesquita. Entendo ser o Mercosul uma realidade muito importante, que nasceu do sonho,

primeiro, de Simon Bolívar, **el libertador**. Quando D. João VI disse “Filho, coloque a coroa antes que algum aventureiro a coloque”, foi porque o Simon queria libertar toda a América do Sul, trazendo o governo do povo, pelo povo, para o povo. Embora tenhamos tido sorte, e o Imperador Pedro II tenha sido um extraordinário estadista, ele tinha esse ideal libertário e, vamos dizer, fraternal dos países da América: liberdade, igualdade, fraternidade.

Este Pedro Simon aqui, Governador do Rio Grande do Sul, é quem vislumbrou isso, inspirou o Senador Sarney a dar uns passos, e V. Ex<sup>a</sup> agora continua. Sem dúvida nenhuma, eu vejo perspectivas invejáveis neste Parlamento, presidido por V. Ex<sup>a</sup>.

O nosso grande estadista Napoleão Bonaparte disse um pensamento: o francês é tímido e até preguiçoso, dá trabalho; mas, quando tem um comandante bom, ele vale por cem. Agora, este Parlamento tem esse grande comandante que é o Senador Geraldo Mesquita.

Mas já que nós estamos no Napoleão, Pedro Simon, ele foi um grande estadista, porque passou seis anos preso – depois da Ilha de Alba, a de Santa Helena – e refletiu sobre o que fez, escreveu pensamentos. Há até um livro do Maquiavel, criticado e lido por ele, que é muito interessante: eu fiz isso, não fiz aquilo, é certo. Mas é muito oportuno termos começado a falar daquele estadista. Eu digo, vendo o Renan aí nessa, que Napoleão estava preso em Santa Helena, refletindo, conhecendo a humanidade, conhecendo o poder, e morreu balbuciando as palavras: “Eu não fui bom, eu não fui mau, mas também não fui tirano”. Ele não o foi. Ele tinha aquele sonho de grandeza da França, de que libertaria, faria o Código Civil e deixaria lá, talvez, um parente. Ele não tinha atos de tirania, mas sim de grandeza. Pelo contrário, ele sempre buscava, onde conquistava, fazer um código civil. Ele disse: “Eu não fui bom, eu não fui mau, mas eu não fui tirano; eu fui firme, eu fui firme”. Ele morreu satisfeito com a sua história, porque tinha sido firme. Então, estamos aqui neste momento em que – eu sei – o Presidente Renan está achando firmeza.

Hoje, depois de muita saudade, está aqui Pedro Simon. Tenho aqui um e-mail, Senador Geraldo Mesquita. Eu recebo muitos e-mails, e quase todos cobram a ausência de Pedro Simon nesses dias. E hoje ele fez desta uma das mais importantes sessões. Vários Senadores aqui fizeram desta tribuna o tambor de ressonância do sofrimento do povo brasileiro, com as denúncias que se tornam explosivas aqui.

Tanto isso é verdade que ontem nós reagimos aqui contra umas declarações infelizes de um empresário rico da Philips. Aqui está: “Líder do Cansei desde-

nha Piauí, é chamado de tolo e pede desculpa". Quer dizer, realmente isso funciona. E o artigo transcreve aqui o que eu, Mão Santa, disse ontem, reagindo às palavras de Paulo Zottolo, milionário da Philips – que disse que, se o Piauí deixar de existir, ninguém vai ficar chateado –, com a bravura do povo do Piauí que nós representamos.

Tive um professor de cirurgia, Mariano de Andrade, que hoje eu comprehendo. Ele – que talvez tenha sido a maior autoridade da cirurgia de tireóide do mundo, tireoidectomia subtotal – vivia, Pedro Simon, a dizer assim: "A ignorância é audaciosa". Quando a gente operava e queria correr, ele dizia: "Isso não é corrida de cavalo, não se marca em tempo". Às vezes atingia coisa. E a ignorância é audaciosa.

Ontem, li essa declaração. O próprio nome dele é Zottolo, quer dizer, ele está marcado pelo destino. Então, eu dizia aqui: Ó tolo, ignorante, imbecil, cansado – há agora esse movimento Cansei –, a primeira capital planejada deste País foi Teresina, com nossas grandezas.

Pedro Simon, recebi um e-mail desses. Está aqui no jornal. Atentai para o que é o Piauí!

Ó ignorante!

Sófocles disse que muitas são as maravilhas da natureza, mas que a mais maravilhosa é o ser humano, é a gente.

Senador Geraldo Mesquita, respeito muito o seu Estado, o Acre, desde antes de conhecer V. Ex<sup>a</sup> e os outros representantes, porque Adib Jatene nasceu no Acre. E eu vi nascer a cirurgia cardiovascular. Eu vi, está aqui.

É muito comum prestar uma homenagem pelo sol que está nascendo. Sepúlveda Pertence deixando o STF. Reconheçamos que a sua luz, que é vitoriosa e que queremos almejar, foi inspirada por Evandro Lins e Silva. Ó tolo! Ele é um homem do Piauí. Ele pode estar ao lado de Rui Barbosa; Evandro Lins e Silva, que teve a coragem de Bento Gonçalves. Na ditadura, ele era chefe do STF. Foi ele que libertou Miguel Arraes, Senador Pedro Simon. Ele me contou. Este livro, **A Mistificação das Massas pela Propaganda Política**, Serge Tchakhotine, tradução de Miguel Arraes, foi reimpresso e enviado a mim pela viúva.

Miguel Arraes me contou que traduziu quando estava preso, na prisão do Corpo de Bombeiros, e depois pensou, tal a pressão do regime, em suicídio. Então, sabia francês, e um dicionário para pensar... Mas ele me contou que não esperava mais a liberdade. Esperava ser comido pelo jacaré. Estava na ilha de Fernando de Noronha – aquilo, Geraldo Mesquita, era uma prisão – quando chegou um *habeas corpus*,

ó tolo, de Evandro Lins e Silva. Como ele, centenas. Então, esse é o Piauí.

Nesta Casa, tolo, ignorante, imbecil, rico da Philips – atentai bem! –, um dos maiores homem que passou aqui foi Petrônio Portella. Esse túnel por que nós passamos foi Petrônio Portella... O auditório em que debatemos – em que já vi, várias vezes, Pedro Simon aclamado. Petrônio Portella já estava certo em ser Presidente da República. A anistia foi ele!

Pedro Simon, sou testemunha da história. Por isso, estamos aqui.

Este é o melhor Senado da história. Nunca se trabalhou sexta! Quantos pronunciamentos, representando o clamor do povo brasileiro, saíram daqui? Estamos abertos a receber o povo.

E Petrônio Portella, a anistia. Eu me lembro, eu era Deputado, novinho. Marquei uma audiência com ele. Amigos do Piauí fizeram um hospital e tinham dificuldade de credenciá-lo. Eu, médico mais velho, quis ajudar os meninos, que se endividaram e não tinham aquele credenciamento que, na época, era bom, do SUS, do INPS.

Ele chega e diz assim... Está de testemunha o Antônio Araújo, que rabiscava os discursos do Petrônio. Eu até brinco com ele: Rapaz, você fazia os discursos do Petrônio, agora está fazendo os do Marco Maciel; quando é que você vai fazer um para mim? Ele é de Floriano, é um advogado. O Petrônio morreu, o Marco Maciel, que sabe tudo, pegou. É o tipo do funcionário... Antônio Araújo.

Mas eu, com a minha Adalgisa, estava lá com uns médicos novos, eram 9 horas da manhã. Aí o Petrônio entra. Eu era Deputado Estadual e ia pedir esse credenciamento. Foi o último contacto com Petrônio Portella. Por isso, quero dar os ensinamentos aqui. Aí ele diz: "Mão Santa, faltaria com o João, mas não faltaria com você". Eram 9 horas da manhã. E eu: Que João? Estava vindo no avião. Era o João... Ele estava tomando café com o João para dar o resultado da anistia. Tinha sido, na véspera, a votação. Foi de 6 a 7 votos a diferença. "Mas deixei, porque você é um homem da minha base." E começou.

Aí eu, aquele meu jeito espontâneo, Pedro Simon, a Adalgisa, está aí o Antônio Araújo, um médico que já morreu, Mário Laje – está no céu –, e o irmão dele que foi meu secretário de saúde, Paulo Laje, uma figura extraordinária. E eu disse: eu trouxe a Adalgisa porque, você sabe, Deputado Estadual, ela vai ficar em Parnaíba, Buriti, Luís Correia, Piracuruca... Não vai mais, nunca mais... Então, ela vê ao menos isso aqui, Brasília.

Então, ele, de dedo em riste, falou: "Mão Santa" – foi a última vez que vi Petrônio – "você será tudo o

que quiser no Piauí". Eu não quero nada, eu só quero que o Piauí cresça. Aí eu disse: eu trouxe a Adalgisa porque ela não ia ver nada. "Antônio Araújo, vá mostrar o Palácio à Dona Adalgisa." E eu fiquei fazendo a reivindicação.

Oito dias depois, ele estava estirado, morto. E o pedido era o credenciamento. Eu voltei e, como Deputado, anunciei: o homem já apalavrhou, o homem se interessou. Ele disse que eu sou uma das bases, até predestinou que eu ia ser tudo. E o homem morreu. Foi a última vez que eu vi Petrônio.

Isso saiu no jornal, porque o homem era de palavra, e eu era Deputado – que você já foi, não é, Pedro Simon? E disse: rapaz, isso é besteira, o homem garantiu que vai se empenhar. Aí, Pedro Simon, o homem morre... E os médicos ficaram apavorados, porque não tinha dado tempo de realizar o credenciamento.

Pedro Simon, aquele que foi Ministro lá, foi Governador, foi Presidente da Assembléia, da Previdência... Jair Soares. Petrônio chamou Valdir Arcos – que é de família de Senador –, Soares, e tinha determinado antes de morrer. Aí, chamei os meninos, o Petrônio aqui, chamei um médico e disse: "Mário Alberto Lage, vá lá, pegue o Deputado Ludgero"... Aquilo funcionava assim: cada Deputado com a área de saúde, é Ludgero. Pedro Simon, olhe esse acontecimento: aí o médico diretor do hospital pegou o avião e veio. Foi com o Ludgero e o gaúcho que era Ministro, Jair Soares. Olha a cena interessante: o Petrônio estirado aqui, no Salão Negro, ele ouviu um telefonema, um médico do lado e dizia "não, o credenciamento está fechado, está tudo suspenso, está fechado". Aí deu a palavra, o médico contou. Sabe o que o Jair Soares fez? Já tinha negado na frente, o médico disse: "Estou lascado. O homem prometeu, mas morreu. E o homem negando aqui, no telefone". Levou um jornal que eu tinha dito, aí ele se levantou – aquilo é homem de vergonha –, foi lá na janela do Ministério da Saúde, olhou para cá, onde Petrônio estava estendido, disse: "Mas é a última homenagem que posso fazer àquele grande homem". Tocou a campainha e o hospital foi credenciado.

Mas o Petrônio me disse uma frase muito importante. Eu ouvia ele balbuciar – eu não entendia, mas hoje eu entendo – dizendo para não agredir os fatos. Outra que ele repetia: "só não muda quem abdica do seu direito de pensar". As coisas são assim, Renan. V. Ex<sup>a</sup> está pensando umas coisas, mas só não muda a gente que não pensa. Aliás, um filósofo, Francis Bacon, já dizia: "penso, logo existo" E Petrônio foi mais adiante: "só não muda quem abdica do seu direito de pensar."

O Pedro Simon, hoje, apresentou um quadro deste Senado, do compromisso deste Senado com a democracia. Mas é para uma reflexão do nosso Renan. Agora, eu entendo que só tem razão, Pedro Simon. Ao Geraldo Mesquita eu me curvo. Eu aprendi com Franklin Delano Roosevelt, que quatro vezes foi Presidente dos Estados Unidos, que venceu a guerra, se uniu com Stalin, com a Rússia os Estados Unidos. Ele disse: "toda pessoa que eu encontro é superior a mim em determinado assunto". E eu procuro aprender. Quantas e quantas vezes eu já procurei o Geraldo Mesquita para me orientar no Direito, até para redigir, porque ele é mais ligado. Mas há um assunto em que eu sou aqui o bom. Professor Pedro Simon, eu me curvo diante da sua história, dos seus exemplos, do Direito aí do Geraldo Mesquita.

Eu fui professor de Biologia e de Fisiologia. Nunca entrei em curso de oratória e acho que isso me ajudou muito. Veio a Revolução quando eu era monitor de Fisiologia. Aí prenderam o melhor assistente. Eu era mais velho. Para você ver, o hoje Reitor da Universidade de São Paulo, Manassés, era um ano mais novo que eu. Outro dia ele veio aqui. Aí prenderam o Professor Serra, um homem espetacular, que não era comunista, não. Ele tinha lido aquele Karl Marx, o Engels, Lênin, esse povo todo. Eu trabalhava com ele, Geraldo Mesquita, mas ele nunca tentou fazer minha cabeça. Era um homem estudioso, mas foi preso. A gente nem sabia, mas a pessoa desaparecia.

Naquela confusão, a direção da Faculdade pegou dois de anatomia e colocou, mas eles eram cirurgiões e não estavam a fim. De repente, quando vi, os alunos pediam para eu dar as aulas. É, tenho essa experiência. E, de repente, eu estava fazendo as provas. Um outro professor disse que ia ficar com a neurofisiologia e que eu ia ficar... De repente, o substituto – não estou contando uma história – era cirurgião da anatomia, e eu já vivia... Então, estudei muito esse negócio. E eu queria dar aqui o meu quadro de psicologia. Pedro Simon, nem V. Ex<sup>a</sup> e nem a brasileira e o brasileiro, o homem não sabe, mas existem certas coisas que temos. Temos porque temos e não adianta; são o que o caboclo chama impulso, intuição. No Piauí diz-se intuição e no Sul se diz impulso, mas nós chamamos reflexo condicionado. Quando vamos ao médico e ele bate no joelho, aquilo é um imediato. Para dar um exemplo, "levante essa perna; se está bom... Se tem sifilis, corta". Mas temos esses instintos, intuição, impulso, que nós chamamos de arco-reflexo. Então, temos uns seis, que estão dentro de nós e que favorecia se o Renan seguisse o conselho de Pedro Simon.

O primeiro é o de combatividade. Todo mundo tem luta. Se se provocar o menino, ele já reage. Está em nós reagir.

O impulso de agregação. Você nem sabe. Formiga só quer estar onde tem formiga. O Luiz Inácio ontem falou do negócio da formiguinha que trabalha e guarda. Então aquilo, até o Luiz Inácio comentou, é um impulso. Os passarinhos querem estar juntos. O homem é um animal político: estamos aqui e queremos estar... Esse aí é o corporativismo, de corpo.

Existe o impulso de poder, de auto-estima. Todos nós queremos e gostamos de ser prestigiados.

Impulso sexual, que Freud diz ser o mais importante. Não estou levando o negócio, mas ele tem, o Renan tem, eu tenho.

Existe o de sobrevivência. Tem de comer para a sobrevivência, alimentar-se.

E tem outro importante, que as mulheres têm mais do que o homem: o de proteger, o impulso materno, paterno, de proteção. Se tiver bem ali um aleijado e estiverem batendo nele, sairemos daqui e iremos lá defendê-lo. A gente defende o mais fraco. Se for grandão, deixa lá que ele se vira. Isso está na gente... O tolo ninguém vai defender, porque ele é muito poderoso, muito rico, é dinheiro aí da Holanda, é dólar e pensa que vai humilhar.

Unir-se é o espírito. Olha, quando eu vi aqui, está o Governador do PT, está o Heráclito, do Democratas, e o Mão Santa aqui... Uniu, porque ele é poderoso e mexeu no Piauí. E os outros... O Geraldo é uma inteligência que deu um exemplo bem real.

Então, na medida, se ele está na Presidência, ele perde esses impulsos que nós temos. Perde! Ele é mais forte do que eu, ele está lá em cima, ele é mais e é o que tem. E eu sei que todos nós temos isso. Votamos nele, como o Pedro Simon teve o cuidado de dizer...

Eu dou um exemplo bem claro: Antonio Carlos Magalhães entrou num seríbolo no começo do meu mandato. Eu tinha motivos pessoais para ser contra Antonio Carlos Magalhães, e fui eu, não foi Renan, não foi Sarney... Foi lá na casa do Wellington Salgado. O Geraldo Mesquita não estava nesse momento no PT. O Pedro Simon estava quando o Senador Antonio Carlos Magalhães, acusado, com os problemas de amor, problema de telefone e o PMDB intimidado pela imprensa, pela coisa. Eu tomei umas doses de uísque e falei primeiro. V. Ex<sup>a</sup> se lembra que eu disse: Eu sei, Pedro Simon, que V. Ex<sup>a</sup> é franciscano, mas eu venho com Cristo: atire a primeira pedra.

E fui eu que mais trabalhei... Disse que aquilo era ignomínia para defender Antonio Carlos Magalhães. Mesmo ele tendo ido ao Piauí, bateu em mim, eu era

Governador. Ele foi, na política, defender o Senador Hugo. Mas é natural. Era do lado dele. Mas também eu bati lá nele. Mas não tenho ressentimento e ódio, porque trabalhamos muito aqui, e o Pedro Simon é testemunha disso. Fui eu a primeira voz a se levantar, do PMDB, para... Então, por quê? Porque, naquele instante, ele era igual a mim. Eu acho que esses sentimentos existem. Não se vai tirar de nenhum dos Senadores. E, aí, como Pedro Simon mostrou, isso vai se alargar. Ortega y Gasset, o espanhol, disse: "O homem é o homem em todas as suas circunstâncias". As circunstâncias variaram. Já não é uma, são três. Olha que eu peguei o jornal ontem para escolher um relator. Foram buscar o meu amigo... Esse negócio de suplente para mim, tudo é... Para mim, Suplente é o que vale! A minha Suplente é a Adalgisa. Então, para mim, suplente é melhor que os donos da cadeira.

Então, não é pelo fato... Mas quer dizer que já tiraram um para botar aquele... Não era lá da Ética, não é? Quer dizer, está difícil! O segundo e já tem um terceiro. Então, vai-se alargar o que será o tempo para a defesa.

Então, Pedro Simon, é muito útil a sua presença. E, desses *e-mails* aqui, quero dizer que o Brasil reclamava: "Onde está o Pedro Simon?" V. Ex<sup>a</sup> é como o sol: tem de estar todo dia. No dia em que o sol... Não pode faltar!

Esse negócio é complicado. Vou contar uma, não é desse negócio de vaia, não.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, gosto do Ceará. Formei-me lá, mas devo dizer que o cearense é moleque. Quando éramos estudantes e lá chovia, íamos para a Praça do Ferreiro, onde havia um abrigo. Houve um temporal lá, foram cinco dias chovendo. No dia em que o sol saiu, nós estudantes, eu estava entre eles, vaimos o sol. Até o sol a turma vaia.

V. Ex<sup>a</sup> não pode ter cinco dias de ausência aqui, porque em muitos *e-mails* reclamam. Hoje, V. Ex<sup>a</sup> voltou com o seu brilho, que é maior que o do sol, porque o sol só brilha de dia e V. Ex<sup>a</sup> ilumina esta Casa de dia e de noite. Essa frase não fui eu quem disse, mas Héctor Cámpora, saudando a volta do Perón, renunciando à Presidência. Não vou roubar o dizer dos outros, mas é oportuno dizer isso para V. Ex<sup>a</sup>.

O que eu queria dizer aqui é a minha vida. Nesses *e-mails* dizem o seguinte – ninguém pode abri-los, são só refletir: que esse negócio, essa conversa do Governo de que R\$39 bilhões é muito, que o Governo não pode, olhem aqui, esses *e-mails* são tudo. Imposto.

Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> que sabe tudo ou quase tudo, sabe quantos impostos há no Brasil? São 76. Fiz um discurso, Senador Geraldo Mesquita – se fosse o Camata, que é só na lei – dizendo que são 76.

Citei nesta tribuna um por um. Ninguém nem sabe de tantos impostos. Setenta e Seis. Não dava tempo. Eu li. E lá no meu Piauí tem um livro... Eu sei que o Luiz Inácio estudou em escola boa. O Brasil era organizado, Luiz Inácio. Vossa Excelência estudou no Senai, que era organizado. Hoje ele está tudo aí, mas, no Piauí, tem um livro que lá se chama “pai dos burros”. Lá, no Rio Grande do Sul, deve ser dicionário, mas é o pai dos burros. Então, ali era verdade. A gente é criado: vai no pai dos burros ali, ver o dicionário, para a gente saber, entender as coisas. Então, Luiz Inácio, eu conheço. Essa casa aí é abandonada. Deve ser por isso que Vossa Excelência não quer sair. Fernando Henrique é que é sincero. Desse livro aqui eu dei uma cópia, que eu tinha contado lá para ele. Aí, depois de uns governadores, ele me levou lá em cima. Eu achei bom. Rapaz, e eu sei que o bicho é seguro. Sabe por quê, Pedro Simon? Porque eu tenho poucos paletós, gravatas, mas, sabe, porque no Nordeste tem um negócio de festa junina, não tem? Então, os que estão velhos a Adalgisa vai logo dando para aqueles caipiras. Rapaz, Fernando Henrique não dá nenhum, não. Ele tem um monte de ternos, gravatas. Mas o importante é dizer que tem uma biblioteca lá, do lado do quarto. Quer dizer que o Luiz Inácio... Não sei se ele lê, mas tem. E tem a grandona, que V. Ex<sup>a</sup> deve ter conhecido, não é, Pedro Simon? Lá, no Alvorada. Ô coisa bonita. Eu vi muito o Fernando Henrique puxando aqueles livros. Então, puxa o dicionário lá, o pai dos burros, ô, Luiz Inácio. CPMF: Contribuição Provisória. Nós vamos enganar o povo. Eu vou sair lá do meu Piauí para vir mentir aqui, enganar e votar contra o povo, Pedro Simon?

Pedro Simon, eu só tenho uma mulher, sou aposentado como Médico, quarenta anos, a Adalgisinha ainda acha pouco... Eu vou me render, vou enganar com o que nos estão oferecendo aí, lugar, emprego, o diabo, mensalão?

Prove como vamos enganar o povo. Contribuição provisória, movimento provisório. É provisória. Foi um momento de crise na saúde, que hoje está pior.

O Jatene, que eu auxiliei em cirurgia, é lá do seu Acre, acreditado o melhor Ministro da Saúde. José Serra é medalha de prata. Par mim, o melhor foi o Jatene, a quem conheci e com quem convivi. Alguns dizem que acham que foi o Jatene. E ele, vendo o problema, com a sua credibilidade, convenceu este País, este Congresso, para criá-la, dar esse oxigênio, essa adrenalina, ao sistema de saúde. Não foi isso, Pedro Simon? Provisória. Já faz 11 anos. Tinha época marcada para terminar, era agora. Provisório é provisório. Tenhamos vergonha na cara! Deputados, não envergonhem este País! Provisório é provisório. E a saúde? Piorou. Quem está dizendo aqui sou eu. Eu sou mais

velho que o Temporão, mais vivido, mais experiente, já passei de 40 anos de Medicina, fazendo o mesmo, em Santa Casa de Misericórdia. A sala de cirurgia era um templo do meu trabalho, onde essas mãos, guiadas por Deus, salvavam um aqui e outro acolá.

Então não melhorou. Não colocaram o dinheiro na saúde. O dinheiro está para os aloprados. Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> sabe que nunca este País teve mais de 16 Ministros. O Collor diminuiu para 12; subiu para 16 de novo, agora são quase 40 – botaram um Chico Mendes aí.

Ô, Luiz Inácio, eu fui prefeitinho e governador. Nos governos, o DAS, cargo de Direção e Assessoria Superior vai até o 4, aqui vai até o 6. O DAS 6 ganha R\$10.448,00, entrando assim, pela porta aberta, pela porta escancarada e larga da vergonha e da corrupção, sem concurso. Companheiros pelegos, aloprados, do PT, que já são em 24 mil... Ô, Pedro Simon, esse é o Piauí, o Piauí, cujo maior tolo da vida, jornalista no momento mais difícil, foi Carlos Castello Branco, Castelinho, na ditadura. É este que eu represento. João Paulo dos Reis Velloso, a luz do momento revolucionário, filho de carteiro com costureira, mania de primeiro lugar, 20 anos sendo luz aqui, nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade nem corrupção. Somos nós, todos, do Piauí que eu represento.

Então, esse imposto não foi para a saúde, Pedro Simon, que está pior.

Oswaldo Cruz tinha acabado com o mosquitinho da dengue que transmitia a febre amarela. E é o mesmo que está aí matando como o que, lá no Piauí. E pior: descobriu-se uma dengue hemorrágica que provocava 4,5% de mortalidade, agora, 14%. Ou o vírus ficou mais exacerbado ou o hospedeiro, o homem, está mais fraco. A tuberculose aumentou. A malária... Geraldo Mesquita está dizendo que há epidemia de malária. E tuberculose? Pedro Simon, o dia mais difícil da minha vida, eu vou contar. Ô Luiz Inácio, eu vou dar esse testemunho ao Pedro Simon. O dia mais triste da minha vida foi quando eu fui olhar o resultado do vestibular de medicina: eu tinha passado. Aí tinha que fazer um raio X. Pedro Simon, deu um diabo de uma mancha e parou lá: entra ou não entra. Para ver como este País era organizado! Rapaz, e eu querendo ser médico, realizar um sonho! Eu estudei que só. Naquele tempo, eram 800 candidatos e havia 60 vagas. Eram 10 por vaga. Tomei muito Perventin para não dormir. Não tinha estenamina, não é? Rapaz, aquele rolo! Deu uma mancha. Aí pensei: “Não, não dá, tuberculoso”. Rapaz, mas Deus me ajuda: aí eu fui cair na mão do Gilmário Mourão Teixeira, pneumologista, olhou, disse: “Pode botar o rapaz, eu me responsabilizo”. Aí ele mesmo me dava o remédio; tomei umas hidrazidas; depois, já

fiz foi o Exército, e estou aqui. Minha mãe tinha tido tuberculose, morreu com 84 anos.

Então, com isso, quero dizer isso que o governo funcionava. Agora, a tuberculose aumentou. No Piauí, está epidemia em hospital. Então, esse dinheiro não foi para a saúde – enganaram Adib Jatene, enganaram o povo –, está indo para os aloprados.

Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> foi outro dia no Palácio. Eu votei no Lula em 1994, eu não sei se V. Ex<sup>a</sup> votou alguma vez. Votou? Você votou no Lula, no Luiz Inácio, alguma vez? Eu votei em 1994. Mas arrependimento não mata porque senão eu estava morto.

Mas o que eu quero dizer é que as coisas funcionavam. Agora, aumentou a tuberculose no Brasil, e esse dinheiro está indo para os aloprados, para os DAS do Ministério.

Mas o Luiz Inácio, V. Ex<sup>a</sup> que o conhece, grande convivência – eu tenho minhas dúvidas porque o Frei Beto saiu de lá do Palácio – é crente a Deus, é? Ô Pedro Simon, Sua Excelência é crente a Deus? Crê em Deus?

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS. Fora do microfone) – Crê, mas não é fanático.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Ah, crê! Mas se iguala ao Sancho Pancho? V. Ex<sup>a</sup> leu **Dom Quixote de La Mancha**, escrito por Cervantes. D. Quixote era idealista, defendia a pobreza. Depois de muitas lutas, ele disse a Sancho Pancho, seu companheiro de lutas, que daria de presente a ele uma ilha para governar: Baratária. Sancho respondeu que não podia porque tinha poucos estudos, poucas letras, que não gostava de ler, que não sabia ler. Mas D. Quixote disse-lhe que ele podia sim, porque o havia observado e sabia que ele era temente a Deus e que isso era uma sabedoria. Aí deu mesmo a ilha, e Sancho governou. Depois dos ensinamentos, D. Quixote disse a ele que arrumasse uma esposa descente, que fosse trabalhador, honesto, que não tivesse preguiça. D. Quixote disse a ele que só havia esquecido de uma coisa: que só não tinha jeito para a morte. E ele governou até bem. O homem temente a Deus é uma sabedoria. Mas, eu estou em dúvida. Primeiro porque o Frei Beto saiu do Palácio. Quando Lula estava lá com o Frei Beto, eu estava mais animado. Eu acredito mesmo em Deus. A minha mãe era uma Terceira Franciscana, eu sou Francisco, não é? Mas Pedro Simon, eu estou em dúvida: enganam ou enganaram ele, viu Geraldo Mesquita? Ele pode ser enganado. Quem está livre de ser enganado? O povo do Piauí foi enganado. Prometeram e tal... Mas ninguém está livre de ser enganado.

Digo isso quando vejo esses aumentos. E aí é que eu conversei com Renan, com firmeza, quando

eu vi que nós estudamos, entramos pela madruga-dada, vieram os fundos, e demos um aumento para os velhinhos de 16,7%; para os velhinhos aposentados, queridos aposentados, não foi Pedro Simon? Passou pela CAE, pela Mesa, Plenário, audiência pública, fundo: 16,7%. Aqui, aqueles trezentos picaretas se transformaram em homens de bem e justos. Fizemos a lei para dar 16,7% aos aposentados. Aí vai, o Luiz Inácio veta, e dá 3,4% para os velhinhos aposentados: 3,4%. Iludiram os velhinhos com o dinheiro emprestado, com o empréstimo consignado. E os velhinhos, de boa índole, televisão... Olha, estão todos no aperto. Eu tinha um que foi o meu padrinho de Rotary, que se suicidou. Homem de bem, o melhor homem que eu conheci. Mas os bancos estão tomando as coisas; fazem a cobrança. Abraão Lincoln já dizia para não basear a prosperidade com dinheiro emprestado. Os velhinhos nós demos 16,7%, e Luiz Inácio baixa para 3,4%. Ô Pedro Simon, sabe quanto foi o aumento dos aloprados, desses DAS que foram nomeados sem concurso, esses 24 mil? 140%.

São Francisco de Assis pregava: onde tiver erro que eu leve a verdade; onde houver o desespero, que eu leve a esperança. Então, Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> que é de Deus, V. Ex<sup>a</sup> que é franciscano, como é que ele deu 140% para os aloprados – que estão nesses cargos sem concurso, nomeados – e 3,4% para os nossos velhinhos? Ô Pedro Simon, bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. Geraldo Mesquita, isso é justo, esse aumento que houve? Cento e quarenta por cento para os DAS, os nomeados sem concurso, os correligionários o PT, e 3,4% para os aposentados. Essa não é a justiça que Deus nos ensinou, Pedro Simon. Por isso é que vamos votar contra.

Está aqui corroborando o meu raciocínio esta revista, da qual o melhor artigo é o que se refere justamente à CPMF, de Marcos Cézari, da reportagem local – ele recebe medalha de ouro de toda a mídia da semana. Olha o que ele diz aqui, Geraldo Mesquita: “Cada família terá de gastar R\$ 626,41 neste ano apenas para o pagamento da CPMF (contribuição cobrada de cada cidadão quando movimenta dinheiro em contas bancárias). O valor representa aumento de R\$61,90 em relação aos R\$ 564,51 pagos no ano passado. Por pessoa, serão R\$187,95 neste ano, contra R\$171,76 em 2006.

E vai mais. Olha, ele diz aqui, Pedro Simon, que o estudo do IBPT – é o instituto que ele segue aqui – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, mostra que a CPMF é um tributo perverso.

É a ciência, ô Luiz Inácio. Aqui é a casa dos pais, o nosso dever é ensinar. Se não tivesse sentido, não teria razão, feche o Congresso.

Diz ele: "Primeiro, como incide em todas as etapas de produção, seu custo é repassado ao consumidor final, que tem de arcar com 1,7%, em média, na hora de comprar qualquer produto ou serviço, seja arroz, feijão, carne ou ovos. Você está pagando, ele prova lá.

Segundo, a CPMF incide sobre os outros tributos. Isso significa dizer que quando uma pessoa paga o IPTU, o IPVA ou outro tributo, seja por meio de dinheiro, cheque ou débito em conta, está pagando 0,38%. Isso ocorre também quando uma empresa recolhe Imposto de Renda, PIS, Cofins etc.

Então, cada família brasileira, em média, paga R\$626,41. Esse negócio de dizer aí: "Não, o dinheiro fica nas melhores mãos". Ô Pedro Simon, eu fui prefeitinho, eu fui Governador: "Fica não, não desaparece, fica no Brasil".

Eu tive essa atitude. Vocês não conhecem? Não viajam pelas estradas? Há aquela Polícia Rodoviária. Eles me chamaram e disseram: "Governador, assine aqui que vamos cobrar multa das pessoas no Piauí todo". E quanto eu ganho para o Piauí? Para mim, o Piauí é o maior. Eles disseram: "Dez por cento". O quê, rapaz? "Nós cobramos, está tudo multado, mas não temos a estrutura". A estrutura é o Detran. Quer dizer que vou deixar vocês assaltarem todos os motoristas, e voltam 10% para mim, para o Governo do Piauí, para o Estado? Não.

Iris Rezende prometeu, depois o Renan, meio a meio. Chinaglia... Eu não cobrei nem um tostão. O dinheiro ficou com o povo. Foi muito melhor que dar para este Governo, corrupto, que dá emprego para alopradão que viaja irresponsavelmente. Estou com a minha consciência tranqüila. Enquanto eu estava no Governo não cobrei nada. Você entendeu? O dinheiro ficou com o povo.

Essa quantia de R\$624,41 é pouco para quem tem mensalão, é pouco para os aloprados que estão entrando aí com DAS-6, recebendo R\$10.448,00, sem concurso. É pouco, mas, com esse dinheiro, uma família média compra o remédio que o Governo não dá; ela paga a consulta médica que, hoje, custa R\$2,50. Os médicos não estão mais atendendo pelo SUS. Sem esse dinheirinho, no aperreio, vão ao médico no sistema popular. A Medicina, Pedro Simon, é boa para nós. É uma piada. Deixou de vir, mas, todo dia, havia um cara aqui dizendo: "Você não quer ir a São Paulo, não?" Fazer o quê? Comer uma pizza? "Não, se consultar; aqui paga tudo. Vamos? É tudo bonzinho." Então, é muito bom. É assim. Rapaz, eu sou médico. Só vou se precisar. A esse negócio, eu não vou. É bom para nós, que temos aí a toda hora. Você não quer ir para São Paulo fazer exame, não? É um negócio aí. Aqui está bom. É bom para quem tem plano de saúde.

É bom para quem tem dinheiro. Mas, para o pobre o SUS não funciona, não.

Pedro Simon, noutro dia, uma pessoa muito importante do Piauí – não vou citar o nome – já tinha ido a tudo. Então, com dificuldade, precisou. Eu precisei do Pinotti para arrumar vaga. Atende assim, por uma influência. Mas ninguém vai dar consulta por R\$2,50. É o que o Governo paga a um médico. A anestesia é por R\$9,00. É a volta da malária, da dengue; é a tuberculose. Quando eu era menino, eu ouvia. Estou aqui e entrei na faculdade.

Então, piorou. Dar esse dinheiro para os aloprados? Melhorou onde a saúde? Onde melhorou? Eu estudei numa faculdade de medicina séria e boa. Está tudo escancarado; até as privadas! A mensalidade de curso de um estudante de medicina é R\$3.500,00. Qual é o pai ou a mãe que pode pagar? Esse dinheiro vai para a mídia. Eu tinha até medo. Pedro Simon, se colocasse ali, para fazer um plebiscito, o Santo Galvão, o Frei Galvão, e Luiz Inácio, o Luiz Inácio ganharia, com a mídia, com tudo, com esse dinheiro.

Então, é hora, Pedro Simon, de V. Ex<sup>a</sup> liderar. Esse dinheiro vai ficar com a mãe, com a dona de casa para, no desespero, buscar saúde, que o Governo não dá, melhorar a educação do seu filho, até a segurança. É isso. Não vai perder, não. Fica com o povo brasileiro. Na mão do povo brasileiro está muito melhor. Nós temos de ser claros.

Agora, eu veria firmeza no Luiz Inácio? No Luiz Inácio, não, no nosso Renan. Aí ele cresceria, aí estaria até perdoado dos pecados. Se ele pegasse... Porque é para isso.

Pedro Simon, você já foi prefeitinho? Você já foi prefeitinho? (Pausa.)

Não foi. Pois esse Petrônio me pegou uma vez e disse: Seja prefeito da sua cidade. E aconteceu. Ele tinha intuição.

Mas é o jogo democrático. Eu fazia lei. Vetava? Os vereadores derrubavam o meu veto. Eu, como Governador do Estado, alguns Municípios, eu vetei; eles derrubavam. Eu não estou diminuído, não; eu estou exaltado porque eu obedeci o jogo democrático.

Então, o Presidente vetou o nosso aumento para os velhinhos, responsável, que engrandecia... De 16,7 baixou para 3,4. E o dos técnicos dele? Dos aloprados? Esse veto dele tem que voltar para cá e ser discutido. E não volta. Não é verdade, Pedro Simon? (Pausa.)

Pronto. Está aí, falou o homem da ética e da verdade.

A Sudene. Juscelino fez tudo, e ele era médico cirurgião, como eu – às vezes dá certo, vocês que são advogados. Juscelino botou pólo industrial no

Sul, botou esta Brasília no Centro e botou no Norte/Nordeste a Sudene e a Sudam. Para o equilíbrio. Nós fizemos a Sudene, e voltou aqui a lei. De madrugada, Antonio Carlos trabalhou – já morreu –, e todos nós, do Nordeste.

Aí ele veta o dinheiro da Sudene, o oxigênio. Esse voto dele poderia voltar para cá para derrubarmos. Isso não o diminui não, Luiz Inácio. Mitterrand, aprenda isso, ele morreu, mas deixou como mensagem: fortalecer os contrapoderes. Vossa Excelência se curvar, permitir que seja analisado um voto seu é grandeza.

Renan, estarei aqui terça-feira enaltecedo-o. Aí sim, aí é firmeza se V. Ex<sup>a</sup> colocar aqui o voto dos velhinhos. Vamos derrubar o voto do Lula. Ele está criando aí aumento, CPMF. Vamos discutir por que ele diminuiu a aposentadoria dos velhinhos! Ao mesmo tempo, deu 140% para os aloprados, que são muitos.

Para você ter uma noção, Pedro Simon, porque sou seu discípulo, e você não se decepcionar com o seu discípulo: o Bush só nomeou 4.500, graças a Deus. O Luiz Inácio é melhor do que o Bush. O Bush só nomeou 4.500; Luiz Inácio, 24 mil aloprados. Por isso eles querem estes impostos, 76 impostos. O Gordon Brown, da Inglaterra, que ficou no lugar do Tony Blair...

Pedro Simon, já assistiu ao filme *A Rainha?* Vá, para você ver o Tony Blair. São 160 nomeações; permanecem todos os funcionários, a hierarquia, a máquina. Esse Nicolas Sarkozy nomeou 350 pessoas; na Alemanha, 650; o Luiz Inácio já nomeou 24 mil aloprados, uns ganhando dez mil. Está certo o Bolsa-Família, mas quanto é o Bolsa-Família?

E há os aloprados do coração, da estrelinha, que entraram ganhando R\$ 10.448,00.

Pedro Simon, o País o convoca. V. Ex<sup>a</sup>, que viu o seu companheiro Ulysses, o seu companheiro Teotônio, o seu companheiro Tancredo redemocratizarem este País. O problema agora é outro, é a decência, é a dignidade e a ética. Se Ulysses foi chamado Sr. Diretas, V. Ex<sup>a</sup>, o País já o batizou: Sr. Decência, Sr. Ética. Mas a sua bandeira é essa. Faça um ofício, um requerimento para aqui discutirmos o voto dos aposentados, discutirmos o voto da Sudene.

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.  
Muito agradecido.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> levanta uma questão realmente muito importante. É uma vergonha para o Congresso Nacional os vetos de acumularem, e o Congresso não votar. Os líderes, os presidentes tinham que ter a competência, a seriedade e a dignidade de colocar em votação esses vetos, principalmente aqueles que têm prioridade, como diz V. Ex<sup>a</sup>. O Congresso

não tem peso porque o que é importante o Governo manda por medida provisória. E o que votamos o Governo veta. O que nos sobra? Por isso digo que V. Ex<sup>a</sup> levantou uma tese muito importante. Devia ter prioridade, devia ter prazo determinado: em tantos dias, o voto deve ser votado na Casa: ou aprova ou rejeita, porque isso que está acontecendo é uma irresponsabilidade.

O Governo veta e, há um, dois, três anos os vetos estão aí e não acontece nada.

Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Não há mais oradores inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – A Presidência lembra ao Plenário que a primeira hora da sessão da próxima segunda-feira, dia 20, será dedicada a homenagear a Maçonaria Brasileira, pelo transcurso do dia do Maçom, de acordo com os Requerimentos nºs 66 e 816, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. P/71/2007

Brasília, 16 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Tenho a satisfação de cumprimentá-lo e de informar que fui eleito Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, no último dia 14 de agosto corrente, para o biênio 2007/2008.

Por oportunidade, informo ainda, que foram eleitos os Deputados George Hilton (PP-MG) e Cláudio Diaz (PSDB-RS) como Vice-Presidentes.

Na oportunidade, colocamo-nos à inteira disposição de Vossa Excelência na certeza de poder contar com o apoio do Senado Federal para o fortalecimento e consolidação do Parlamento do Mercosul, instituição de fundamental importância no processo de integração regional do continente sulamericano.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência os meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PARECER N° 693, DE 2007**

**Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 113, de 2007 (nº 2.219/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.**

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

**I – Relatório**

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 113, de 2006 (PDC nº 2.219, de 2006, na origem).

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional referido.

O projeto de decreto legislativo foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 17 de maio de 2007, tendo naquela Casa passado pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Acompanha a proposição a Mensagem n° 21, de 2006, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos n° 271/MRE, de 19 de agosto de 2005, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

“O instrumento em apreço, firmado com o propósito de melhorar a eficácia de ambos os países na investigação, ação penal e prevenção de crimes por meio de cooperação e auxílio jurídico mútuo em matéria penal, inscreve-se num contexto de ampla assistência que reflete a tendência atual no âmbito da cooperação jurídica internacional.

O texto do Acordo é compatível com outros instrumentos internacionais que visam à prestação de assistência mútua às Partes na medida em que protege a confidencialidade das solicitações e sigilo das informações não necessárias à investigação. Prevê também artigo específico que determina os procedimentos a serem seguidos por ambas as Partes quanto à localização, imobilização, confisco, custódia e transferência de produtos do crime.”

A Exposição de Motivos informa, ainda, que o Ministério da Justiça do Brasil e o Ministério da Justiça de Angola funcionarão como Autoridades Centrais das Partes na aplicação do Acordo, o que agilizará o intercâmbio e a assistência recíproca entre as Partes.

**II – Análise**

No preâmbulo do “*Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre o Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal*”, os Estados Partes reconhecem a necessidade de se buscar instrumentos para combater o crime transnacional, a exemplo da lavagem de dinheiro, corrupção, tráfico ilícito de drogas e de armas de fogo, entre outros.

Com o acirramento do processo de globalização, verificamos não apenas a intensificação do fluxo de pessoas, bens e capitais entre as fronteiras estatais, mas também de atividades criminosas.

Desse modo, torna-se inviável reprimir a criminalidade disseminada em nível transnacional exclusivamente por meio de legislação doméstica. Em outras palavras, é indispensável a celebração de tratados de cooperação em matéria penal.

Em seu art. 1º, o Acordo em exame determina que a assistência entre Brasil e Angola será prestada ainda que a conduta do agente sob investigação, inquérito ou ação penal seja punível em apenas um dos Estados.

A execução do pedido poderá ser negada nos casos previstos no art. 3º, quando, por exemplo, atentar contra a soberania e os interesses essenciais do Estado ou quando houver fortes indícios de que o procedimento penal desrespeita garantias previstas em instrumentos internacionais de proteção a direitos humanos.

O Acordo prevê, ainda, regras sobre a forma e o conteúdo das solicitações, bem como os procedimentos a serem observados para atendimento destas.

Em suma, o presente tratado reforça os termos de outros instrumentos multilaterais – com destaque para a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e a Convenção contra Crime Transacional Organizado e seus Protocolos – ao constituir medida específica de combate ao crime organizado entre os dois países.

**III – Voto**

Por todo exposto, por ser conveniente e oportunamente aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo n° 113, de 2007.

Sala da Comissão, 9 de agosto de 2007. – Senador **Marcelo Crivella**, Relator.

**SENADO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 113, DE 2007.  
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE / / OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

<b>PRESIDENTE:</b> SENADOR HERÁCLITO FORTES	
<b>RELATOR:</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)</b>	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	4 - SERYS SLHESSARENKO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	5 - FÁTIMA CLEIDE (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON	1 - VALDIR RAUPP
MÃO SANTA	2 - LEOMAR QUINTANILHA
VAGO	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
JARBAS VASCONCELOS	4 - GILVAN BORGES
PAULO DUQUE	5 - GARIBALDI ALVES
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)</b>	
HERÁCLITO FORTES (DEM)	1 - EDISON LOBÃO (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	2 - CÉSAR BORGES (DEM)
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	3 - KÁTIA ABRE (DEM)
ROMEU TUMA (DEM)	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - VAGO
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE	1 - JEFFERSON PÉRES

**LEGISLAÇÃO CITADA  
ANEXADA PELA SECRETARIA- GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

**PARECER N° 694, DE 2007**

**Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2007( nº 39, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre os Membros do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da África do Sul e o Governo da República da Índia, para estabelecer Força-Tarefa Trilateral sobre Biocombustíveis, assinado em Brasília, em 13 de setembro de 2006.**

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

**I – Relatório**

Por força do art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 111, de 6 de março de 2007, submete ao Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre África do Sul, Brasil e Índia para o estabelecimento de um esforço trilateral sobre biocombustíveis, firmado em Brasília, em 13 de setembro de 2006.

A Mensagem presidencial foi apreciada preliminarmente pela Câmara dos Deputados, cuja Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional elaborou o Projeto de Decreto Legislativo de aprovação, ora em discussão.

A Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 9 de março de 2007 e o projeto de decreto legislativo dela derivado foi aprovado naquela Casa em 31 de maio de 2007, após parecer da Comissão de Minas e Energia e da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, esta última em Plenário.

Recebido no Senado Federal em 11 de junho de 2007, o projeto de decreto legislativo foi distribuído a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, no dia 26 de junho subsequente, a este relator signatário, após o prazo regimental no qual não recebeu emendas.

**II – Análise**

Sob a égide da cooperação Sul-Sul e da emergência do protagonismo brasileiro na produção de biocombustíveis, Brasil, Índia e África do Sul resolveram formalizar uma força-tarefa para coordenar os esforços entre estes países, que tendem a tornar-se potências mundiais no fornecimento e distribuição de bioenergia nas próximas décadas.

Na exposição de motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, revela-se que a iniciativa, na forma do memorando em análise, nasceu na reunião de cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), em 13 de setembro de 2006. O acordo determina a constituição de uma força-tarefa integrada por representantes dos três países com vistas ao desenvolvimento de programas de cooperação na área de combustíveis renováveis, em particular etanol e biodiesel.

Os três países deverão, ainda segundo a exposição ministerial, estabelecer a cooperação em áreas como produção e consumo de biocombustíveis, programas de cooperação técnica, transferência de tecnologia, capacitação na produção sustentável de biocombustíveis e intercâmbio de informações.

A parte dispositiva do memorando conta com três artigos. Os dois primeiros cuidam dos temas da cooperação na forma citada acima e o terceiro estabelece a entrada em vigor e vigência, que será de dois anos, renovável automaticamente por mais dois anos, podendo ser denunciado por qualquer das Partes mediante notificação escrita.

Considera-se pertinente a iniciativa tripartite em tela, que é demonstrada pela situação no mundo dos dias de hoje, na qual, a par da emergência da crise ambiental, sobressaem-se esses países na produção de biocombustíveis, que é uma aliada importante para o combate aos problemas ambientais, além de proporcionar benefícios sócio-econômicos aos países em desenvolvimento.

Deve-se levar em conta, ademais, que a constituição da força-tarefa trilateral sobre biocombustíveis representa a concretização da cooperação a que estão vocacionados os países componentes, ultrapassando o ponto de meras intenções para a realização de metas práticas, as quais reforçarão a cooperação Sul-Sul como um todo.

Neste sentido, a iniciativa reveste-se de importância e demonstra conveniência técnica de política, além de estar amparada nos cânones constitucionais e regimentais.

**III – Voto**

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2007.

Sala da Comissão, 9 de agosto de 2007. – Senador **Marcelo Crivella**, Relator.

**SENADO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 196, DE 2007.  
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE / /, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

**PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES**

**RELATOR:**

TITULARES	SUPLENTES
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)</b>	

EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	4 - SERYS SLHESSARENKO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	5 - FÁTIMA CLEIDE (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR)	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)

**PMDB**

PEDRO SIMON	1 - VALDIR RAUPP
MÃO SANTA	2 - LEOMAR QUINTANILHA
VAGO	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
JARBAS VASCONCELOS	4 - GILVAN BORGES
PAULO DUQUE	5 - GARIBALDI ALVES

**BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)**

HERÁCLITO FORTES (DEM)	1 - EDISON LOBÃO (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	2 - CÉSAR BORGES (DEM)
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	3 - KÁTIA ABRE (DEM)
ROMEU TUMA (DEM)	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - VAGO
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)

**PDT**

CRISTOVAM BUARQUE	1 - JEFFERSON PÉRES
-------------------	---------------------

**PARECER N° 695, DE 2007**

**Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 199, de 2007 (n° 2.240/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre “Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.**

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

**I – Relatório**

Nos termos do art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração congressional – mediante a Mensagem n° 179, de 31 de março de 2005 – o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Partes do Mercosul.

Referida mensagem dá notícia de que o Acordo – composto de único instrumento (*consideranda* e 17 artigos) – foi assinado na cidade de Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.

A exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, que acompanha o documento Presidencial, informa que o tratado, celebrado durante a XXVII Reunião do Conselho do Mercado Comum, contribuirá para o aperfeiçoamento da aplicação da justiça e para a reabilitação social da pessoa condenada.

O Chanceler ressalta, ainda, que o texto submetido ao Congresso Nacional estabelece critérios e procedimentos para que pessoas condenadas criminalmente em um dos países do Mercosul possam cumprir a pena em seu país de origem.

O Acordo foi apresentado à Câmara dos Deputados em 4 de abril de 2005. Tratando-se de matéria de interesse do Mercosul, ela foi submetida – com fundamento no art. 2º, inciso I e §§ 1º e 2º, da Resolução n° 1, de 1996 – CN – à consideração da então Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Nessa comissão, mereceu relatório favorável (Relatório n° 179, de 2005) do relator designado, Senador Pedro Simon. O Acordo foi, por fim, aprovado por aquela Casa legislativa em 31 de maio de 2007 e remetido à apreciação do Senado em 5 de junho de 2007.

A proposição foi distribuída a esta comissão, nos termos do art. 376, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Destaque-se, além disso, que não foram apresentadas emendas no prazo regimental. A matéria foi, em sequência, distribuída.

**II – Análise**

Observa-se, nos dias de hoje, o crescimento da mobilidade das pessoas no plano internacional. Esse fato se dá em função do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicações, bem como da concessão de facilidades para sua livre circulação. Tendo em atenção o mencionado incremento, muitos países assistem a uma considerável ampliação no número de condenações de súditos estrangeiros que, não raras vezes, se materializam em pena de prisão.

Reputando problemática a inserção de qualquer indivíduo no meio prisional, as dificuldades para o estrangeiro, sobretudo nos casos em que não possuam residência habitual no país da condenação, são ainda maiores. As diferenças culturais, as dificuldades de comunicação e de relacionamento derivadas da barreira lingüística tornam a vida prisional um superlativo tormento. Some-se a isso a ausência, na maioria dos casos, de contato direto e pessoal, com um mínimo de regularidade, com parentes e amigos.

As consequências desta realidade podem ser aferidas, de maneira especial, em dois planos: (i) na criação de dificuldades à administração dos estabelecimentos prisionais e (ii) no questionamento do fim último da aplicação da pena detentiva, que é a reinserção social do condenado. Em geral, não é no Estado da condenação que o apenado irá refazer sua vida após a libertação, até porque, nessas hipóteses, aplica-se, como pena acessória, a expulsão do território do Estado em que o crime foi cometido.

Tendo em vista as circunstâncias descritas, o direito internacional busca, há algum tempo, solução equitativa que possibilite o necessário cumprimento da pena e ao mesmo tempo permita a futura reintegração do condenado ao convívio social no Estado de origem. Considerando este quadro, criou-se um novo instituto de cooperação jurídica internacional em matéria penal: a transferência de pessoas condenadas.

Referido instituto foi desenvolvido a partir de instrumentos bilaterais e adquiriu notável incremento de seu significado e utilização com a celebração de tratados multilaterais sobre a matéria de que é exemplo a Convenção de Estrasburgo de 21 de março de 1983, celebrada sob a égide do Conselho da Europa e designada por Convenção sobre Transferência de Pessoas Condenadas.

Nessa ordem de idéias, o Acordo em análise revela-se compatível com a prática internacional mais recente. A República Federativa do Brasil possui, no momento presente, tratados bilaterais dessa natureza com vários países. O texto em apreciação é o primeiro no âmbito multilateral celebrado pelo governo brasileiro.

O Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Partes do Mercosul segue, em

linhas gerais, o modelo adotado para tratados dessa natureza. Assim, por exemplo, a necessidade do consentimento expresso do condenado para a transferência (artigo 3º, item 2); a necessidade de dupla incriminação (artigo 3º, item 3); a condição de que a sentença condenatória não seja contrária aos princípios de ordem pública do Estado recebedor (artigo 3º, item 7); a indispensabilidade de que ambos os Estados aprovem a transferência (artigo 3º, item 8); a garantia de direitos fundamentais da pessoa condenada transferida (artigo 10); a manutenção da jurisdição do Estado sentenciador para eventual revisão criminal (artigo 11).

Cumpre ressaltar, por fim, que não há reparos a serem feitos ao projeto no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

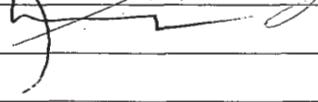
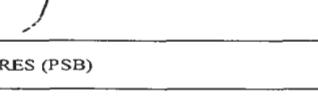
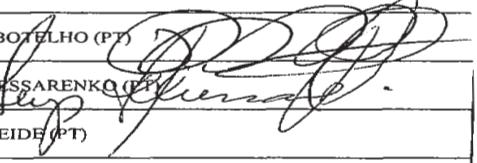
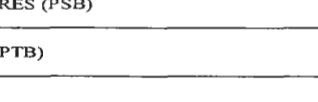
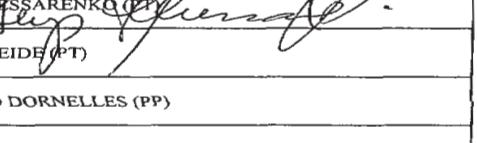
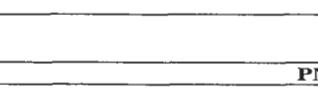
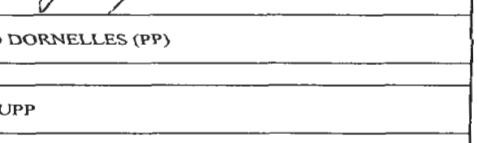
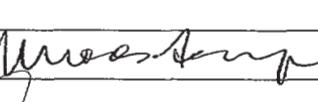
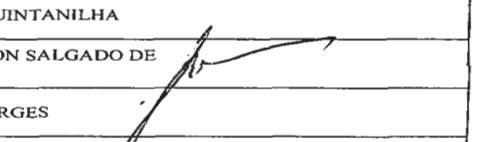
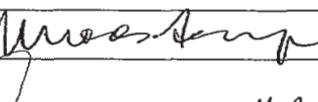
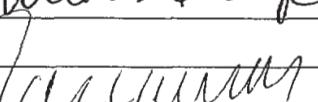
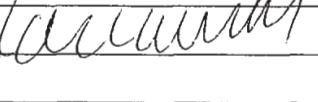
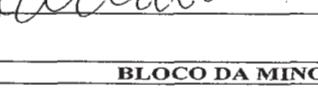
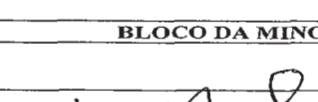
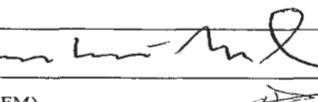
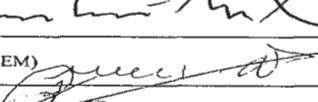
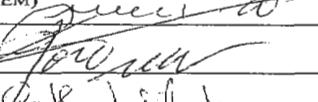
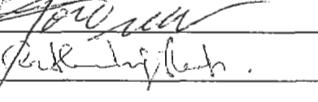
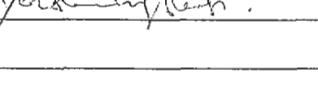
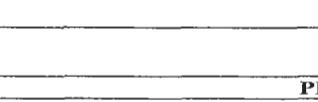
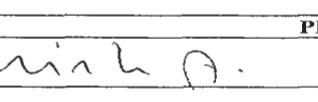
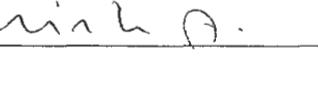
### III – Voto

Isso posto e tendo em consideração a importância da matéria para o Mercosul e o relevante interesse nacional no tema, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 199, de 2007.

Sala da Comissão, 9 de agosto de 2007. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente – Senador **Eduardo Azeredo**, Relator.

#### SENADO FEDERAL COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: **PDS** Nº **199**, DE **2007**  
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE **/ /**, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
RELATOR:	
TITULARES	SUPLENTES
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)</b>	
EDUARDO SUPLICY (PT) 	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB) 	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB) 	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT) 
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) 	4 - SERYS SHLESSARENKO (PT) 
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB) 	5 - FÁTIMA CLEIDE (PT) 
JOÃO RIBEIRO (PR) 	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP) 
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON 	1 - VALDIR RAUPP
MÃO SANTA 	2 - LEOMAR QUINTANILHA
VAGO 	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA 
JARBAS VASCONCELOS 	4 - GILVAN BORGES
PAULO DUQUE 	5 - GARIBALDI ALVES
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)</b>	
HERÁCLITO FORTES (DEM) 	1 - EDISON LOBÃO (DEM)
MARCO MACIEL (DEM) 	2 - CÉSAR BORGES (DEM)
MARIA DO CARMO ALVES (DEM) 	3 - KÁTIA ABRE (DEM)
ROMEU TUMA (DEM) 	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB) 	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	6 - VAGO
JOÃO TENÓRIO (PSDB) 	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE 	1 - JEFFERSON PÉRES

**PARECER N° 696, DE 2007**

**Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE).**

Relatadora: Senadora Rosalba Ciarlini  
Relator ad hoc: Senador Garibaldi Alves Filho

**I – Relatório**

Vem a exame desta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE).

Inicialmente, em 15 de maio de 2003, a proposição foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

O Senador Jorge Bornhausen foi designado relator, mas devolveu o processado para redistribuição.

Ainda em 2003, o Senador Almeida Lima foi designado relator e encaminhou à comissão uma minuta de parecer pela aprovação do projeto. Em sessão no dia 9 de dezembro o parecer foi lido, ficando adiadas a discussão e a votação da matéria.

Em março de 2005, a proposição foi encaminhada à Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal que a redistribuiu para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em decisão terminativa.

O então Senador Fernando Bezerra foi designado relator e ofereceu minuta de parecer com voto pela apresentação de requerimento de tramitação conjunta com o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2004-Complementar, que tratava da recriação da Sudene.

Ao final da Legislatura, como determina o art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição foi encaminhada à Subsecretaria de Coordenação Legislativa, que a devolveu a esta comissão para dar continuidade à tramitação.

Em 13 de fevereiro de 2007, a proposição me foi distribuída para relatar, o que faço na presente ocasião.

**II – Análise**

Cabe a esta comissão analisar a constitucionalidade, a juridicidade e o mérito do PLS nº 187, de 2003, em caráter terminativo.

O projeto atende aos requisitos constitucionais no que diz respeito à competência da União definida no art. 43 da Constituição Federal e à exigência constitucional de iniciativa, à luz do disposto no art. 61.

No que tange ao mérito da matéria, textualmente, a proposição assim busca inovar o marco legal:

Art. 1º Os municípios criados no âmbito da área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) ou desmembrados a partir de outro que já a integre estarão automaticamente incluídos naquela área para todos os efeitos legais e administrativos.

Apesar de não estar explicitado na justificação da mencionada proposição, sua motivação tem origem na definição da área de atuação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). A Lei nº 7.827, de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso alínea c, da Constituição Federal, e institui os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, assim estabelece a área para aplicação dos recursos do FNE:

Art. 5º Para efeito de aplicação dos recursos, entende-se por:

.....  
**II – Nordeste, a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além das partes dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo incluídas na área de atuação da Sudene;**

Nos Estados do Maranhão à Bahia, a criação de municípios não acarreta a exclusão daqueles recém-criados da área de atuação da Sudene ou Adene, pois a totalidade do território dos estados efetivamente nordestinos está inserida na área de atuação da entidade de promoção do desenvolvimento da região e como tal tem acesso perene aos recursos do FNE.

No entanto, para os municípios recém-criados nas áreas de atuação da Sudene ou Adene nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo haveria uma perda: a redação dos dispositivos legais relativos à área de atuação da Sudene ou Adene não enumera os novos municípios, recém-desmembrados, mas apenas aqueles existentes na data de promulgação das diversas leis que trataram desse tema nos últimos anos.

Como o mérito da proposição em análise se concentra nos novos municípios criados em Minas Gerais e no Espírito Santo, cabe, pois, verificar como evoluiu a área de atuação das entidades de promoção do desenvolvimento regional nesses dois estados.

O Polígono das Secas foi criado pela Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, e, posteriormente, teve complementado o seu traçado pelo Decreto-Lei nº 9.857, de 13 de setembro de 1946. Pela Constituição de 1946, art. 198, §§ 1º e 2º, foi regulamentada e disciplinada a execução de um plano de defesa contra os efeitos da seca do Nordeste. A Lei nº 1.004, de 24 de dezembro de 1949, regulamentou as alterações constantes na Lei Maior. Entretanto, não foi alterada a área do polígono.

No Decreto-Lei nº 9.857, de 1946, a zona mineira foi assim delimitada:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto-Lei nº 8.486, de 28 de dezembro de 1945, passa a ter a seguinte redação:

"A Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (I.F.O.C.S.), órgão integrante do Ministério da Viação e Obras Públicas, diretamente subordinado ao Ministro de Estado passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (D.N.O.C.S.), com sede na Capital Federal, tem por finalidade a realização de todas as obras, destinadas a prevenir e atenuar os efeitos das secas na região a que se refere o art. 2º da Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, na área compreendida entre a margem direita do rio São Francisco desde Barra, no Estado da Bahia, até Pirapora, no Estado de Minas Gerais, a linha Pirapora-Montes Claros e a linha Montes Claros-Amargosa, no Estado da Bahia, e em outras zonas do País, a que a lei venha a estender o seu campo de ação".

Desde 1936, pouco a pouco e com muito sucesso, a habilidade das lideranças políticas mineiras patrocinou a expansão da zona mineira incluída na área de atuação da Sudene. Para abreviar a revisão histórica desse processo, comentam-se a seguir os diplomas legais relativos à criação da Sudene, em 1959, e à sua recriação, em 2007.

Em 1959, o § 2º do art. 1º da Lei nº 3.692, que criou a Sudene, já faz referência à zona mineira incluída em sua área de atuação como sendo aqueles municípios situados no Polígono das Secas:

Art. 1º É criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), diretamente subordinada ao Presidente da República, administrativamente autônoma e sediada na cidade do Recife.

§ 1º Para os fins desta lei, considera-se como Nordeste a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

§ 2º A área de atuação da Sudene abrange além dos estados referidos no parágrafo anterior, a zona de Minas Gerais compreendida no Polígono das Secas.

§ 3º Os recursos concedidos sob qualquer forma, direta ou indiretamente, à Sudene, somente poderão ser aplicados em localidades compreendidas na área constante do parágrafo anterior.

Desde 1959, mediante a aprovação de diversas leis pelo Congresso Nacional, foram incorporados dezenas de municípios mineiros e capixabas à área de atuação da Sudene, em microrregiões fora do Polígono das Secas, em oposição ao estabelecido na lei de criação da entidade regional de promoção do desen-

volvimento nordestino e desconhecendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 3.692, de 1959.

Já no corrente exercício de 2007, a Lei Complementar nº 125, que recriou a Sudene, incorporou mais 38 municípios mineiros e um município capixaba na área com acesso aos instrumentos de promoção do desenvolvimento nordestino:

Art. 2º A área de atuação da Sudene abrange os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e as regiões e os municípios do Estado de Minas Gerais de que tratam as Leis nºs 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, 6.218, de 7 de julho de 1975, e 9.690, de 15 de julho de 1998, bem como os Municípios de Águas Formosas, Angelândia, Aricanduva, Arinos, Ataléia, Bertópolis, Campanário, Carlos Chagas, Catuji, Crisólita, Formoso, Franciscópolis, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Itambacuri, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Ladainha, Leme do Prado, Maxacalis, Monte Formoso, Nanuque, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Pescador, Ponto dos Volantes, Pote, Riachinho, Santa Fé de Minas, Santa Helena de Minas, São Romão, Sena dos Aimorés, Setubinha, Teófilo Otoni, Umburatiba e Veredinha, todos em Minas Gerais, e ainda os municípios do Estado do Espírito Santo relacionados na Lei nº 9.690, de 15 de julho de 1998, bem como o Município de Governador Lindemberg.

Parágrafo único. Quaisquer municípios criados, ou que venham a sê-lo, por desmembramento dos entes municipais integrantes da área de atuação da Sudene de que trata o **caput** deste artigo, serão igualmente considerados como integrantes de sua área de atuação.

Cabe ressaltar a inovação do acima transscrito parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 2007: de agora em diante, todos os novos municípios serão automaticamente considerados integrantes da área de atuação da Sudene, e, em consequência, com acesso aos recursos do FNE. Ou seja, esse dispositivo tornou dispensável o PLS nº 187, de 2003, que propõe idêntico ditame legal.

Assim, o PLS nº 187, de 2003 perde sua razão de ser ou sua oportunidade, e um parecer sobre o mesmo deve concluir pela recomendação de declaração de sua prejudicialidade, nos termos do previsto no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, com seu arquivamento definitivo.

Sob o aspecto prático, a proposição em análise buscava sanar o seguinte problema: o Norte do Espírito Santo foi incorporado à área de atuação da Su-

dene mediante a Lei nº 9.690, que foi promulgada em 14 de julho de 1998. No entanto, em 11 de maio de 1998, mediante a Lei Estadual nº 5.638, foi criado o Município de Governador Lindemberg, constituído por dois distritos originários do Município de Colatina. O problema consistia na impossibilidade de produtores e empresas sediadas em Governador Lindemberg terem acesso aos recursos do FNE, pois o mesmo não constava na Lei nº 9.690, de 1998, onde só havia referência ao Município de Colatina, de onde foi desmembrado o recém-criado município.

Atualmente, o parágrafo único do art. 2º da LC nº 125, de 2007, resolveu em definitivo o problema para os municípios que vierem a surgir de futuros desmembramentos e o nome do Município de Governador Lindem-

berg foi acrescentado ao final da longa enumeração dos novos municípios integrantes da área da Sudene, segundo consta do **caput** do art. 2º da LC nº 125, de 2007.

Concluindo, não resta pendência a ser sanada e o PLS nº 187, de 2003 não mais apresenta uma inovação ao aparato legal do País. Cabe, portanto, o único procedimento previsto no RISF para essa situação: arquivamento definitivo da proposição.

### III – Voto

Pelo exposto, o voto é pela recomendação de declaração da prejudicialidade do PLS nº 187, de 2003, nos termos do previsto no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, com seu arquivamento definitivo.

Sala da Comissão, 12 de julho de 2007. – Senadora Rosalba Ciarlini, Relatora.

**SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 187, DE 2003.**

**ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 12/07/2007 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)**

**PRESIDENTE: SENADORA LÚCIA VÂNIA - Presidente em exercício: Senador Jonas Pinheiro**

**RELATORA: SENADORA ROSALBA CIARLINI** *Rosalba Ciarlini*

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>
<b>FÁTIMA CLEIDE</b>	<b>1- SIBÁ MACHADO</b>
<b>PATRÍCIA SABOYA</b>	<b>2- EXPEDITO JÚNIOR</b>
<b>JOÃO PEDRO</b>	<b>3- INÁCIO ARRUDA</b>
<b>JOÃO VICENTE CLAUDINO</b>	<b>4- ANTONIO CARLOS VALADARES</b>
<b>MOZARILDO CAVALCANTI</b>	<b>5- JOSÉ NERY (PSOL)</b>
<b>PMDB</b>	<b>PMDB</b>
<b>JOSÉ MARANHÃO</b>	<b>1- LEOMAR QUINTANILHA</b>
<b>GERALDO MESQUITA JÚNIOR</b>	<b>2- WELLINGTON SALGADO</b>
<b>RELATOR AD HOC GARIBALDI ALVES FILHO</b>	<b>3- PEDRO SIMON</b>
<b>VALTER PEREIRA</b>	<b>4- VALDIR RAUAPP</b>
<b>BLOCO DA MINORIA (PSDB E PFL)</b>	<b>BLOCO DA MINORIA (PSDB E PFL)</b>
<b>DEMÓSTENES TORRES (PFL)</b>	<b>1- ADELMIR SANTANA (PFL)</b>
<b>JONAS PINHEIRO (PFL)</b>	<b>2- JAYME CAMPOS (PFL)</b>
<b>MARCO MACIEL (PFL)</b>	<b>3- KÁTIA ABREU (PFL)</b>
<b>ROSALBA CIARLINI (PFL) - RELATORA</b>	<b>4- MARIA DO CARMO ALVES (PFL)</b>
<b>LÚCIA VÂNIA (PSDB) - PRESIDENTE</b>	<b>5- TASSO JEREISSATI (PSDB)</b>
<b>MARISA SERRANO (PSDB)</b>	<b>6- FLEXA RIBEIRO (PSDB)</b>
<b>CÍCERO LUCENA (PSDB)</b>	<b>7- JOÃO TENÓRIO (PSDB)</b>
<b>PDT</b>	<b>PDT</b>
<b>JEFFERSON PÉRES</b>	<b>1- OSMAR DIAS</b>
	COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

## COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003 - DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FATIMA CLEIDE (PT)					SIBÁ MACHADO (PT)				
PATRÍCIA SABOYA (PSB)					EXPEDITO JÚNIOR (PR)				
JOÃO PEDRO (PT)					INÁCIO ARRUDA (PC do B)				
JOAO VICENTE CLAUDINO (PTB)					ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) - AUTOR				
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	X				JOSE NERY (PSOL)				
TITULARES - Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES (PFL)					ADELMIR SANTANA (PFL)				
JONAS PINHEIRO (PFL)					JAYME CAMPOS (PFL)	X			
MARCO MACIEL (PFL)					KATIA ABREU (PFL)				
ROSALBA CARLINI (PFL)					MARIA DO CARMO ALVES (PFL)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					TASSO JEREISSATI (PSDB)				
MARISA SERRANO (PSDB)					FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			
CÍCERO LUCENA (PSDB)					JOÃO TENÓRIO (PSDB)				
TITULARES - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSÉ MARANHÃO					LEOMAR QUINTANILHA				
GERALDO MESQUITA JÚNIOR					WELLINGTON SALGADO				
GARIBALDI ALVES FILHO					PEDRO SIMON				
VALTER PEREIRA					VALDIR RAUPP	X			
TITULAR - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NAO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JEFFERSON PÉRES					OSMAR DIAS				

TOTAL 10 SIM 5 NAO 2 PREJ — AUTOR — ABS — PRESIDENTE —SALA DE REUNIÕES, EM 11/07/07.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF). Atualizada em 04.04.07.


  
Senador Jonas Pinheiro

Presidente em Exercício

*LEGISLAÇÃO CITADA  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO IV  
Das Regiões**

Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 1º Lei complementar disporá sobre:

I – as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II – a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

§ 2º Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei:

I – igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do Poder Público;

II – juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias;

III – isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas;

IV – prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas.

§ 3º Nas áreas a que se refere o § 2º, IV, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

**SUBSEÇÃO III  
Das Leis**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos territórios;

c) servidores públicos da União e territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18 de 1998*)

d) organização do Ministério Públíco e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Públíco e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001*)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (*Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998*)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

**CONSTITUIÇÃO  
DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
(DE 18 DE SETEMBRO DE 1946)**

Art 198. Na execução do plano de defesa contra os efeitos da denominada seca do Nordeste, a União dependerá, anualmente, com as obras e os serviços de assistência econômica e social, quantia nunca inferior a três por cento da sua renda tributária.

§ 1º Um terço dessa quantia será depositado em caixa especial, destinada ao socorro das populações

atingidas pela calamidade, podendo essa reserva, ou parte dela, ser aplicada a juro módico, consoante as determinações legais, empréstimos a agricultores e industriais estabelecidos na área abrangida pela seca.

§ 2º Os estados compreendidos na área da seca deverão aplicar três por cento da sua renda tributária na construção de açudes, pelo regime de cooperação, e outros serviços necessários à assistência das suas populações.

---

**LEI N° 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989**

---

Art. 5º Para efeito de aplicação dos recursos, entende-se por:

II – Nordeste, a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além da Parte do Estado de Minas Gerais incluída na área de atuação da Sudene;

---

**LEI N° 175, DE 7 DE JANEIRO DE 1936**

**Regula o disposto no art. 177 da Constituição.**

---

Art. 2º A área dos estados do Norte, a considerar no plano referido no art. 1º, é limitada pela polygonal, cujos vértices são os seguintes: cidades de Aracaty, Acaraí e Camocim no Ceará; intersecção do meridiano de 44º W. G., com o paralelo de 9º; intersecção do mesmo meridiano, com o paralelo de 11º e cidade de Amargosa, no Estado da Bahia; cidade de Traipú no Estado de Alagoas; cidade de Caruarú, no Estado de Pernambuco; cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba; e cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

§ 1º A lei poderá alterar os limites assim fixados, se novas observações revelarem a manifestação das secas em outras zonas do estados do Norte, com os mesmos característicos já observados na área delimitada neste artigo.

§ 2º O Governo providenciará para que sejam construídos ou terminados os açudes e estradas estudados, projectados ou iniciados, na data desta lei, embora não incluidos na área delimitada neste artigo.

---

**DECRETO-LEI N° 9.857,  
DE 13 DE SETEMBRO DE 1946**

**Modifica o artigo 1º do Decreto-Lei nº  
8.486, de 28 de dezembro de 1945.**

Art. 1º O artigo 1º do Decreto-Lei nº 8.486, de 28 de dezembro de 1945, passa a ter a seguinte redação:

“A Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas (I.F.O.C.S.), órgão integrante do Ministério da Viação e Obras Públicas, diretamente subordinado ao Ministro de Estado passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (D.N.O.O.S.), com sede na Capital Federal, tem por finalidade a realização de todas as obras, destinadas a prevenir e atenuar os efeitos das secas na região a que se refere o art. 2º da Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, na área compreendida entre a margem direita do rio São Francisco desde Barra, no Estado da Bahia, até Pirapora, no Estado de Minas Gerais, a linha Pirapora-Montes Claros e a linha Montes Claros-Amargosa, no Estado da Bahia, e em outras zonas do País, a que a lei venha a estender o seu campo de ação”.

---

**LEI N° 1.004, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1949**

**Regulamenta o § 1º, do art. 198, da Constituição Federal, que dispõe sobre o amparo às populações atingidas pela seca do Nordeste.**

---

**LEI N° 3.692, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1959**

**Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras provisões.**

Art. 1º É criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), diretamente subordinada ao Presidente da República, administrativamente autônoma e sediada na cidade do Recife.

§ 1º Para os fins desta lei, considera-se como Nordeste a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

§ 2º A área de atuação da Sudene abrange além dos estados referidos no parágrafo anterior, a zona de Minas Gerais compreendida no Polígono das Sêcas.

§ 3º Os recursos concedidos sob qualquer forma, direta ou indiretamente, à Sudene, somente poderão ser aplicados em localidades compreendidas na área constante do parágrafo anterior.

---

**LEI N° 1.348, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1951**

**Dispõe sobre a revisão dos limites da área do Polígono das Secas**

---

**LEI N° 6.218, DE 7 DE JULHO DE 1975**

**Estabelece área de atuação da Sudene.**

**LEI N° 9.690, DE 15 DE JULHO DE 1998**

**Dispõe sobre a inclusão do Vale do Jequitinhonha do Estado de Minas Gerais e de municípios da região norte do Estado do Espírito Santo na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE.**

**LEI COMPLEMENTAR N° 125,  
DE 3 DE JANEIRO DE 2007**

**Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, áreas de atuação, instrumentos de ação; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e a Medida Provisória nº 2.156, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar nº 66, de 12 de junho de 1991; e dá outras providências.**

Art. 2º A área de atuação da Sudene abrange os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e as regiões e os municípios do Estado de Minas Gerais de que tratam as Leis n°s 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, 6.218, de 7 de julho de 1975 e 9.690, de 15 de julho de 1998 bem como os Municípios de Águas Formosas, Angelândia, Aricanduva, Arinos, Ataléia, Bertópolis, Campanário, Carlos Chagas, Catuji, Crisólita, Formoso, Franciscópolis, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Itambacuri, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Ladainha, Leme do Prado, Maxacalis, Monte Formoso, Nanuque, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Pescador, Ponto dos Volantes, Poté, Riachinho, Santa Fé de Minas, Santa Helena de Minas, São Romão, Serra dos Aimorés, Setubinha, Teófilo Otoni, Umburatiba e Veredinha, todos em Minas Gerais, e ainda os municípios do Estado do Espírito Santo relacionados na Lei nº 9.690, de 15 de julho de 1998 bem como o Município de Governador Lindemberg.

Parágrafo único. Quaisquer municípios criados, ou que venham a sê-lo, por desmembramento dos entes municipais integrantes da área de atuação da Sudene de que trata o **caput** deste artigo, serão igualmente considerados como integrantes de sua área de atuação.

**DECRETO-LEI N. 8.486,  
DE 28 DE DEZEMBRO DE 1945**

**Dispõe sobre a reorganização da Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas**

**(I.F.O.C.S.), que passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (DNOCS).**

Art. 1º A Inspetoria Federal de Obras Contra as Sêcas (I.F.O.C.S.), órgão integrante do Ministério da Viação e Obras Públicas, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, passa a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (D.N.O.C.S.), com sede na Capital Federal, e tem por finalidade a realização de todas as obras destinadas a prevenir e atenuar os efeitos das sêcas na região a que se refere o art. 2º da Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, e em outras zonas do país, a que a lei venha a estender o seu campo de ação.

## **RELATÓRIO**

Relator: Senador **Almeida Lima**

### **I – Relatório**

Vem à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, de autoria do Senador Gérson Camata, que dispõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE).

Conforme proposto no projeto, os municípios criados no âmbito da área de atuação da Adene ou desmembrados a partir de outros que já a integrem estarão automaticamente incluídos naquela área para todos os efeitos legais e administrativos.

O autor da proposição alega que o PLS nº 187, de 2003, visa sanar carência na legislação básica que trata da inclusão de localidades na área de atuação da Adene pois, de acordo com a legislação em vigor, os municípios criados ou desmembrados de outros, nos estados do Nordeste, no Estado do Espírito Santo e nas regiões do Estado de Minas Gerais, incluídas no Polígono das Secas, somente passam a integrar aquela área se forem incluídos por lei específica.

Tendo em vista que a incorporação dos novos municípios não implica acréscimo na base territorial de atuação da Adene, diferenciando-se dos casos em que, a exemplo da Lei nº 9.690, de 15 de julho de 1998, a jurisdição da então Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste foi ampliada, seria justo proceder à inclusão automática. Enfatiza o autor que a proposição não acarretará acréscimo de novos territórios à jurisdição da Adene, já que os recursos continuariam destinados à mesma base física.

### **II – Análise**

Atualmente, de acordo com a legislação em vigor, a inclusão de municípios na área de atuação da Adene, mesmo que sejam criados no âmbito desta

área ou desmembrados de outros que já a integram, depende de lei específica.

Além das Leis nºs 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, 6.218, de 7 de julho de 1975, e 9.690, de 15 de julho de 1998, que incluíram municípios na área de atuação da Sudene, a própria Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, que criou a Adene, acrescentou municípios do Estado de Minas Gerais à área de atuação da nova entidade de desenvolvimento regional. Todas as normas legais citadas tiveram como decorrência a ampliação da base territorial de jurisdição da Sudene e, posteriormente, da Adene em relação à sua antecessora.

A proposta constante do PLS nº 187, de 2003, não acarreta a expansão do território sob jurisdição da Adene, pois sua finalidade não é a de incorporar municípios fora da área de atuação, mas sim, aqueles criados ou desmembrados de outros que já a integram. Portanto, o projeto traz providência justa e racional, uma vez que, segundo a legislação vigente, os territórios antes incluídos na área de atuação da Adene, passando a pertencer aos novos municípios criados ou desmembrados, perdem os benefícios advindos da atuação da entidade de desenvolvimento regional.

Cabe apenas destacar que o projeto de lei complementar que trata da recriação da Sudene, enviado pelo Poder Executivo e em tramitação na Câmara dos Deputados, prevê a inclusão automática, na área de atuação da entidade, dos municípios criados por desmembramento dos entes municipais que já a integram. Neste aspecto, o PLS nº 187, de 2003, é mais abrangente visto que estabelece a inclusão automática de municípios criados no âmbito da área de jurisdição da Adene, não restrinindo apenas aos casos de desmembramento.

### III – Voto

Dianete do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003.

Sala da Comissão, – Senador **Almeida Lima**, Relator.

### DESPACHO

#### PLS Nº 187, DE 2003

Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 1, de 2005, que “*Cria no Senado Federal a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, altera a denominação e atribuições de comissões permanentes e dá outras providências*”, e a comunicação desta Presidência feita ao Plenário na sessão de 3 de março de 2005.

Decido

De acordo com o inciso X do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, redistribuir o presente projeto de lei às comissões CDR ; cabendo a decisão

terminativa, à CDR, nos termos do inciso I do art. 49 do Regimento Interno.

Senado Federal, 29 de março de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

### RELATÓRIO

Relator: Senador **Fernando Bezerra**

#### I – Relatório

Vem à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a inclusão de novos municípios na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Conforme está previsto no projeto, os municípios criados no âmbito da área de atuação da Adene ou desmembrados a partir de outro que já a integre serão automaticamente incluídos naquela área para todos os efeitos legais e administrativos.

O autor da proposição alega que o objetivo do PLS nº 187, de 2003, é o de sanar carência na legislação básica que trata da inclusão de localidades na área de atuação da Adene, pois, conforme a legislação em vigor, os municípios criados ou desmembrados de outros, nos estados do Nordeste, no Estado do Espírito Santo e nas regiões do Estado de Minas Gerais, incluídas no Polígono das Secas, somente passam a integrar aquela área se forem incluídos por lei específica.

Enfatiza o autor que a incorporação desses novos municípios não acarretaria acréscimo na base territorial de atuação da Adene, com a destinação dos recursos à mesma base física, o que diferencia a inclusão pretendida dos casos em que, a exemplo da Lei nº 9.690, de 15 de julho de 1998, a jurisdição da então Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi ampliada.

#### II – Análise

A inclusão de municípios na área de atuação da Adene, mesmo no caso daqueles criados a partir do desmembramento de outros que já a integram, depende, atualmente, de lei específica.

Além das Leis nºs 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, 6.218, de 7 de julho de 1975, e 9.690, de 15 de julho de 1998, que acrescentaram municípios à área de atuação da Sudene, o Conselho Deliberativo da própria autarquia emitiu, com base no Decreto-Lei nº 63.778, de 11 de dezembro de 1968, que atribuiu ao superintendente da Sudene a competência de declarar os municípios pertencentes ao Polígono das Secas, a Resolução nº 11.135, de 19 de dezembro de 1997, atualizando a relação de municípios pertencentes ao Polígono, com a inclusão daqueles criados até janeiro de 1997.

Posteriormente, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, que extinguiu a Sudene e criou a Adene, adicionou vinte e sete municípios do Estado de Minas Gerais, bem como todo o território do Estado do Espírito Santo à área de atuação da nova agência de desenvolvimento regional.

A proposta constante do PLS nº 187, de 2003, não acarreta a expansão do território sob jurisdição da Adene, pois sua finalidade não é a de incorporar municípios fora da área de atuação, mas sim, aqueles criados ou desmembrados a partir de outros que já a integram. Portanto, o projeto traz providência justa e racional, uma vez que, segundo a legislação vigente, os novos municípios criados na área de atuação da autarquia ou desmembrados de outros que já a integram perdem os benefícios oferecidos pela entidade de desenvolvimento regional.

Cabe, no entanto, destacar que se encontra em tramitação, nesta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2004-Complementar que trata da recriação da Sudene, o qual também prevê a inclusão automática, na área de atuação da entidade, dos municípios criados por desmembramento dos entes municipais que já a integram. Assim, uma vez que o PLS nº 187/2003, regula matéria semelhante à do PLC nº 59/2004-Complementar, o mais apropriado, de acordo com o art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, seria promover a tramitação em conjunto das duas proposições.

Apenas há de se ressalvar que, por um lado, o PLC nº 59/2004-Complementar não se refere à mesma área de atuação estabelecida pela MPV nº 2.156-5/2001 para a Adene, uma vez que a nova Sudene irá incorporar outros trinta e dois municípios do Estado de Minas Gerais e, em vez de incluir todo o Estado do Espírito Santo, terá jurisdição sobre apenas vinte e sete municípios capixabas. Por outro lado, o PLS nº 187, de 2003, vai além do que prevê o PLC nº 59/2004 ao contemplar não somente os municípios desmembrados de outros já integrantes da área de atuação da autarquia, mas também todos aqueles criados no âmbito daquela área.

### III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela apresentação de requerimento desta Comissão ao Plenário para tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003 em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2004-Complementar.

Sala da Comissão, – Senador **Fernando Bezerra**, Relator.

### PARECER N° 697, DE 2007

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câ-**

**mara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).**

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

### I – Relatório

O projeto em exame, de autoria do Presidente da República, propõe a alteração da redação dos artigos 830 e 895 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que institui a Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a permitir o oferecimento de cópias simples de documentos como prova no processo trabalhista e a interposição de recurso ordinário em face das decisões terminativas.

Em justificativa, o autor aponta a necessidade de simplificar a produção da prova documental no processo trabalhista, dispensando a necessidade de autenticação e permitindo aos advogados que garantam a autenticidade das cópias juntadas.

Além disso, o projeto propõe a alteração da redação do artigo 895 da Consolidação das Leis do Trabalho, para que este dispositivo permita a interposição do recurso ordinário em face das decisões terminativas e não apenas das definitivas, conforme o entendimento pacificado pela jurisprudência dos Tribunais pátrios.

O projeto foi aprovado por unanimidade na Câmara Federal, antes de seguir para esta Casa. Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

### II – Análise

Compete a esta Comissão apreciar a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do presente projeto.

A redação proposta para o artigo 830 da Consolidação das Leis do Trabalho não afronta qualquer dispositivo constitucional, uma vez que a mesma apenas introduz na legislação processual trabalhista, dispositivo já consagrado no processo civil e no próprio cotidiano forense da justiça do trabalho.

Ao permitir o uso de cópias de documentos, cuja autenticidade é garantida pelo advogado, o legislador simplificará e reduzirá os custos da instrução processual trabalhista, sem que isso implique em violação às garantias processuais das partes.

Por sua vez, a redação proposta para as alíneas **a** e **b** do artigo 895 da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentando-lhes a expressão “terminativa”,

tem o escopo de atualizar os referidos dispositivos, para que os mesmos permitam a interposição de recurso ordinário em face de decisões terminativas.

A medida servirá para acolher entendimento já pacificado nos tribunais, os quais já admitem a interposição do recurso ordinário para recorrer de decisões terminativas.

Diante disso, as alterações propostas servirão para consolidar a aplicação de entendimentos pacifi-

cados na jurisprudência e voltados para a simplificação e racionalização do processo trabalhista.

### III – Voto

Pelo exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e quanto ao mérito pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006.

Sala da Comissão, 11 de julho de 2007.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC N° 4 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/07/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: <u>Eduardo Suplicy</u>	
RELATOR:	<u>Eduardo Suplicy</u>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	<u>Eduardo Suplicy</u>
SERYS SHHESSARENKO	1. PAULO PAIM
SIBÁ MACHADO	2. IDELI SALVATTI
EDUARDO SUPLICY (Relator)	3. PATRÍCIA SABOYA GOMES
ALOIZIO MERCADANTE	4. INÁCIO ARRUDA
EPITÁCIO CAFETEIRA	5. JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALGANTI	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	PSOL
	7. JOSÉ NERY
PMDB	
PEDRO SIMON	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS	4. PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA (Presidente em exercício)	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGripino
EDISON LOBÃO	4. KÁTIA ABREU
ROMEU TUMA	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

**PARECER N° 698 E 699 , DE 2007**

**Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006 ( nº 5.288/2005, na Casa de origem), que estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências.**

Relator: Senador **João Ribeiro**

**I – Relatório**

O Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006, de iniciativa do Deputado Francisco Rodrigues, tem por finalidade estabelecer normas gerais de simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Após, a proposição seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

**II – Análise**

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre a constitucionalidade e juridicidade da proposição, cabendo à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o mérito.

A matéria está inserida na competência legislativa da União, cabe ao Congresso Nacional sobre ela dispor e é legítima a iniciativa parlamentar, não estando a matéria objeto da proposição entre aquelas que a Constituição reserva à iniciativa privativa do Presidente da República. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor do projeto em exame. Não há vícios de injuridicidade.

Acerca de técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Trata-se de projeto amplamente debatido pela sociedade e coerente com as conclusões do Grupo de Trabalho da Desburocratização e da simplificação das Relações do Estado com os cidadãos e a empresa, criado em 2005 no âmbito do Senado Federal, das se destaca o seguinte:

Verificadas as práticas adotadas em outros países, e analisadas as dificuldades para a abertura e fechamento de empresas no Brasil, parece-nos adequado apoiar o envio, pelo Poder Executivo, do anteprojeto de lei que *estabelece diretrizes para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, e cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM*.

Esse anteprojeto, amplamente debatido pela sociedade, contém medidas importantes para sanar as principais reivindicações de micro e pequenos empresários, em relação ao processo de abertura e fechamento de empresas. Contempla, inclusive, muitos aspectos que integram o anteprojeto de Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, coordenado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), bem mais abrangente, por envolver, além do Estatuto das Micro e Pequena Empresa, aspectos atinentes ao tratamento tributário favorecido a essas pessoas jurídicas (Super Simples).

As principais inovações propostas pelo projeto são:

i) criação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM), com o objetivo de propor ações e normas a seus integrantes. A participação será obrigatória para órgãos federais, e voluntária para órgãos de governos subnacionais;

ii) maior integração entre os órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, com o objetivo de evitar duplicidade de exigências;

iii) simplificação dos registros de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios;

iv) emissão de alvará de funcionamento provisório pelos municípios, exceto nos casos de atividades que envolvam alto risco de expor a população ou usuários a problemas de saúde, ambientais ou de segurança;

v) alteração dos procedimentos de registro, garantindo, entre outros aperfeiçoamentos, entrada única de dados cadastrais e de documentos;

vi) eliminação de documentos e maior facilidade para obtenção de informações sobre procedimentos e andamento de processos;

vii) dispensa do visto de advogado nos atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas.

O projeto é meritório e vem ao encontro da necessidade de que sejam envidados efetivos esforços no sentido da desburocratização como forma de pro-

porcionar melhores condições de funcionamento para os empresários e para as pessoas jurídicas e, por conseguinte, gerar mais empregos e maior nível de renda. Essa medida, se aprovada, deverá sanar os principais entraves burocráticos que se interpõem aos empresários e às pessoas jurídicas, em relação ao processo de abertura e fechamento de empresas.

### III – Voto

Em vista do exposto, por obedecer à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006.

Sala da Comissão, 4 de julho de 2007.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: P.L.C Nº 115 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/07/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	<u>Valter Pereira</u>	SEN. VALTER PEREIRA (Presidente em Exercício)
RELATOR:	<u>Valter Pereira</u>	Senador Valter Pereira
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)</b>		
SERYS SLHESSARENKO	<u>Valter Pereira</u>	1. PAULO PAIM
SIBÁ MACHADO		2. IDELI SALVATTI
EDUARDO SUPLICY		3. PATRÍCIA SABOYA GOMES
ALOIZIO MERCADANTE		4. INÁCIO ARRUDA
EPITÁCIO CAFETEIRA		5. JOSÉ RIBEIRO (Relator)
MOZARILDO CAVALCANTI		6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	<u>Valter Pereira</u>	
PSOL		
		7. JOSÉ NERY
<b>PMDB</b>		
PEDRO SIMON		1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP		2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ		3. LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS		4. PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA	(Presidente em Exercício)	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES		6. NEUTO DE CONTO
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>		
ADELMIR SANTANA		1. KELISEU RESENDE
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES		3. JOSÉ AGripino
EDISON LOBÃO		4. KÁTIA ABREU
ROMEU TUMA		5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO		6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO		7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA		8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI		9. MÁRIO COUTO
<b>PDT</b>		
JEFFERSON PÉRES		1-OSMAR DIAS

**PARECER N° 699, DE 2007**

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator: Senador **Sibá Machado****I – Relatório**

O Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006, de iniciativa do Deputado Francisco Rodrigues, tem por finalidade estabelecer normas gerais de simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Lido em 30 de novembro de 2006, o projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na CCJ, onde foram examinados os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, o projeto recebeu parecer favorável.

Não foram apresentadas emendas no âmbito da CAE.

**II – Análise**

Os aspectos relativos à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa já foram apreciados no âmbito da CCJ, razão pela qual compete à CAE pronunciar-se exclusivamente acerca do mérito da proposição.

Quanto ao mérito, concordamos integralmente com a fundamentação do relatório apresentado pelo Senador João Ribeiro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, cujos termos passamos a reiterar.

Trata-se de projeto amplamente debatido pela sociedade e coerente com as conclusões do Grupo de Trabalho da Desburocratização e da simplificação das relações do Estado com os cidadãos e a empresa, criado em 2005 no âmbito do Senado Federal:

Verificadas as práticas adotadas em outros países, e analisadas as dificuldades para a abertura e fechamento de empresas no Brasil, parece-nos adequado apoiar o envio, pelo Poder Executivo, do anteprojeto de lei que estabelece *diretrizes para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, e cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM*.

Esse anteprojeto, amplamente debatido pela sociedade, contém medidas importantes para sanar as principais reivindicações de micro e pequenos empresários, em relação ao processo de abertura e fechamento de empresas. Contempla, inclusive, muitos aspectos que integram o anteprojeto de Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, coordenado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às

Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), bem mais abrangente, por envolver, além do Estatuto das Micro e Pequena Empresa, aspectos atinentes ao tratamento tributário favorecido a essas pessoas jurídicas (Super Simples).

As principais inovações propostas pelo projeto são:

- i) criação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM), com o objetivo de propor ações e normas a seus integrantes. A participação será obrigatória para órgãos federais, e voluntária para órgãos de governos subnacionais;
- ii) maior integração entre os órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, com o objetivo de evitar duplicidade de exigências;
- iii) simplificação dos registros de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios;
- iv) emissão de alvará de funcionamento provisório pelos municípios, exceto nos casos de atividades que envolvam alto risco de expor a população ou usuários a problemas de saúde, ambientais ou de segurança;
- v) alteração dos procedimentos de registro, garantindo, entre outros aperfeiçoamentos, entrada única de dados cadastrais e de documentos;
- vi) eliminação de documentos e maior facilidade para obtenção de informações sobre procedimentos e andamento de processos;
- vii) dispensa do visto de advogado nos atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas.

O projeto é meritório e vem ao encontro da necessidade de que sejam envidados efetivos esforços no sentido da desburocratização como forma de proporcionar melhores condições de funcionamento para os empresários e para as pessoas jurídicas e, por conseguinte, gerar mais empregos e maior nível de renda. Essa medida, se aprovada, deverá sanar os principais entraves burocráticos que se interpõem aos empresários e às pessoas jurídicas, em relação ao processo de abertura e fechamento de empresas.

**III – Voto**

Em virtude do exposto, o voto é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006.

Sala da Comissão, – Senador **Sibá Machado**, Relator.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 115, DE 2006  
NÃO TERMINATIVO**

**ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/08/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

**PRESIDENTE:**

**RELATOR(A):**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELcíDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EVEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
SERYS SHESSARENKO (PT)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-JOÃO RIBEIRO (PR)

PMDB

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-VAGO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GARIBALDI ALVES FILHO	7-JARBAS VASCONCELOS

PFL

ADELMIRO SANTANA	1-JONAS PINHEIRO
EDISON LOBÃO	2-ATONIO CARLOS JÚNIOR
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-ROSALBA CIARLINI
CÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO	6-ROMEU TUMA

PSDB

CÍCERO LUCENA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
LEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
ÉRGIO GUERRA	3-MARCONI PERILLO
ASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO

PDT

ISMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
------------	-------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**LEI COMPLEMENTAR N° 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

**LEI COMPLEMENTAR N° 107,  
DE 26 DE ABRIL DE 2001**

**Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.**

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Com referência ao **Parecer nº 696, de 2007**, lido anteriormente, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que ao apreciar, em decisão terminativa, concluiu pela prejudicialidade do **Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2003**, a Presidência comunica que, tendo em vista ser de competência do Plenário, em qualquer caso, a declaração de prejudicialidade de proposição, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarada prejudicada, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 697, de 2007**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006** (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943* (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 698 e 699, de 2007**, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006** (nº 5.288/2005, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências.*

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 20 do corrente, o prazo, para interposição de recurso, por cinco dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 2, 3, 4 e 5, de 2007 – CN**, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, dos pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Os recursos serão recebidos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Pedro Simon. PMDB – RS) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 13 horas e 50 minutos.)*

**Ata da 10<sup>a</sup> Reunião da Mesa do Senado Federal,  
realizada em 16 de agosto de 2007.**

Às onze horas e vinte e cinto minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e sete, na Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal, realiza-se a décima reunião da Mesa, com a presença dos Srs. Senadores Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente no exercício da Presidência; Efraim Moraes, 1º Secretário no exercício da 1ª Vice-Presidência; Gerson Camata, 2º Secretário no exercício da 2ª Vice-Presidência; César Borges, 3º Secretário no exercício da 1ª Secretaria; Papaléo Paes, 1º Suplente de Secretário no exercício da 2ª Secretaria; e Antonio Carlos Valadares, 2º Suplente de Secretário no exercício da 3ª Secretaria. Estiveram ausentes, por motivo justificado, os Senadores Tião Viana, 1º Vice-Presidente, e Magno Malta, 4º Secretário. Abertos os trabalhos, o 2º Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Alvaro Dias, esclarece que a reunião se destina a tratar da representação que o Democratas – DEM e o Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB apresentaram em face do Senador Renan Calheiros, no tocante às notícias veiculadas pela revista Veja, Edição nº 2.020, ano 40, nº 31, de 8 de agosto de 2007. É feita a leitura do Resumo do Parecer nº 225/2007-ADVOSF, da Advocacia do Senado Federal. A seguir, o 2º Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Alvaro Dias, franqueia a palavra. Foi suscitado o questionamento sobre se não seria melhor adiar a decisão sobre a representação, para aguardar o resultado da ida do Senador Romeu Tuma, Corregedor, a Maceió para

colher depoimento do Sr. João Lyra, o que seria uma informação oficial. Após debates, fica decidido que já há jurisprudência no sentido de que à Mesa não cabe análise de mérito, mas, sim, sobre os aspectos formais da representação. Ainda sobre esse assunto, é reiterada a necessidade de se alterar a Resolução nº 20, de 1993. Também foi abordada a questão sobre o impedimento dos membros do DEM e do PSDB, levantado no parecer da Advocacia do Senado Federal. Após o uso da palavra por diversos Senadores, chega-se ao entendimento de que, tendo em vista que os membros da Mesa foram eleitos e representam a Casa, e não especificamente os partidos políticos, não procede o mencionado impedimento. Suscita-se também a questão da deliberação a respeito da representação apresentada pelo P-SOL em desfavor do

Senador Gim Argello. Conclui-se que não cabe tratar dessa matéria naquela reunião. Por fim, a Mesa decide, por unanimidade, o seguinte: 1) à Mesa não cabe discutir o mérito da representação; 2) é necessário alterar a Resolução nº 20, de 1993; e 3) a Mesa encaminhará, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a representação apresentada pelo DEM e PSDB em desfavor do Senador Renan Calheiros. Em seguida, o Sr. 2º Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Álvaro Dias, suspende a reunião, ao tempo em que determina que eu,

*Claudia Lyra Nascimento* (Claudia Lyra Nascimento), Secretária-Geral da Mesa, favre a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata é lida e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e dez minutos, o Sr. 2º Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senador Álvaro Dias, declara encerrada a reunião e assina a presente Ata, juntamente com os demais membros da Mesa.

Senado Federal, em 16 de agosto de 2007

  
**Senador ALVARO DIAS**  
2º Vice-Presidente no exercício da Presidência

  
**Senador EFRAIM MORAIS**  
1º Secretário no exercício da 1ª Vice-Presidência

  
**Senador GERSON CAMATA**  
2º Secretário no exercício da 2ª Vice-Presidência

  
**Senador CESAR BORGES**  
3º Secretário no exercício da 1ª Secretaria

*(Continuação da Ata da 10ª Reunião da Mesa do  
Senado Federal, realizada em 16.08.2007)*

  
**Senador PAPALÉO PAES**  
1º Suplente de Secretário no exercício da 2ª Secretaria

  
**Senador ANTONIO CARLOS VALADARES**  
2º Suplente de Secretário no exercício da 3ª Secretaria

**CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS  
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Emendas**

**AO  
PROJETO DE LEI  
N.º 22/2007-CN**

**MENSAGEM  
N.º 00101, de 2007 – CN  
(Nº 00552/2007, na origem)**

**Ementa:** Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego crédito suplementar no valor de R\$ 1.907.803.718,00 (um bilhão, novecentos e sete milhões, oitocentos e três mil, setecentos e dezoito reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

**Índice de Emendas  
PL 022/2007 - EMENDA**

Total por Parlamentar

SILVIO LOPES	00002	1
VALTER PEREIRA	00001	1
<b>Total de Emendas:</b>		<b>2</b>

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00001**

**PL 022/2007-CN**

Mensagem 0101/2007-CN

E

**PLN 22/2007**

PROJETO DE LEI NÚMERO

PÁGINA  
01 DE 01

TEXTO

- **Acrescer na Programação da UO 38901– Fundo de Amparo ao Trabalhador – “Qualificação de Trabalhadores para Manutenção do Emprego e Incremento da Renda - Nacional ” - Funcional Programática nº 11.333.0101.4725.0001 – o valor de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais);**
- **Cancelar parcialmente a programação constante do Anexo I, UO 38901 – Fundo de Amparo ao Trabalhador:**
  1. **Funcional Programática nº 11.331.0099.0583.0001 – Pagamento do Seguro Desemprego - Nacional, valor de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais).**

JUSTIFICAÇÃO

A aprovação desta emenda embora acrescendo recursos em âmbito nacional, tem o objetivo de garantir a integração dos Trabalhadores do Estado de Mato Grosso do Sul com as Políticas Públicas de Trabalho oferecidas pelo Governo federal, tendo a qualificação profissional como indicativo principal da construção social, isto é, como o direito e condição indispensável para a garantia do trabalho decente para homens e mulheres, tornando-se a possibilidade de inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho. Contribuirá, ainda, para promover a integração das políticas e para a articulação das ações de qualificação social e profissional, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, visando qualificar a mão-de-obra de acordo com a demanda de cada região, criando oportunidades para que esses trabalhadores já qualificados possam, mais tarde, ser inseridos no mercado de trabalho.

CÓDIGO

1498

NOME DO PARLAMENTAR

**Senador VALTER PEREIRA**

UF

MS

PARTIDO

PMDB

DATA

16/8/2007

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00002****PL 022/2007-CN**

Mensagem 0101/2007-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI**  
**PLN - 0022/2007 - CN****01DE 01****TEXTO**

INCLUIR NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS POR TRABALHADORES ORGANIZADO EM AUTOGESTÃO, NO MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO VALOR DE R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS)

**SUPLEMENTAÇÃO:****ÓRGÃO: 38101****GND: 3****MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50****VALOR R\$ 10.000.000,00****FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.334.1133.8275.0056****CANCELAMENTO:****ÓRGÃO: 38000****GND: 3****MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90****FUNCIONAL PROGRAMATICA: 28.846.0909.0643.0001****VALOR R\$ 10.000.000,00****JUSTIFICAÇÃO**

PRETENDE-SE AO APRESENTAR ESTA EMENDA, PARA SUPLEMENTAR RECURSOS FINANCEIROS NA EMENDA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS DA REGIÃO DOS LAGOS. ASSIM, PRETEWENDO DAR MINHA CONTRIBUIÇÃO PARA REATIVAR AS INDUSTRIAS QUE PASSAM POR PROBLEMAS FINANCEIROS.

**CÓDIGO****NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****DEPUTADO SILVIO LOPEZ****R.J****PSDB****DATA****ASSINATURA**

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

### Bahia

**DEM** – Antonio Carlos Júnior\*<sup>(S)</sup>  
**DEM** – César Borges\*  
**PDT** – João Durval \*\*

### Rio de Janeiro

**BLOCO-PRB** – Marcelo Crivella\*  
**PMDB** – Paulo Duque\*<sup>(S)</sup>  
**BLOCO-PP** – Francisco Dornelles \*\*

### Maranhão

**DEM** – Edison Lobão\*  
**PMDB** – Roseana Sarney \*  
**BLOCO-PTB** – Epitácio Cafeteira \*\*

### Pará

**PSOL** – José Nery\*<sup>(S)</sup>  
**PSDB** – Flexa Ribeiro\*<sup>(S)</sup>  
**PSDB** – Mário Couto\*\*

### Pernambuco

**DEM** – Marco Maciel\*  
**PSDB** – Sérgio Guerra\*  
**PMDB** – Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

**BLOCO-PT** – Aloizio Mercadante\*  
**DEM** – Romeu Tuma\*  
**BLOCO-PT** – Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**PSDB** – Eduardo Azeredo\*  
**PMDB** – Wellington Salgado de Oliveira\*<sup>(S)</sup>  
**DEM** – Eliseu Resende\*\*

### Goiás

**DEM** – Demóstenes Torres \*  
**PSDB** – Lúcia Vânia\*  
**PSDB** – Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

**DEM** – Jonas Pinheiro \*  
**BLOCO-PT** – Serys Slhessarenko\*  
**DEM** – Jayme Campos \*\*

### Rio Grande do Sul

**BLOCO-PT** – Paulo Paim\*  
**BLOCO-PTB** – Sérgio Zambiasi\*  
**PMDB** – Pedro Simon\*\*

### Ceará

**BLOCO-PSB** – Patrícia Saboya\*  
**PSDB** – Tasso Jereissati\*  
**BLOCO-PC do B** – Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

**DEM** – Efraim Morais\*  
**PMDB** – José Maranhão\*  
**PSDB** – Cícero Lucena \*\*

### Espírito Santo

**PMDB** – Gerson Camata\*  
**BLOCO-PR** – Magno Malta\*  
**BLOCO-PSB** – Renato Casagrande\*\*

### Piauí

**DEM** – Heráclito Fortes\*  
**PMDB** – Mão Santa \*  
**BLOCO-PTB** – João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

**PMDB** – Garibaldi Alves Filho \*  
**DEM** – José Agripino\*  
**DEM** – Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

**BLOCO-PT** – Ideli Salvatti\*  
**PMDB** – Neuto De Conto \*<sup>(S)</sup>  
**DEM** – Raimundo Colombo \*\*

### Alagoas

**PMDB** – Renan Calheiros\*  
**PSDB** – João Tenório\*<sup>(S)</sup>  
**BLOCO-PTB** – Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**PMDB** – Almeida Lima\*  
**BLOCO-PSB** – Antônio Carlos Valadares\*  
**DEM** – Maria do Carmo Alves \*\*

### Mandatos

\*: Período 2003/2011 \*\*: Período 2007/2015

### Amazonas

**PSDB** – Arthur Virgílio\*  
**PDT** – Jefferson Péres\*  
**BLOCO-PT** – João Pedro\*\*<sup>(S)</sup>

### Paraná

**BLOCO-PT** – Flávio Arns\*  
**PDT** – Osmar Dias \*  
**PSDB** – Alvaro Dias \*\*

### Acre

**PMDB** – Geraldo Mesquita Júnior\*  
**BLOCO-PT** – Sibá Machado\*<sup>(S)</sup>  
**BLOCO-PT** – Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

**BLOCO-PT** – Delcídio Amaral \*  
**PMDB** – Valter Pereira\*<sup>(S)</sup>  
**PSDB** – Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

**PDT** – Cristovam Buarque \*  
**DEM** – Adelmir Santana \*<sup>(S)</sup>  
**PTB** – Gim Argello\*\*<sup>(S)</sup>

### Tocantins

**BLOCO-PR** – João Ribeiro \*  
**PMDB** – Leomar Quintanilha\*  
**DEM** – Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**PMDB** – Gilvam Borges\*  
**PSDB** – Papaléo Paes\*

**PMDB** – José Sarney \*\*

### Rondônia

**BLOCO-PT** – Fátima Cleide\*  
**PMDB** – Valdir Raupp\*  
**BLOCO-PR** – Expedito Júnior\*\*

### Roraima

**BLOCO-PT** – Augusto Botelho\*  
**PMDB** – Romero Jucá\*  
**BLOCO-PTB** – Mozarildo Cavalcanti\*\*

## **COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

**1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.**

**(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)  
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA <sup>(1)</sup></b>	
<b>(DEM/PSDB)</b>	
Heráclito Fortes (DEM)	1. César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO</b>	
<b>(PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)</b>	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	

**(1)** De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

**Leitura: 15.3.2007**

**Designação: 5.6.2007**

**Instalação:**

**Prazo Final:**

**2) Comissão Parlamentar de Inquérito**, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de vôo ocorrido em 30 de março de 2007.

**(Requerimento nº 401, de 2007)**

**(13 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)**

**Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)**

**Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)</b>	
<b>(vago)<sup>3</sup></b>	
(vago) <sup>3</sup>	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)</b>	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) <sup>2</sup>
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
<b>PDT</b>	
(vago) <sup>1</sup>	

<sup>1</sup> O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

<sup>2</sup> O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

<sup>3</sup> Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

**Leitura: 25.4.2007**

**Designação: 15.5.2007**

**Instalação: 17.5.2007**

**Prazo Final: 26.11.2007**

## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

**(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)**

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

**Leitura: 8.2.2007**

**Designação: 13.2.2007**

**Instalação:**

**Prazo Final:**

## **COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

### **1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT**

**Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) <sup>1</sup>
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

<sup>1</sup> Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [scomcae@senado.gov.br](mailto:scomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS**  
**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB <sup>(1)</sup>
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>(PMDB, PSDB, PDT)<sup>(2)</sup></b>	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

<sup>(1)</sup> Vaga do PMDB cedida ao PSB

<sup>(2)</sup> Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB**

**Relator: Senador Francisco Dornelles - PP**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB <sup>(2)</sup>
Osmar Dias – PDT <sup>(1)</sup>	2. Cícero Lucena – PSDB <sup>(2)</sup>
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT

<sup>(2)</sup> Vaga cedida ao PSDB

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)**

**Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
<b>PDT</b>	
João Durval	1. Cristovam Buarque
<b>PSOL</b>	
José Nery	

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
 E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.**

(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente:** Senador Paulo Paim - PT**Vice-Presidente:** Senador Marcelo Crivella - PRB

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
<b>PMDB e PDT</b>	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.**

(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente:** Senador Eduardo Azeredo - PSDB**Vice-Presidente:** Senador Flávio Arns - PT

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
<b>PMDB e PDT</b>	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,  
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente:** Senador Papaléo Paes - PSDB

**Vice-Presidente:** Senador Augusto Botelho - PT

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
<b>DEM ou PDT</b>	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: (vago)<sup>1</sup>**  
**Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) <sup>1</sup>	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azzeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
<b>PSOL</b>	
	José Nery

<sup>1</sup> Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretaria: Gildete Leite de Melo  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
 E – Mail: [scomccj@senado.gov.br](mailto:scomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**  
**(5 titulares)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) <sup>1</sup>
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

<sup>1</sup> Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
 E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Presidente:** Senador Demóstenes Torres - DEM  
**Vice-Presidente:** Senadora Marisa Serrano - PSDB

**(12 titulares e 12 suplentes)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
<b>PMDB</b>	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
<b>PDT</b>	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA** **(9 titulares e 9 suplentes)**

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO** **(7 titulares e 7 suplentes)**

#### **4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE** **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB**

**Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho – PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB**

**Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
<b>PMDB</b>	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB**

**Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT**  
**Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>1</sup>	7. Papaléo Paes
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. (vago)
<b>PSOL</b>	
José Nery	

<sup>1</sup> Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
 E – Mail: [scomcdh@senado.gov.br](mailto:scomcdh@senado.gov.br).

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador José Nery - PSOL**  
**Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
2. Patrícia Saboya – PSB .	
<b>PMDB</b>	
Inácio Arruda – PcdB	1. Geraldo Mesquita Júnior
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
<b>PSOL</b>	
José Nery	

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM  
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) <sup>†</sup>
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

<sup>†</sup> Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva  
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
 E – Mail: [giraomot@senado.gov.br](mailto:giraomot@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS  
BRASILEIROS NO EXTERIOR**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [giraomot@senado.gov.br](mailto:giraomot@senado.gov.br)

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL  
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Fernando Collor - PTB**  
**Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
<b>PMDB</b>	
Mão Santa (vago)	1. Valdir Raupp 2. Leomar Quintanilha
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [giraomot@senado.gov.br](mailto:giraomot@senado.gov.br)

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS  
FORÇAS ARMADAS**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
<b>PMDB</b>	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [giraomot@senado.gov.br](mailto:giraomot@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB**  
**Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
<b>PDT</b>	
João Durval	1. (vago)

Secretaria: Dulcídia Ramos Calhao  
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
 E – Mail : [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A  
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB  
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
<b>PMDB</b>	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
<b>PSOL</b>	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB**  
**Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
<b>PMDB</b>	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella  
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
 Telefone: 3311-3506 Fax:  
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente – Senador João Tenório - PSDB**  
**Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
<b>PMDB</b>	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -  
CCT  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB**

**Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**  
**Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
<b>PMDB</b>	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO  
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente –**  
**Vice-Presidente –**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (DEM e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**  
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

<b>1<sup>a</sup> Eleição Geral:</b> 19.04.1995	<b>4<sup>a</sup> Eleição Geral:</b> 13.03.2003
<b>2<sup>a</sup> Eleição Geral:</b> 30.06.1999	<b>5<sup>a</sup> Eleição Geral:</b> 23.11.2005
<b>3<sup>a</sup> Eleição Geral:</b> 27.06.2001	<b>6<sup>a</sup> Eleição Geral:</b> 06.03.2007

**Presidente:** Senador Leomar Quintanilha <sup>8</sup>  
**Vice-Presidente:** Senador Adelmir Santana <sup>3</sup>

<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
João Pedro (PT) <sup>11</sup>	AM	1166	2. Fátima Cleide (PT) <sup>5</sup>	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) <sup>2</sup>	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) <sup>1</sup>	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
<b>PMDB</b>					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima <sup>4</sup>	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
<b>DEM</b>					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
<b>PSDB</b>					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio <sup>6,9</sup>	AM	1413
Marisa Serrano <sup>7,10</sup>	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 16.8.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
     Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
     Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

<sup>2</sup> Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

<sup>3</sup> Eleito em 30.5.2007, na 1<sup>a</sup> Reunião de 2007 do CEDP.

<sup>4</sup> Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

<sup>5</sup> Eleita na Sessão de 27.6.2007.

<sup>6</sup> Eleito na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 27.6.2007.

<sup>7</sup> Eleita na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 27.6.2007.

<sup>8</sup> Eleito em 27.6.2007, na 5<sup>a</sup> Reunião de 2007 do CEDP.

<sup>9</sup> Eleito na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 4.7.2007.

<sup>10</sup> Eleita na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 4.7.2007.

<sup>11</sup> Eleito na Sessão de 16.8.2007.

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO**

Senador Romeu Tuma <sup>1</sup> (DEM-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

(Vago) <sup>1</sup>	
Demóstenes Torres <sup>2</sup> (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias <sup>2 4 5</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide <sup>3</sup> (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

**Notas:**

<sup>1</sup> Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

<sup>2</sup> Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

<sup>3</sup> Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

<sup>4</sup> O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

<sup>5</sup> O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

## **COMPOSIÇÃO**

1<sup>a</sup> Designação Geral: 03.12.2001  
2<sup>a</sup> Designação Geral: 26.02.2003  
3<sup>º</sup> Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko<sup>1</sup>  
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda<sup>1</sup>

<b>PMDB</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>DEM</b>
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PR</b>
(vago)
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (DF)
<b>PSB</b>
Senadora Patrícia Saboya (CE)
<b>PC do B</b>
Senador Inácio Arruda (CE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>PP</b>
(vago)
<b>PSOL</b>
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

<sup>1</sup>. Eleitos em 21.06.2007

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

# **CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## **COMPOSIÇÃO**

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b>PRESIDENTE</b> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<b>PRESIDENTE</b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<b>1º SECRETÁRIO</b> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<b>1º SECRETÁRIO</b> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<b>2º SECRETÁRIO</b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b>2º SECRETÁRIO</b> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<b>3º SECRETÁRIO</b> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Senador César Borges (DEM-BA)
<b>4º SECRETÁRIO</b> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<b>4º SECRETÁRIO</b> Senador Magno Malta (PR-ES)
<b>LÍDER DA MAIORIA</b>	<b>LÍDER DA MAIORIA</b>
<b>LÍDER DA MINORIA</b>	<b>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</b> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</b> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</b> (*) Vago
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 1º.8.2007)

(\*) Vago, em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), ocorrido em 20-7-2007.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL  
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho<sup>1</sup>

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO <sup>2</sup>	EMANUEL SOARES CARNEIRO <sup>2</sup>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO <sup>2</sup>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE <sup>2</sup>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT <sup>2</sup>	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER <sup>3</sup>	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA <sup>2</sup>	STEPAN NERCESSIAN <sup>2</sup>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS <sup>2</sup>	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO <sup>2</sup>	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1<sup>a</sup> Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2<sup>a</sup> Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

<sup>1</sup> Eleito na 2<sup>a</sup> Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

<sup>2</sup> Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

<sup>3</sup> Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6<sup>a</sup> Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL  
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)  
**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>4</sup>**

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)<sup>5</sup>

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

<sup>4</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

<sup>5</sup> Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

# REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

## COMPOSIÇÃO

**18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)**

**Designação: 27/04/2007**

### **SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>DEM</b>	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

### **DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
<b>PSDB/DEM/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (DEM/SC)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (*) Vago
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 1º.8.2007)

(\*) Vago, em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17-7-2007.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>  VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>  HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

**Conheça nosso catálogo na Internet**

[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)



CONSELHOS AOS  
GOVERNANTES

Isócrates  
Platão  
Kautilya  
Maquiavel  
Erasmo de Roterdã  
Miguel de Cervantes  
Mazarino  
Maurício de Nassau  
Sebastião César de Meneses  
D. Luís da Cunha  
Marquês de Pombal  
Frederico da Prússia  
D. Pedro II

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

Volume 15

**Para adquirir essa ou outra publicação:**

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



**EDIÇÃO DE HOJE: 110 PÁGINAS**